



JOVENS e TRABALHO NO BRASIL

Desigualdades e desafios para as políticas públicas

Maria Carla Corrochano
Maria Inês Caetano Ferreira
Maria Virgínia de Freitas
Raquel Souza

UMA PARCERIA



São Paulo | junho 2008

JOVENS e TRABALHO NO BRASIL

Desigualdades e desafios para as políticas públicas

Maria Carla Corrochano
Maria Inês Caetano Ferreira
Maria Virgínia de Freitas
Raquel Souza

UMA PARCERIA



Coordenação do projeto

Ação Educativa, Assessoria, Pesquisa e Informação

Maria Virgínia de Freitas
Maria Carla Corrochano

Instituto ibi de Desenvolvimento Social

Adriana Salles Mariano
Maria Alice de Toledo Damasceno Saiki
Paulo Roberto de Castro

Apoio técnico

Dieese – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
Rosa Maria Fátima de Castro e Oliveira
Pedro dos Santos Bezerra Neto
Patricia Lino Costa
Ademir Figueiredo

Consultores

Gisela Tartuce
Helena Wendel Abramo
Jefferson Conceição
Jorge Gouvêa,
Uvanderson Silva
Vera Masagão

Revisão

Claudio Pucci

Projeto gráfico

SM&A Design

Junho | 2008.

Catálogo – Brasil. Centro de Documentação de Ação Educativa, 2008

C825j

Jovens e trabalho no Brasil: desigualdades e desafios para as políticas públicas / Maria Carla Corrochano... [et al.]. -- São Paulo: Ação Educativa, Instituto ibi, 2008.

88 p.

Demais autores: Maria Inês Caetano Ferreira, Maria Virgínia de Freitas, Raquel Souza.

Inclui bibliografia.

1. Jovens. 2. Juventude. 3. Políticas Públicas. 4. Trabalho.

I. Corrochano, Maria Carla II. Ferreira, Maria Inês Caetano III. Freitas, Maria Virgínia de IV. Souza, Raquel

CDD 331.8

Todos os direitos reservados. A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 5.988.

Ação Educativa

Rua General Jardim, 660 | Vila Buarque

01223-010 | São Paulo | SP

T: 11 3151 2333

www.acaoeducativa.org

Instituto ibi de Desenvolvimento Social

Al. Rio Negro, 585 | 4º andar | Alphaville

06454-000 | Barueri | SP

T: 11 21349668

www.institutoibi.org.br

Sumário

Apresentação	7
Introdução	9
1. Alguns indicadores da população jovem	13
2. A presença juvenil no mundo do trabalho e as diferentes combinações entre trabalho e estudo no tempo da juventude	18
3. Jovens que trabalham	20
3.1 Jovens que trabalham e não estudam	20
3.2 Jovens que trabalham e estudam	34
4. Jovens que buscam trabalho	45
4.1 Jovens desempregados que estudam	45
4.2 Jovens desempregados que não estudam	47
5. Jovens que se dedicam exclusivamente aos estudos	50
6. Jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho	54
7. Síntese da análise dos dados	58
8. Passos e descompassos entre os números e os programas públicos dirigidos a jovens	61
Referências bibliográficas	65
Anexo	66

Apresentação

Ação Educativa e o Instituto ibi, com apoio técnico do Dieese¹, firmaram uma parceria com o objetivo de identificar as principais mudanças e desafios no processo de inserção dos jovens no mundo do trabalho. Mais especificamente, o propósito era traçar um panorama nacional da atual condição juvenil nos mercados de trabalho formal e informal, e verificar os avanços e limites presentes nas ações desenvolvidas pelo poder público.

Mesmo em conjunturas, como a atual, de maior crescimento da economia brasileira, com expressivo aumento na oferta de empregos formais, os jovens constituem um dos segmentos mais atingidos pelo desemprego. Mas esta publicação pretende ir além dos índices que comprovam essa condição. Além da dificuldade para conseguir um lugar no mercado de trabalho, os jovens têm também dificuldade para conseguir um bom lugar nesse mercado. Muitos só encontram empregos de má qualidade, com baixos salários e longas jornadas. Por isso, um dos aspectos centrais deste estudo é tornar evidente a realidade vivida pelos jovens no mundo do trabalho.

Procuramos também responder a algumas perguntas: para quais jovens e em que momento da juventude o trabalho e a busca por trabalho apresentam-se como importantes? Como diferentes jovens combinam trabalho e estudo? Quem são os jovens que estão desempregados ou que só encontram empregos precários, em péssimas condições de trabalho e salário? Qual seu sexo, sua cor/raça, sua classe social, sua escolaridade? Os dados sobre trabalho explicitam que são muitas as juventudes e que há, nesta diversidade, uma enorme desigualdade.

Por fim, que respostas as ações públicas governamentais dirigidas a jovens têm oferecido a essas questões? Quais seriam os encontros e desencontros entre a situação juvenil no mercado de trabalho e essas ações?

Ao responder a essas perguntas, a Ação Educativa e o Instituto ibi pretendem contribuir para a efetivação de um importante direito dos jovens brasileiros: o direito ao trabalho e, sobretudo, ao trabalho em condições adequadas, com salário digno e jornadas que permitam viver o tempo da juventude com todos os outros direitos que lhes são inerentes, dentre os quais o direito à educação e qualificação profissional, à cultura e ao lazer.

Boa leitura!

¹ O Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos (Dieese) fez o levantamento dos dados quantitativos e uma análise preliminar das informações que serão utilizadas neste estudo.

Introdução

Todo estudo que toma como central a análise dos sujeitos jovens depara-se com o debate e as tensões intrínsecas à própria definição de juventude. Muitos autores chamam atenção para a importância de diferenciar a categoria juventude enquanto momento específico da vida, entre a infância e a fase adulta, e os jovens concretos (Abad, 2002; Dubet, 1996; Sposito, 2003). Estes dois aspectos serão importantes aqui: é preciso considerar que os jovens são diferentes entre si a depender de sua classe social, sexo, cor/raça, mas são também sujeitos que vivem em um determinado contexto social, econômico e político: o início do século 21 em um país como o Brasil. Por mais diversos que os jovens sejam entre si, vivendo e significando de múltiplas formas os fenômenos atuais, é inegável que todos vivem em um momento bastante singular.

Ao lado do término da escolaridade formal e da constituição de uma nova família, o ingresso no mercado de trabalho constituía-se tradicionalmente como um marco importante da transição dos jovens para a vida adulta. E para boa parte dos jovens dos chamados países desenvolvidos esse ingresso ocorria apenas após o término da educação formal. No Brasil, esta realidade nunca foi predominante para a maioria dos jovens, sendo mais evidentes o início da vida ativa antes mesmo da conclusão da escolaridade e a combinação entre trabalho e estudo. Mas, tanto nos países desenvolvidos quanto aqui, muitos estudos passaram a reconhecer a diversificação e complexidade dos caminhos das jovens gerações em direção à vida adulta. Nesse processo, as transformações na instituição escolar e no mundo do trabalho têm um lugar importante, parecendo significativo aprofundar a observação dos percursos juvenis nas duas esferas.

Primeiramente, considerando o mundo do trabalho, ainda se encontra em curso um intenso processo de crise e transformação que, há pelo menos mais de 30 anos, vem atingindo de modo diferenciado as mais diversas regiões, setores e perfis de trabalhadores.

A partir dos anos 1970, nos países desenvolvidos, e do final dos anos 1980, no Brasil, os mercados de trabalho tornaram-se cada vez mais heterogêneos e fragmentados, observando-se um grupo de trabalhadores com alta qualificação, atividades em período integral e direitos trabalhistas assegurados convivendo ao lado de uma grande massa de trabalhadores pouco qualificados, ocupando postos de trabalho precários, mal remunerados, muitas vezes sem quaisquer direitos trabalhistas, e junto ainda a um número cada vez maior de desempregados (Gorz, 1991; Harvey, 1996). Sendo assim, as transformações no mundo do trabalho e o aumento dos ganhos de produtividade não significaram aumento do nível de emprego, tornando o desemprego um problema estrutural no cenário global. O período mais recente mostra um contexto de maior crescimento da atividade econômica e das oportunidades de empregos e ocupações que, embora ainda insuficientes, podem ser indicativos de relevantes mudanças socioeconômicas em curso.

De todo modo, em todos os países, os jovens são apontados como um dos grupos mais afetados pelo aumento do nível de desemprego e pelo processo de precarização do mercado de trabalho, seja do ponto de vista estritamente subjetivo ou objetivo – considerando-se as taxas de desemprego juvenil.

No campo educacional, os números tornam evidente a ampliação das oportunidades de acesso à educação formal e da permanência dos jovens na escola. Mas persistem trajetórias escolares marcadas por intermitentes reprovações e evasões, e está longe de se completar a universalização da educação dos adolescentes e dos jovens. Somam-se a isso importantes questionamentos em torno da qualidade do ensino e das chances da escola constituir-se em um espaço significativo para os jovens. Convém ainda investigar o que o maior tempo de permanência na escola tem produzido nas gerações mais jovens – e há muitas maneiras de fazê-lo. Dados o recorte e os limites deste estudo, a perspectiva é observar a

escolaridade em relação às chances de inserção no mercado de trabalho, especialmente em postos de trabalho de melhor qualidade.

Assim, considerando as mutações que atingem a esfera do trabalho e da escola, é cada vez mais necessário um olhar aprofundado para os percursos dos jovens nessas esferas, principalmente em países como o Brasil, pois aqui, para além da escola, o trabalho também faz a juventude. Tal como afirma Sposito (2005, p. 106): “[...] para os jovens brasileiros, escola e trabalho são projetos que se superpõem ou poderão sofrer ênfases diversas de acordo com o momento do ciclo de vida e as condições sociais que lhes permitam viver a condição juvenil”.

Ainda segundo essa autora, reconhecer que no Brasil “o trabalho também faz a juventude” não significa, de maneira ingênua, defender o trabalho de adolescentes e jovens, mas, ao contrário, “implica admitir que, se a construção da condição juvenil decorre de um complexo de valores sedimentados sob o ponto de vista social e histórico, no Brasil, uma alteração desse quadro deveria ser expressão de mudanças estruturais mais substantivas que atenuem as profundas desigualdades sociais, submetidas a processos de longa duração” (Sposito, 2005, p. 226).

Tendo como ponto de partida essas considerações iniciais – e considerando jovens de faixa etária, sexo, cor/raça² e escolaridade diferentes originários de famílias com rendimentos diversos – tratamos de responder às seguintes questões:

- 1. Para quais jovens e em que momento da juventude o trabalho e a busca por trabalho apresentam-se como importantes?*
- 2. De que maneiras diferentes jovens combinam (ou não) trabalho e estudo?*
- 3. Quais jovens são mais atingidos pelo desemprego?*
- 4. Em que tipo de ocupação, em que condições e com qual jornada estão inseridos os jovens no mercado de trabalho do país?*
- 5. Quais seriam os encontros e desencontros entre a situação juvenil no mercado de trabalho e as ações públicas, particularmente de âmbito governamental, que estão sendo desenvolvidas para os jovens?*

Estamos considerando como jovens os sujeitos entre 14 e 29 anos de idade. Este recorte operativo relaciona-se aos seguintes aspectos: em sua grande maioria, os estudos que focalizam a situação juvenil no mercado de trabalho consideram a faixa de 16 a 24 anos. Em nossa perspectiva era preciso ampliar esses limites. Pouco se sabe sobre a situação de jovens com idade entre 14 e 15 anos³ que trabalham em consonância com a Lei de Aprendizagem ou ilegalmente. Ao mesmo tempo, desde 2005, é considerado jovem, no Brasil, o cidadão ou cidadã com idade entre 15 e 29 anos, conforme a Lei 11.129 de 30/6/2005⁴ que criou a Secretaria Nacional de Juventude. Nesse sentido, pareceu importante observar o que acontecia com jovens entre 25 e 29 anos, levando em conta os marcos mais atuais da definição de juventude no Brasil – e até problematizando a sua pertinência. Para um olhar mais aprofundado em torno das diferenças no interior do próprio tempo de juventude, a análise considerou as seguintes faixas etárias: 14 a 15 anos, 16 a 17 anos, 18 a 21 anos, 22 a 24 anos e 25 a 29 anos. Vale destacar que, apesar do recorte analítico considerar a desagregação em subgrupos etários, não se trata de percebê-lo enquanto trajetória juvenil, pois as bases de dados utilizadas apenas permitiram uma imagem de todos os subgrupos etários num determinado ponto no tempo – o ano de 2006 –, impossibilitando desenhos longitudinais (estudos de coorte, por exemplo).

² Segundo A. Guimarães (2003), há uma série de limites na classificação adotada pelo IBGE/Pnad, que não iremos explorar neste estudo, dados seus limites.

³ De acordo com o artigo 403, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), é proibido qualquer trabalho a menores de dezesesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos (www.planalto.gov.br).

⁴ A lei completa pode ser encontrada no site da Câmara Federal (www.camara.gov.br).

Este estudo tem caráter quantitativo. Para análise da situação juvenil na escola e no trabalho foi utilizada a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)⁵/2006. Inicialmente também foi realizado levantamento a partir de outras bases de dados, tais como a Relação Anual de Informações Sociais (Rais)⁶/2006 e a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED)⁷/2006. Contudo, dada a necessidade de muitas desagregações dos dados, fundamentais para a compreensão da juventude em sua heterogeneidade, optamos pela análise apenas a partir da Pnad.

Sempre por meio de discussões prévias, o Dieese foi responsável pelo levantamento e por uma análise inicial dos dados, cujos principais resultados encontram-se disponíveis nos sites da Ação Educativa (www.acaoeducativa.org) e do Instituto Ibi (www.institutoibi.org.br).

Cabe observar que algumas tabelas e gráficos, apesar de conterem dados importantes para o estudo, não são apresentados ao longo deste texto, podendo ser encontrados no Anexo e nos sites dessas instituições.

A construção desta pesquisa contou com a colaboração de pesquisadores no campo dos estudos da juventude, trabalho e educação⁸. A cada etapa concluída, esses pesquisadores se reuniam, na perspectiva de orientar a análise dos dados e debater seus resultados. Foram realizadas duas reuniões e, ao final do processo, todos os envolvidos tiveram a chance de ler e enviar seus comentários relativos aos dados produzidos.

A análise estrutura-se em oito partes, além desta introdução. Primeiramente, apresenta-se uma caracterização geral da população jovem, considerando sua inserção na composição demográfica do país e dados gerais relativos à situação dos jovens no mundo do trabalho e da escola. A partir destes dados, a população jovem é dividida em diferentes grupos, segundo sua situação nestes dois universos: primeiramente são considerados os jovens que trabalham e buscam trabalho. Posteriormente, são abordados os jovens que estudam exclusivamente, sem buscar algum tipo de inserção no mercado de trabalho. Por fim, é analisada a situação de jovens que não estão na escola, não trabalham e também não buscam trabalho. Por meio desta divisão conseguimos compreender aspectos importantes sobre as diferenças no interior da própria juventude, relacionados às formas de inserção nos mundos da escola e do trabalho e que podem ser encontrados, de maneira resumida, na parte 7, dedicada à síntese dos dados.

A última parte da análise (a de número 8) procura relacionar os dados constatados na análise dos números às ações públicas desenvolvidas para os jovens no país, evidenciando pontos de encontro e desencontro. A perspectiva é contribuir para a produção de novas análises e para a construção de ações concretas em direção aos jovens na esfera do trabalho, em inter-relação (ou não) com a educação formal e a qualificação profissional.

⁵ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tem periodicidade anual, exceto em anos censitários, constituindo-se em um importante levantamento estatístico por amostragem probabilística de domicílios, que abrange os mais diferentes indicadores socioeconômicos.

⁶ A Relação Anual de Informações Sociais (Rais) é um registro administrativo criado pelo Decreto nº 76.900, de 23/11/1975, que tem por objetivo o suprimento de necessidades de controle da atividade trabalhista no Brasil e, ainda, o provimento de dados para elaboração de estatísticas do trabalho e a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais.

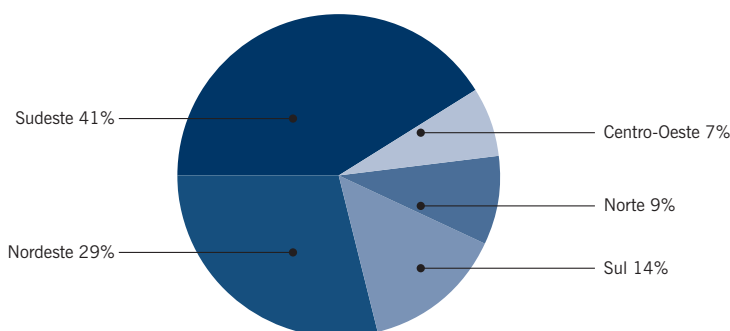
⁷ A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo Dieese e a Fundação Seade, é um levantamento amostral domiciliar contínuo, que gera estatísticas descritivas sobre a inserção no mercado de trabalho, da população residente em cinco regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre e São Paulo) e no Distrito Federal.

⁸ Os pesquisadores consultados foram: Gisela Tartuce, Helena Abramo, Jefferson Conceição, Jorge Gouvêa, Uvanderson da Silva e Vera Masagão.

1. Alguns indicadores da população jovem

A caracterização da população jovem do país implica considerar sua particular inserção na composição demográfica. A combinação das mudanças no padrão de reprodução e o aumento da expectativa de vida da população nas últimas décadas promoveu a queda da participação do contingente de crianças e jovens com até 25 anos de idade, de 58% para 44%, no período 1981-2006. Mesmo com esta diminuição, ainda é bastante expressivo o contingente de jovens na faixa etária considerada nesta pesquisa: segundo informações da Pnad, de 2006 eles representam 53,9 milhões de brasileiros, correspondendo a 28,8% da população total do país. As regiões Sudeste e Nordeste concentram 70% desses jovens (v. Gráfico 1)⁹.

Gráfico 1 | Distribuição da população jovem, por região. Brasil, 2006.



Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Tabela 1 | Variação da população. Brasil, 1999-2006 (em %).

Faixa etária	Brasil		
	Homens	Mulheres	Total
Crianças e adolescentes	1,1	-0,2	0,4
0 a 4 anos	-6,1	-7,7	-6,8
5 a 9 anos	5,7	6,1	5,9
10 a 13 anos	3,7	0,8	2,2
População jovem	12,1	12,8	12,5
14 anos	-1,0	-1,3	-1,1
15 anos	-3,4	0,6	-1,4
16 anos	-3,7	-3,4	-3,5
17 anos	-2,2	1,1	-0,6
18 anos	2,8	5,8	4,3
19 anos	4,7	1,8	3,2
20 a 24 anos	17,8	19,2	18,5
25 a 29 anos	27,1	24,8	25,9
População adulta	24,0	26,3	25,2
30 a 34 anos	14,2	12,7	13,4
35 a 39 anos	12,0	15,2	13,6
40 a 44 anos	27,1	26,3	26,7
45 a 49 anos	24,0	29,8	27,0
50 a 54 anos	40,0	41,8	40,9
55 a 59 anos	36,9	39,9	38,4
60 anos ou mais	27,8	32,0	30,1
TOTAL	13,9	15,4	14,7

⁹ Consultar Tabelas 1A e 1B do anexo, que podem ser encontradas também nos sites da Ação Educativa (www.acaoeducativa.org) e do Instituto Ibi (www.institutoibi.org.br).

Entre 1999 e 2006, a taxa de crescimento da população jovem, de 12,5%, foi inferior à taxa de crescimento do total da população brasileira, de 14,7% (v. *Tabela 1*). Mas há importantes diferenças entre as regiões. Vale enfatizar que, na região Norte, a taxa de crescimento da população jovem superou em três vezes a média nacional. Em contraste, as taxas de participação dessa população declinaram nas regiões Sul (8,4%) e Sudeste (9,8)¹⁰.

No que se refere ao atributo sexo, a distribuição apresenta-se relativamente equilibrada em 2006, com leve predomínio das mulheres, que têm participação de 50,5%, entre os jovens¹¹.

A população jovem é predominantemente negra¹² (52%)¹³, mas com acentuadas diferenças entre as regiões: no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, predominam os jovens negros (76%, 72% e 58%), enquanto nas regiões Sudeste e Sul predominam os jovens brancos (57% e 81%).

Entre 1999 e 2006, a participação da população jovem negra (pretos e pardos) cresceu mais que a branca (brancos e amarelos) em todas as regiões do país (v. *Tabela 2*).

Ainda não há explicações seguras para esse fenômeno, mas seria possível formular a hipótese de que esse incremento seja resultado da crescente visibilidade da importância da questão racial no Brasil e das políticas afirmativas, que estimulam, sobretudo os mais jovens, a se identificarem como negros.

Tabela 2 | Variação da população, por faixa etária e cor /raça. Brasil e grandes regiões, 1999-2006 (em %).

Faixa etária	Norte				Nordeste				Sudeste			
	Negros	Branco	Outros e sem declaração	Total	Negros	Branco	Outros e sem declaração	Total	Negros	Branco	Outros e sem declaração	Total
Crianças e adolescentes (0 a 13 anos)	37,4	14,1	-56,1	30,2	-4,1	1,4	189,8	-2,4	15,0	-9,8	139,3	-0,2
População jovem (14 a 29 anos)	51,5	36,4	-43,7	46,5	12,8	8,7	225,0	11,8	25,4	0,2	207,7	9,8
População adulta (30 a 60 anos ou mais)	66,2	43,0	-1,7	58,8	24,6	16,4	321,8	22,2	43,0	14,2	198,7	23,7
TOTAL	51,9	31,6	-33,9	45,4	11,9	9,7	246,5	11,4	30,2	4,7	191,3	13,8

Faixa etária	Sul				Centro-Oeste				Brasil			
	Negros	Branco	Outros e sem declaração	Total	Negros	Branco	Outros e sem declaração	Total	Negros	Branco	Outros e sem declaração	Total
Crianças e adolescentes (0 a 13 anos)	22,6	-11,1	-42,2	-5,4	13,4	-6,5	-26,6	4,0	8,1	-7,1	16,8	0,4
População jovem (14 a 29 anos)	33,0	3,3	45,0	8,4	19,7	5,2	32,2	13,4	21,8	3,7	82,0	12,5
População adulta (30 a 60 anos ou mais)	57,7	17,7	163,9	23,6	38,8	23,6	41,9	31,4	37,2	16,5	138,7	25,2
TOTAL	40,2	6,2	44,5	11,6	25,4	9,9	10,8	18,1	23,8	6,9	82,0	14,7

Fonte: IBGE/Phad. Elaboração: Dieese.

Obs.: a) Exclusivo as pessoas da área rural do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima; b) Brancos = brancos e amarelos; negros = pretos e pardos.

¹⁰ Ver Tabela 2 do Anexo.

¹¹ Ver Tabela 3 do Anexo.

¹² Nesta pesquisa, os negros representam a somatória de pretos e pardos, e os brancos, a somatória de brancos e amarelos.

¹³ Comportamento diverso se observou no grupo da população adulta (mais de 29 anos), em que 54% declararam-se brancos.

Considerando o contexto familiar e econômico, os jovens na faixa etária de 14 a 29 anos estão distribuídos em 35 milhões de famílias, totalizando 59,3% das famílias brasileiras com aproximadamente um jovem por família (Pnad, 2006). Em termos de renda¹⁴, um traço comum da maioria das famílias brasileiras que apresentam um ou mais jovens é o baixo rendimento familiar *per capita*. E essa não é uma característica exclusiva das famílias que possuem jovens, sendo a realidade de um contingente expressivo de famílias residentes no Brasil. Segundo a Síntese de Indicadores do IBGE, 78,2% das famílias residentes em domicílios particulares declararam, em 2006, até um salário mínimo oficial como renda *per capita* familiar. Sabendo-se que o valor do salário mínimo, no mês e ano da pesquisa, correspondia a apenas R\$ 350, pode-se ter uma dimensão do nível de privação dessas famílias.

A situação educacional da população jovem¹⁵

Os dados relativos à situação educacional dos segmentos juvenis não deixam dúvidas sobre as conseqüências da recente expansão do acesso à escola pública, pois é relativamente alta a proporção dos que já freqüentaram a escola e dos que atingiram ou concluíram o ensino médio (v. Tabela 3). Também é significativa a porcentagem daqueles que freqüentaram ou concluíram o ensino superior: 12,3% dos jovens entre 18 e 29 anos. Nas faixas de 18 a 21 anos e de 22 a 24 anos, as porcentagens são ainda mais elevadas: 14% e 18,7%. Contudo, mesmo passados 20 anos de a Constituição Federal assegurar o direito de todos os cidadãos ao ensino fundamental público e gratuito, ainda são significativas as porcentagens dos que interromperam os estudos antes da conclusão da escolarização básica, e persiste um contingente de jovens que nunca freqüentou a escola.

Tabela 3 | Distribuição da população jovem, segundo a escolaridade, por faixa etária. Brasil, 2006 (em %).

Escolaridade	Faixa etária (em anos)					14-29
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
Freqüentam/freqüentaram escola	99,5	99,5	99,0	98,6	98,0	98,8
Fundamental incompleto	77,2	39,2	25,5	25,8	31,8	35,9
Fundamental completo	0,5	2,6	6,1	6,9	7,7	5,5
Médio incompleto	22,2	55,3	25,4	12,5	9,2	21,8
Médio completo	0,0	1,6	26,6	34,3	31,7	22,8
Superior incompleto	0,0	0,6	13,7	14,4	8,7	8,9
Superior completo	0,0	0,0	0,3	4,3	8,6	3,4
Demais cursos	0,1	0,6	2,5	1,8	2,4	1,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nunca freqüentaram escola	0,5	0,5	1,0	1,4	2,0	1,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Total geral (em 1.000 pessoas)¹	6.902,9	6.979,5	13.972,4	10.312,8	15.821,3	53.988,8

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Nota: (¹) Inclusive as pessoas sem declaração de freqüência à escola e sem declaração de curso que freqüentam ou freqüentaram.

Obs.: Em "Fundamental completo", "Médio completo" e "Superior completo" encontram-se aqueles jovens que concluíram essas etapas e não prosseguiram para o nível imediatamente superior.

¹⁴ A renda é um indicador muito importante para verificar as condições de vida de uma família. Famílias mais pobres tendem a elaborar estratégias mais complexas a fim de garantir o suprimento de suas necessidades básicas, tendo a alimentação como seu principal item de despesa orçamentária.

¹⁵ Apesar de bastante significativo, nos dados apresentados a partir deste momento não se considerou o recorte por região do país. A perspectiva era refletir de maneira mais aprofundada a condição juvenil no trabalho e na escola em âmbito nacional, considerando a heterogeneidade existente entre as próprias faixas etárias no interior da juventude, a classe social, o sexo e a cor/raça, não tendo sido possível a desagregação por região.

Chama atenção o fato de que, quando comparada às faixas de 18 a 21 e 22 a 24 anos, a faixa etária de 25 a 29 anos apresenta maior porcentagem de jovens que ainda não completou o ensino fundamental. Isso talvez reflita a novidade do processo de expansão, que beneficia as mais novas gerações, como bem constata Madeira (2006). Essa autora chama atenção para os problemas de “eficiência interna” do sistema de educação básica no país. Por um lado, a recente expansão do acesso à escola perpetua problemas de distorção série-idade; por outro, pessoas mais velhas, que não compunham público-alvo das reformas educacionais, ficaram alijadas da possibilidade de prosseguir seus estudos.

Reforçando fenômeno que vem sendo sinalizado por diversos estudos, observa-se que as trajetórias escolares das moças são mais longas em relação às dos rapazes, além de elas estarem menos sujeitas às distorções série-idade (v. *Tabela 4*). Segundo Carvalho (2003), o maior atraso escolar dos jovens em relação às jovens é geralmente associado ao ingresso masculino no trabalho, que prejudicaria a frequência escolar. Sem contestar a veracidade do argumento, Carvalho introduz outras questões. A autora lembra que o trabalho delas no próprio domicílio também pode provocar impactos na escolarização (*Op. Cit.*: 188). Além disso, a autora chama atenção para o fato de que a avaliação do comportamento dos alunos na escola pode desestimular os rapazes. Isso porque, em pesquisas nas escolas públicas, Carvalho constatou a recriminação de educadores ao comportamento de jovens do sexo masculino que, por não se ajustarem ao modelo prestigiado, podiam ser apontados como desleixados, indisciplinados etc. Os que não conseguem ajustar-se ao padrão tendem a se sentir estigmatizados a buscar realização em outras esferas, como o trabalho.

Quanto ao quesito cor/raça, a despeito da expansão recente do sistema educacional, a exclusão escolar ainda atinge de modo mais intenso os jovens negros, o que se revela tanto pelo seu predomínio entre os que não concluíram o ensino fundamental (44,6% contra 26,6% dos brancos), quanto pela menor parcela daqueles que conseguiram concluir o ensino médio (20,8% contra 24,9% dos brancos); ou, ainda, que concluíram o ensino superior: 1,3% contra 5,6% dos brancos (v. *Tabela 5*). De fato, análise desenvolvida por Silva (2003, p.133) chama atenção para o fato dos jovens brancos apresentarem maiores vantagens nas transições escolares ao longo de todo o processo – vantagens que parecem crescer na medida em que se avança no sistema.

Tabela 4 | Distribuição da população jovem, segundo a escolaridade, por sexo e faixa etária. Brasil, 2006 (em %).

Escolaridade	Homens						Mulheres					
	Faixa etária (em anos)						Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Já freqüentaram escola	98.9	99.1	98.9	98.6	98.1	98.4	97.8	99.1	99.6	99.6	99.2	99.4
Fundamental incompleto	93.2	73.8	36.2	32.9	36.9	37.7	87.9	59	20.6	20.6	26.1	24.6
Fundamental completo	6.2	11.5	11.8	9.8	9.6	10.3	7.2	17	8.4	7.2	7.8	8
Médio incompleto	0.5	8.3	11.9	10	7.3	9.1	3.4	12.8	9.9	7.2	6.1	7.4
Médio completo	0	6	38.3	40.9	34.6	35.7	0	11.1	59.3	53.2	40.7	47.3
Superior incompleto	0	0	1.1	2.1	2.2	1.8	0	0	0.8	2.3	2.2	1.8
Superior completo	0	0	0.4	3.9	8.3	4.8	0	0	0.8	9.4	16.1	10.3
Demais cursos	0	0.4	0.3	0.5	1.2	0.7	1.5	0.1	0.2	0.2	1	0.6
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Nunca freqüentaram escola	1.1	0.9	1.1	1.4	1.9	1.6	2.2	0.9	0.4	0.4	0.9	0.6
Total geral	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Tabela 5 | Distribuição da população jovem segundo a escolaridade, por cor/raça e faixa etária. Brasil, 2006 (em %).

Escolaridade	População jovem branca						População jovem negra					
	Faixa etária (em anos)						Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Freqüentam/freqüentaram	99.5	99.6	99.3	99.1	98.7	99.2	99.5	99.4	98.7	98.1	97.3	98.4
Fundamental incompleto	69.7	26.9	16.7	17.5	23.1	26.6	83.6	49.7	33.5	33.9	40.3	44.6
Fundamental completo	0.4	2.8	5.8	6.7	7.6	5.4	0.5	2.5	6.4	7.2	7.8	5.6
Médio incompleto	29.8	66.4	21.9	10.3	7.9	22.1	15.8	45.8	28.5	14.6	10.4	21.5
Médio completo	0	2.1	30.4	35.7	33.2	24.9	0	1.2	23.1	33	30.2	20.8
Superior incompleto	0	1.1	21.7	21.3	11.9	13.4	0	0.3	6.5	7.7	5.7	4.7
Superior completo	0	0	0.4	7	13.7	5.6	0	0	0.1	1.6	3.6	1.3
Demais cursos	0	0.7	3.1	1.6	2.7	2	0.2	0.6	1.9	2	2.1	1.5
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Nunca freqüentaram escola	0.5	0.4	0.7	0.9	1.3	0.8	0.5	0.6	1.3	1.9	2.7	1.6
Total geral	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/Phad. Elaboração: Dieese.

Para além das desigualdades sociais e econômicas, na análise de Carvalho (2004), uma das explicações para a maior dificuldade de jovens negros completarem a escolaridade básica estaria no fato do desempenho escolar também estar fortemente marcado pela condição racial e pelo tratamento que recebem de suas professoras e professores¹⁶.

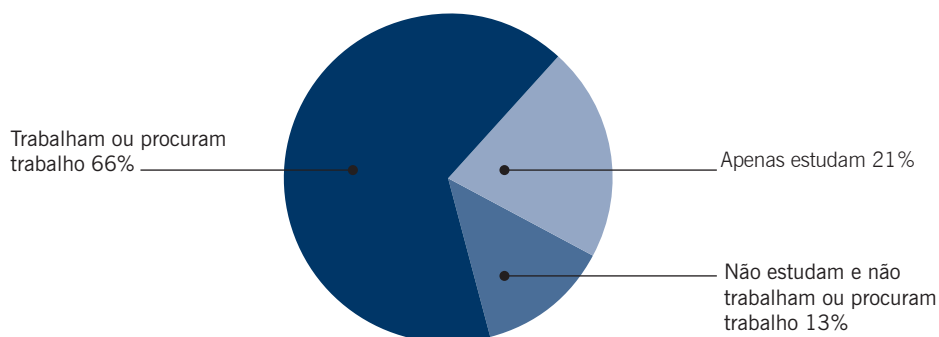
As desigualdades de sexo e de cor/raça observadas no campo educacional também permanecem quando observada a situação dos jovens no mercado de trabalho. No entanto, uma observação faz-se relevante aqui: mesmo com níveis de escolaridade superiores, a população feminina ainda está mais sujeita ao desemprego e ao acesso a empregos menos protegidos quando comparada à população masculina.

¹⁶ Segundo essa mesma autora, não se trata de acusar as professoras e professores de uma “deliberada discriminação racial, mas de perceber como o racismo presente em nossa sociedade como um todo percorre também as relações escolares, se não for combatido por meio de um debate coletivo e de um esforço permanente de autocrítica” (Carvalho, 2004, p.27).

2. A presença juvenil no mundo do trabalho e as diferentes combinações entre trabalho e estudo no tempo da juventude

A análise dos dados revela que 35.940.374 de indivíduos (66%) da população jovem de 14 a 29 anos estão no mundo do trabalho, trabalhando ou em busca de trabalho. Os que só estudam formam um contingente bem menor, de 11.212.957 (21%). E há 6.835.259 (13%) que não estudam, não trabalham e nem procuram trabalho (v *Gráfico 2*).

Gráfico 2 | Distribuição da população jovem, segundo a situação de trabalho e de estudo. Brasil, 2006.



Fonte: IBGE/Pnad, 2006. Elaboração própria.

Esses dados iniciais permitem perceber a importância do trabalho para a juventude no Brasil, à semelhança do que parece ocorrer em outros países da América Latina (OIT, 2007): a grande maioria dos jovens está no mercado de trabalho. Outro aspecto recorrente nessa população relaciona-se à combinação entre as situações de trabalho e estudo no tempo da juventude, como será visto adiante. Assim, levando em conta tanto a importância do trabalho na vida do jovem brasileiro, quanto a combinação entre trabalho e escola, optamos por dividir a população juvenil segundo sua situação nesses dois universos: primeiramente serão considerados os jovens que trabalham e buscam trabalho, estudando simultaneamente ou não, uma vez que, tal como observado, esta é a condição da maioria. Posteriormente, serão abordados os jovens que estudam exclusivamente, sem buscar algum tipo de inserção no mercado de trabalho. Por fim, será analisada a situação de jovens que não estão na escola, não trabalham e também não buscam trabalho. Antes, vejamos como são as distribuições entre as situações de estudo e de trabalho ou de desemprego nas diversas faixas etárias.

A Tabela 6 revela grandes diferenças entre as faixas consideradas nesta pesquisa. A mais eloqüente pode ser observada na comparação entre os jovens que só estudam e os que só trabalham e não estudam. Conforme avançam as idades, diminui acentuadamente a presença dos primeiros e aumenta, também acentuadamente, a dos segundos.

Tabela 6 | Distribuição da população jovem, segundo a situação de trabalho e estudo, por faixa etária. Brasil, 2006 (em %).

Situação	Faixa etária (em anos)					
	14 a 15	16 a 17	18 a 21	22 a 24	25 a 29	14 a 29
Trabalha e não estuda	3,0	10,1	38,3	55,3	65,4	41,3
Trabalha e estuda	16,0	24,5	18,8	13,5	9,5	15,4
Desempregado e estuda	3,4	8,1	5,6	2,4	1,2	3,7
Desempregado e não estuda	0,6	2,7	8,3	8,1	6,7	6,1
Apenas estuda	72,4	45,7	15,0	5,6	2,3	20,8
Não trabalha, não procura trabalho e não estuda	4,5	8,9	14,1	15,2	15,0	12,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/Phad. Elaboração: Dieese.

Na faixa dos 14 aos 15 anos, a grande maioria dos jovens (72,4%) se dedica exclusivamente aos estudos, enquanto uma parcela pequena, mas não desprezível (16%), conjuga o estudo com o trabalho, e um grupo bem reduzido (3,4%) alia o estudo à condição de desemprego.

Na faixa seguinte, dos 16 aos 17 anos, menos da metade dos jovens (45,7%) mantém-se na situação de estudantes apenas, enquanto parcela importante alia os estudos ao trabalho (24,5%) ou à situação de desemprego (8,1%). De todo modo, a maioria dos jovens dessa faixa etária estuda (78,3%). Entre os jovens de 18 a 21 anos, é bem inferior a porcentagem dos que estudam (39,4%). Ou seja, os 18 anos parecem ser um marco importante para o afastamento da escola.

Para muitos, pode tratar-se de um abandono escolar; mas é importante lembrar que, para vários outros, que não sofreram reprovações, nem nunca abandonaram a escola, esse é o momento de conclusão da escola básica¹⁷.

No que diz respeito ao trabalho, também se observa uma significativa alteração nas faixas etárias. A porcentagem de jovens que já estão na atividade (empregados ou desempregados) salta de 45,4% (16 a 17 anos) para 71% (18 a 21 anos). No entanto, antes mesmo disso, já na passagem da faixa de 14 a 15 para a faixa de 16 a 17 anos, observa-se um grande incremento do número de jovens inseridos no mercado de trabalho (empregados ou desempregados), de 23% para 45,4%.

Ou seja, o movimento de entrada dos jovens no mercado de trabalho ocorre mais cedo que o de abandono dos estudos, o que reforça a tese de que nem sempre é o trabalho que expulsa o jovem da escola, como já apontado por várias pesquisas (Madeira, 1986; Sposito, 2005, dentre outros).

Vale ressaltar também que é proibido qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, e que são pouquíssimos os jovens entre 14 e 15 anos que se encontram em uma relação de aprendizagem formalizada. A quase totalidade do grupo de quase um quarto (23%) dos indivíduos dessa faixa etária inseridos no mercado de trabalho estão, portanto, em situação ilegal.

Detalharemos agora a situação de cada um dos grupos no interior da população juvenil, começando pelos indivíduos que trabalham – condição da grande maioria dos jovens no país.

¹⁷ A educação básica compreende a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

3. Jovens que trabalham

A maior parte dos jovens entre 14 e 29 anos trabalha. São 30,6 milhões de trabalhadores, cerca de 57% da população jovem. Apenas um pequeno grupo desse contingente – de 8,4 milhões (15,4%) – concilia o trabalho com os estudos; a grande maioria apenas trabalha: 22,3 milhões, ou seja, 41,3% da população jovem (v. *Tabela 6*).

Os dados a seguir evidenciam que os jovens que trabalham estão sujeitos a uma inserção mais precária em relação aos adultos. A precariedade, geralmente, é mais profunda para os mais novos, tornando-se menos intensa com o passar dos anos, quando se aproximam da fase adulta. Todavia, o possível abrandamento da precariedade ao longo das faixas etárias não é, de modo algum, uma regra, mas uma tendência, que pode ou não se confirmar. Isso porque a desagregação dos dados possibilita identificar experiências desiguais desse grupo quando consideradas suas trajetórias escolares (continuidade ou ruptura dos estudos) e as diferenças de cor/raça, sexo e renda familiar.

Para a análise da situação de moças e rapazes que trabalham, optamos por dividi-los entre os que apenas trabalham e os que conciliam a realização de atividades produtivas com o prosseguimento dos estudos, destacando aspectos relevantes para compreender a situação do conjunto dos jovens trabalhadores e dimensionando as diferenças e desigualdades existentes no interior desse grupo.

3.1 Jovens que trabalham e não estudam

Representando um total de 41,3% dos jovens ocupados (ou seja, 22,3 milhões), os que só trabalham estão mais concentrados nas faixas etárias mais elevadas. De 16 a 17 anos, a proporção de jovens nessa situação corresponde a 10,1%, mas na faixa de 18 a 21 anos sua presença sobe para 38,3%. Nas faixas etárias seguintes, é mais da metade dos jovens que só trabalha: 55,3%, entre 22 a 24 anos, e 65,4%, entre 25 e 29 anos (v. *Tabela 6*).

A posição ocupada no interior dessas famílias¹⁸ varia conforme a idade. Encontram-se na posição de filhos 75,8% dos jovens da faixa de 14 a 15 anos, 69,8% da faixa de 16 a 17 anos e 61,2% da faixa de 18 a 21 anos. Contudo, a partir de 22 a 24 anos, eles invertem sua situação na posição familiar: há uma predominância dos que se declaram chefes de família (29,8%) e cônjuges (18,2%) que, somados, dão um total de 48%, superando a proporção dos que afirmam ocupar a posição de filhos nessa faixa (44,6%).

Essa inversão é ainda mais evidente no grupo mais velho, de 25 a 29 anos, em que 43,3% declararam-se chefes de família; 24,2%, cônjuges; e 27,2%, filhos. A posição dos jovens no interior das famílias pode ser relevante para compreender sua situação (trabalha e não estuda). A assunção de responsabilidades familiares como cônjuge e/ou chefe de família pode repercutir numa dedicação mais voraz ao trabalho e em poucas condições de tempo e capital para dar prosseguimento aos estudos.

Considerando a renda familiar *per capita* (v. *Gráfico 3*), nota-se que uma grande maioria dos jovens das faixas de 14 a 15 anos e de 16 a 17 anos encontra-se em famílias cuja renda é mais baixa

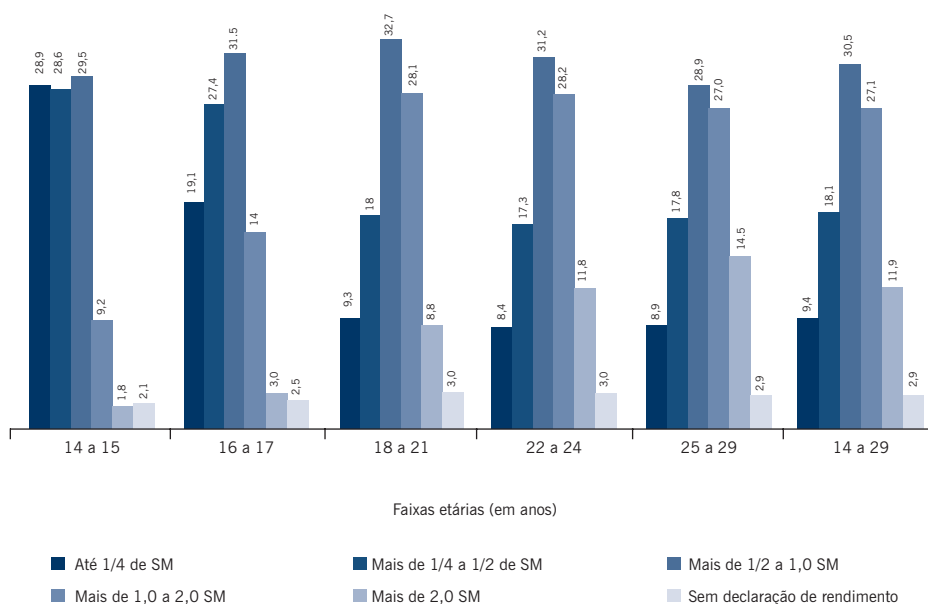
¹⁸ A Tabela 4 do Anexo apresenta um detalhamento da posição na família dos jovens que apenas trabalham e também daqueles que trabalham e estudam.

do que a dos demais grupos etários. Na primeira faixa, 28,9% encontram-se em famílias com renda de até um quarto de salário mínimo *per capita*, e 28,6%, em famílias cuja renda é de mais de um quarto a meio salário mínimo *per capita*. Entre os jovens de 16 a 17 anos há maior concentração dos que declaram renda familiar *per capita* de mais de meio a um salário mínimo (31,5%), destacando-se também o grupo dos que declaram ser oriundos de famílias cuja renda é de mais de um quarto a meio salário mínimo *per capita* (27,4%).

Trata-se, portanto, de dois grupos de idade bastante vulneráveis, visto que suas famílias têm poucos recursos para cobrir os custos da sobrevivência dos indivíduos que as compõem, inclusive os de menor idade.

Ainda do ponto de vista dos rendimentos, a situação da família torna-se um pouco melhor a partir do grupo com idade entre 18 e 21 anos, quando há predominância dos jovens de famílias cuja renda *per capita* é de mais de meio a um salário mínimo (32,7%) e de mais de um a dois salários mínimos (28,2%). A predominância desse perfil se verifica nos demais grupos de idade da população jovem (22 a 24 e 25 a 29 anos).

Gráfico 3 | Distribuição da população jovem que só trabalha, segundo estratos de renda familiar *per capita*, por faixa etária (em %).



Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

A reflexão em torno da situação juvenil no trabalho e na escola não pode deixar de considerar a análise dos rendimentos. É comum argumentar que os baixos rendimentos das famílias podem levar os jovens ao trabalho e, conseqüentemente, à saída da escola. Já há algum tempo este tipo de argumentação vem sendo contestada: não seria apenas a pobreza que afastaria os jovens da escola e os levaria ao trabalho. Vejamos aqui o que revelam os dados acerca da escolaridade e da renda dos jovens que apenas trabalham.

Escolaridade e renda

Tal como evidenciado para o conjunto da população juvenil, entre os jovens que só trabalham, há uma proporção significativa dos que já concluíram a escolarização básica: 40,4% dos indivíduos de 14 a 29 anos têm ensino médio completo. Porém, um grupo importante de jovens (32,3%) sequer concluíram o ensino fundamental. Entre os mais jovens, das faixas etárias de 14 a 15 anos e 16 a 17 anos de idade, predominam os que não concluíram este nível de ensino (v. Tabela 7).

Tabela 7 | Distribuição da população jovem que só trabalha, segundo a escolaridade, por faixa etária. Brasil, 2006 (em %).

Escolaridade	Faixa etária (em anos)					14-29
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
Já freqüentaram escola	98,6	99,1	99,2	99,0	98,5	98,8
Fundamental incompleto	91,7	69,4	30,1	27,9	32,4	32,3
Fundamental completo	6,5	13,2	10,5	8,8	8,9	9,3
Médio incompleto	1,4	9,6	11,1	8,9	6,8	8,4
Médio completo	0,0	7,6	46,6	45,9	37,2	40,4
Superior incompleto	0,0	0,0	1,0	2,1	2,2	1,8
Superior completo	0,0	0,0	0,5	6,1	11,6	7,1
Demais cursos	0,4	0,3	0,3	0,4	1,1	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nunca freqüentaram escola	1,4	0,9	0,8	1,0	1,5	1,2
Total geral	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Obs.: Em "Demais cursos" incluem-se mestrado ou doutorado, alfabetização de adultos e sem declaração de curso e/ou série concluída.

Entre os jovens que só trabalham, as mulheres, em qualquer faixa etária, superam a escolaridade dos homens. Enquanto quase metade (47,3%) delas tem o ensino médio completo, entre os homens a maior parcela (37,7%) corresponde aos que não concluíram o ensino fundamental. E elas predominam também entre os jovens que concluíram o ensino superior: 10,3% contra 4,8% dos homens. Analogamente ao sexo, também se observam diferenças de escolaridade entre brancos e negros. A dimensão dessas diferenças é revelada pelas menores proporções de jovens negros que concluíram o ensino fundamental (59% contra 77% dos brancos), o ensino médio (36,2% contra 44,9% dos brancos) e o ensino superior (2,8% contra 11,6% dos brancos)¹⁹.

Quando consideradas as características familiares dos jovens, há diferenças substanciais relacionadas ao momento de interrupção dos estudos e início da trajetória no mundo do trabalho. Os dados da Tabela 8 permitem concluir que, quanto mais baixa a renda das famílias de origem dos jovens, mais precoce é a entrada no mundo do trabalho e menores são os níveis de educação obtidos por moças e rapazes. Trata-se de uma significativa desigualdade nas formas de inserção entre os trabalhadores de maior e menor renda familiar.

Para evidenciar de maneira mais didática essa situação, os jovens foram divididos em dois grupos, a saber: o de 40% provenientes de famílias com menor renda *per capita* e o de 20% de jovens provenientes de famílias com renda *per capita* mais elevada²⁰.

Entre os 40% mais pobres (com os menores rendimentos médios), mais da metade não completou o ensino fundamental, enquanto que, entre os 20% com rendimentos mais elevados, apenas 6,9% se encontram na mesma situação e quase a metade já possui o ensino médio completo. E se evidencia uma grande diferença no ensino superior: completaram esse nível de ensino 1,4% dos mais pobres e 26,9% dos que contam com os maiores rendimentos.

¹⁹ Os dados de escolaridade segundo o sexo e a cor/raça podem ser encontrados nas Tabelas 5 e 6 do Anexo.

²⁰ Esta divisão também será considerada nos próximos grupos a serem analisados.

Tabela 8 | Distribuição da população jovem que só trabalha, segundo a escolaridade, por faixa etária e grupos de décimos²¹ da distribuição de renda familiar *per capita*. Brasil, 2006 (em %).

Escolaridade	40% com menores rendimentos						20% com maiores rendimentos					
	Faixa etária (em anos)						Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Já freqüentaram escola	98.1	99	98.5	97.9	96.7	97.6	-1	-1	99.9	99.9	99.9	99.9
Fundamental incompleto	93.9	79.3	48.3	46.3	54	52.5	-1	-1	7.5	6	6.6	6.9
Fundamental completo	5	11.1	12.1	10	10.1	10.5	-1	-1	7.7	4.9	5.2	5.6
Médio incompleto	0.5	6.3	10.6	9.3	7.2	8.4	-1	-1	8.7	5.5	3.8	5.2
Médio completo	0	2.9	28	31.8	24.5	25.8	-1	-1	70.1	54.1	40.8	49
Superior incompleto	0	0	0.3	0.7	0.5	0.5	-1	-1	3.4	5.9	5.7	5.3
Superior completo	0	0	0.2	1.3	2.3	1.4	-1	-1	2.5	23.5	36.1	26.9
Demais cursos	0.6	0.4	0.6	0.7	1.4	1	-1	-1	0.1	0.2	1.9	1.1
Total	100	100	100	100	100	100	-1	-1	100	100	100	100
Nunca freqüentaram escola	1.9	1	1.6	2.1	3.3	2.4	-1	-1	0.1	0.1	0.1	0.1
Total geral	100	100	100	100	100	100	-1	-1	100	100	100	100

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Obs.: a) -1: A amostra não comporta desagregação para este grupo.

b) Em "Demais cursos" incluem-se mestrado ou doutorado, alfabetização de adultos e sem declaração de curso e/ou série concluída.

c) Excluídas as pessoas sem declaração de rendimento familiar.

d) 40% mais pobres = os 40% da população jovem (14 a 29 anos) que só trabalha, com menor rendimento, definidos a partir da ordenação crescente desse rendimento familiar *per capita* (base da estratificação).

e) 20% mais ricos = os 20% da população jovem (14 a 29 anos) que só trabalha, com maior rendimento, definidos a partir da ordenação crescente do rendimento familiar *per capita*.

Ainda seguindo a Tabela 8, observa-se que jovens de 14 a 17 anos que só trabalham – a grande maioria sem ter concluído o ensino fundamental – localizam-se majoritariamente entre os 40% com menor renda familiar *per capita*, sendo insignificante²² a porcentagem dos que estão, na mesma faixa etária, entre os 20% com maiores rendimentos. Os de maior renda tendem a se dedicar de forma exclusiva ao trabalho somente a partir dos 18 anos, depois de terem garantido sua educação básica.

Os dados tornam evidente que jovens de mais baixa renda começam a trabalhar mais cedo e, em boa medida, sem concluir os estudos. No entanto, desta informação não é possível inferir que estes jovens deixam de estudar apenas em função da necessidade de trabalhar. Há bastante tempo as investigações sobre os motivos que levam um jovem a começar a trabalhar e a deixar a escola assinalam que as razões são muito complexas.

Aqui os dados indicam que pertencer a famílias de mais baixa renda é um aspecto extremamente relevante. Mas, para além do vínculo com a pobreza, que propicia às famílias estimularem a atividade dos menores e sua participação no orçamento doméstico, autores como Cacciamalli e Braga (2003: 396)²³ assinalam a importância dos fatores culturais – dada a crença de parcelas da população brasileira sobre o caráter pedagógico do trabalho, pelo qual a criança e o adolescente tornar-se-iam mais responsáveis e disciplinados. Soma-se a isso, a relação estabelecida com a escola, sugerindo não apenas que a dedicação ao trabalho pode prejudicar a freqüência escolar, mas também questionando a capacidade do sistema de ensino para atrair o interesse do aluno.

²¹ A distribuição de renda de qualquer país tem forte assimetria positiva, ou seja, a maioria das pessoas tem renda individual substancialmente menor do que a média (há muito mais pobres do que ricos). Assim, neste relatório, os agrupamentos de décimos constantes das tabelas que tratam das condições socioeconômicas foram obtidos a partir de critérios estatísticos (garantir que a amostra comporte a desagregação para o maior número possível de faixas etárias) e econômicos (características da distribuição de renda) (Hoffmann, op.cit). Um indicador de acentuada desigualdade no Brasil é a proporção da renda apropriada pelos 40% mais pobres (11,6% da renda total declarada na Pnad de 2006) e pelos 20% mais ricos (grupo que se apropria de aproximadamente 60% da renda total declarada).

²² O que pode ser observado pelo (-1) na tabela.

²³ As autoras lembram ainda que, em alguns casos, a criança e o adolescente não ocupam posição no mercado, mas podem estar alocados para cuidar das atividades domésticas e das crianças mais novas da família, para que os mais velhos possam ingressar no mercado.

Finalmente, Cacciamalli e Braga fazem notar os efeitos da estrutura e dinâmica do mercado de trabalho nacional, que absorve essa mão-de-obra. Segundo as autoras, a dinâmica atinge mais propriamente os adolescentes do que as crianças. Isso porque, mais do que o incentivo da família para o ingresso na atividade, é preciso considerar o próprio desejo juvenil de ter seus rendimentos para satisfazer seu próprio consumo e também ajudar a família. Essas autoras informam que a força de trabalho adolescente e jovem pode ser interessante para o mercado por causa de seu menor custo em relação à adulta, assim como por representações sociais vigentes em torno de sua maior incapacidade de organização, baixo poder de reivindicação e habilidades.

Talvez o mais adequado não seria eleger um ou outro fator como responsável pelo ingresso dos adolescentes e jovens no mercado de trabalho, mas sim considerá-los conjuntamente, o que evidentemente não significa ignorar o significativo peso dos rendimentos da família.

De todo modo, além de identificar a estreita relação entre baixos rendimentos e o início da vida laboral sem a conclusão da escolaridade básica, é preciso conhecer que tipo de trabalho esses adolescentes e jovens estão realizando e em quais condições.

Posição na ocupação

Analisar a posição dos jovens na ocupação revela muito sobre a qualidade das formas de inserção dos jovens no mercado de trabalho. Isso porque algumas posições remetem a situações bastante precárias em comparação a outras.

AS DIFERENTES POSIÇÕES NA OCUPAÇÃO

Trabalhador não-remunerado

É um exemplo de posição com grande possibilidade de ser precária pela falta de remuneração.

Trabalhador no autoconsumo ou autoconstrução

O indivíduo produz bens para seu próprio sustento (ou de mais alguém do domicílio) ou trabalha em benfeitorias de seu domicílio. Nestas duas posições, o indivíduo não efetua um trabalho regular.

Empregado

Nesta posição, o indivíduo exerce atividades regulares para um empregador e recebe remuneração por elas. A relação de emprego pode ser formal (com registro na Carteira de Trabalho) ou informal (sem registro).

O emprego sem registro aponta para uma situação mais precária de trabalho, e menos protegida, do que a do registrado. Isso porque o registro é um instrumento que oficializa a relação de trabalho entre o empregador e o empregado, tornando-a pública. Em vez de tratar-se somente de uma relação entre dois indivíduos, o registro a insere no sistema mais amplo do mercado de trabalho formal, onde também participam as agências estatais, os sindicatos e as diversas instituições relacionadas ao tema. O registro facilita o acompanhamento do vínculo de trabalho pelas agências estatais, na verificação do respeito à legislação trabalhista, como o limite máximo da exploração da força de trabalho, o pagamento da remuneração mínima, dos benefícios etc.

Para o empregador, a ausência do registro pode representar economia com recolhimento de impostos, pagamento de salários indiretos etc. Mas, para o trabalhador, a ausência de registro pode associar-se a menores rendimentos, jornadas mais longas e, inclusive, à impossibilidade de comprovar no mercado formal a experiência de trabalho acumulada.

Funcionário público

Esta posição indica uma situação regular, que obedece aos limites de exploração determinados legalmente. Vale ressaltar que nesta posição também estão classificados os jovens na faixa de 18 a 21 anos que prestam serviço militar obrigatório,

Trabalhador doméstico

O trabalho doméstico sem registro apresenta os mesmos problemas da posição de emprego sem registro. O emprego doméstico com registro, porém, também remete a uma situação de precariedade. Isso porque a legislação não estende aos trabalhadores domésticos os mesmos direitos dos empregados em geral. No caso de demissão, por exemplo, eles têm a cobertura do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mas sem a multa rescisória de 40%. Vale ressaltar ainda que a média da remuneração do setor é uma das mais baixas do mercado.

Conta própria

O indivíduo trabalha explorando seu próprio empreendimento, sozinho ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não-remunerado. Esta posição não remete necessariamente a uma relação precária; o trabalho autônomo, por exemplo, pode estar ajustado à legislação trabalhista.

Empregador

Sugere posição mais vantajosa, pois geralmente o empregador dispõe de capital.

A grande maioria (quase 70%) dos jovens que só trabalha ocupa a posição de empregado, predominantemente com carteira assinada. Há também um conjunto significativo de jovens que são trabalhadores domésticos²⁴ (6,8%) e trabalhadores por conta própria (13,1%). Chama atenção a pequena parcela de jovens que trabalham como funcionários públicos.

Ainda que o trabalho com registro em carteira corresponda à situação de 43,8% do total desses jovens, entre empregados e trabalhadores domésticos, são grandes as diferenças encontradas nos diferentes grupos de idade (v. *Tabela 9*).

²⁴ Nas notas metodológicas da Pnad de 2006 define-se como trabalhador doméstico aquele que presta serviço doméstico remunerado em dinheiro ou em benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares. Neste conceito não se incluem as pessoas de 10 anos ou mais que habitualmente cuidam, parcial ou integralmente, dos afazeres domésticos do domicílio onde residem.

Tabela 9 | Distribuição da população jovem que só trabalha, segundo posição na ocupação, por faixa etária. Brasil, 2006 (em %).

Posição na ocupação	Faixa etária (em anos)					14-29
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
Empregado	42,7	56,8	73,6	71,9	68,1	69,8
Com carteira	0,0	10,5	40,5	45,3	44,9	42,4
Sem carteira	42,7	46,3	30,7	24,3	19,3	24,4
Funcionário público	0,0	0,0	2,4	2,3	3,87	2,97
Trabalhador doméstico	10,4	10,5	6,4	6,5	6,9	6,8
Com carteira	0,0	0,2	0,7	1,4	1,9	1,4
Sem carteira	10,4	10,3	5,6	5,1	5,0	5,4
Conta própria	10,6	9,9	9,0	12,1	16,0	13,1
Empregador	0,0	0,0	0,6	1,5	2,8	1,8
Trabalhador no autoconsumo ou autoconstrução	7,5	6,4	2,6	2,5	2,4	2,6
Não-remunerado	28,9	16,4	7,9	5,5	3,8	5,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/Phad. Elaboração: Dieese.

Como se pode observar, somente a partir da faixa de 18 a 21 anos, a proporção de jovens com registro em carteira supera a dos que trabalham como empregados ou trabalhadores domésticos sem registro em carteira.

A população mais nova, com idade entre 14 e 17 anos, é a que se mostra mais sujeita às situações precárias de trabalho, visto que é nessa faixa etária que se verifica a maior incidência daqueles que se declaram como trabalhadores (empregados ou trabalhadores domésticos) sem carteira assinada e trabalhadores no autoconsumo ou autoconstrução e não-remunerados.

Além das diferenças em relação às faixas etárias, quando considerada a variável sexo, é curioso observar o fato de que, entre 18 e 21 anos, a proporção de empregados com registro em carteira é semelhante para ambos os sexos: 40,8% das moças e 40,2% dos rapazes (excluindo-se o trabalho doméstico com registro), conforme Tabela 10.

A proporção, contudo, aumenta para os rapazes e diminui para as moças, com o passar da idade, de modo que, no grupo de moças com idade entre 25 e 29 anos, o trabalho com carteira registrada corresponde a 39,5% das posições ocupadas. Para os rapazes, essa porcentagem é de 48,7%.

Tabela 10 | Distribuição da população jovem que só trabalha, segundo a posição na ocupação, por sexo e faixa etária. Brasil, 2006 (em %).

Posição na ocupação	Homens					Mulheres					14-29	
	Faixa etária (em anos)					Faixa etária (em anos)						
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29		
Empregado	50.2	67.8	79.8	77.6	74.3	76	24.1	31.2	63.8	63.5	59.4	60.5
Com carteira	0	11	40.2	47.2	48.7	44.3	0	9.2	40.8	42.5	39.5	39.6
Sem carteira	50.2	56.8	36.1	28.3	22.3	28.8	24.1	22	22.2	18.4	15.1	17.8
Funcionário público	0	0	3.5	2.1	3.2	2.9	0	0	0.8	2.6	4.8	3.2
Trabalhador doméstico	1.8	0.8	0.6	0.7	0.6	0.6	31.7	33.1	15.5	15.2	15.8	16.1
Com carteira	0	0.1	0.2	0.2	0.3	0.2	0	0.5	1.6	3.1	4.1	3.2
Sem carteira	1.8	0.6	0.4	0.5	0.3	0.4	31.7	32.6	13.9	12.1	11.7	12.9
Conta própria	10.8	9.9	9.8	13.9	18.3	14.7	10.1	9.9	7.9	9.5	12.8	10.8
Empregador	0	0	0.6	1.9	3.5	2.2	0	0	0.5	0.9	1.9	1.2
Trabalhador no autoconsumo ou autoconstrução	3.5	4.3	1.3	1.3	0.9	1.3	17.1	11.3	4.5	4.3	4.5	4.7
Não-remunerado	33.7	17.3	7.9	4.8	2.5	5.3	17	14.5	7.8	6.6	5.7	6.7
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/Phad. Elaboração: Dieese.

Mas as diferenças entre os sexos aparecem de outras formas. O trabalho doméstico, por exemplo, permanece como uma ocupação com presença bem mais expressiva no contingente feminino (16,1%) do que no masculino (0,6%). E apenas uma pequena parte delas (3,2%) tem registro em carteira; 12,9% são trabalhadoras domésticas sem registro.

São maiores também as parcelas de mulheres que se dedicam ao trabalho no autoconsumo ou na autoconstrução (4,7% contra 1,3% dos homens) ou a trabalhos não-remunerados (6,7% contra 5,3% dos homens). Os homens, por sua vez, predominam entre os jovens que trabalham por conta própria (14,7% contra 10,8% das mulheres) ou são empregadores (2,2% contra 1,2% das mulheres).

Essas diferenças entre homens e mulheres jovens no mercado de trabalho remetem a significativas desigualdades de gênero, que parecem se ampliar na medida em que avançam as idades no tempo da juventude. De fato, nos últimos anos, numerosos estudos têm se esforçado em demonstrar, comparativamente, os avanços e os recuos, os progressos e os atrasos que envolvem trabalhadores dos diferentes sexos (Bruschini, 2007; Maruani e Hirata, 2003). Por um lado, as mulheres apresentam níveis de escolaridade cada vez maiores e aumentam sua participação no mercado de trabalho; por outro, o desemprego, como será visto adiante, é mais elevado entre elas e sua presença em atividades precárias e informais é maior, como explicitam os dados aqui apresentados.

Entre os jovens que só trabalham, os empregados constituem a maior parcela, mas sua proporção varia conforme a cor/raça, revelando sempre predomínio dos brancos. Observa-se que 73,5% dos jovens brancos são empregados contra 66,4% dos negros. Essa preponderância se mantém ao longo de todas as faixas etárias, como pode ser observado na Tabela 11.

Os negros, por sua vez, estão mais presentes em situações de maior precariedade. Eles predominam no trabalho doméstico (8,6% contra 4,9% dos brancos), no de autoconsumo ou autoconstrução (3,5% contra 1,7% dos brancos) e no trabalho não-remunerado (6,5% contra 5,1% dos brancos).

O mesmo se verifica quanto aos empregados que têm registro em Carteira de Trabalho: eles são 49,6% dos brancos e 35,8% dos negros; estes predominam entre os empregados sem registro em Carteira de Trabalho, com uma proporção de 28% contra 20,6% dos brancos.

Além disso, o movimento de transição para situações menos precárias, conforme avançam as idades, revela-se mais rápido para os jovens brancos. Entre eles, a posição de empregado com registro em carteira supera a posição sem registro já na faixa etária de 18 a 21 anos, enquanto que, para os negros, a posição com registro só supera a sem registro na faixa seguinte (22 a 24 anos). Esses dados sugerem que o tempo de espera por um trabalho mais seguro ou de qualidade por parte dos jovens negros é mais demorado.

Tabela 11 | Distribuição da população jovem que só trabalha, segundo a posição na ocupação, por faixa etária e cor/raça. Brasil, 2006 (em %).

Posição na ocupação	População branca						População negra					
	Faixa etária (em anos)						Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Empregado	50.9	65.2	78.3	75.3	70.9	73.5	37.8	51.5	69.4	68.8	65.4	66.4
Com carteira	0	16.6	50.2	52.2	50.3	49.6	0	6.7	31.7	38.9	39.6	35.8
Sem carteira	50.9	48.6	25.7	20.3	16.2	20.6	37.8	44.8	35.3	28	22.4	28
Funcionário público	0	0	2.4	2.8	4.4	3.4	0	0	2.4	1.9	3.4	2.6
Trabalhador doméstico	10.1	6.8	4.5	5	4.8	4.9	10.7	12.8	8	7.9	8.9	8.6
Com carteira	0	0.3	0.6	1.3	1.4	1.2	0	0.2	0.9	1.4	2.3	1.6
Sem carteira	10.1	6.5	3.9	3.7	3.4	3.7	10.7	12.6	7.2	6.5	6.6	7
Conta própria	7.7	8.2	7.9	11	15.1	12.1	12.3	11	10	13.2	16.9	14
Empregador	0	0	1	2.2	4.1	2.7	0	0	0.2	0.8	1.6	1
Trabalhador no autoconsumo ou autoconstrução	6.6	4.7	1.7	1.5	1.5	1.7	7.8	7.4	3.3	3.4	3.3	3.5
Não-remunerado	24.7	15.2	6.7	5	3.6	5.1	31.5	17.2	9	6	4	6.5
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Obs.: a) População branca = brancos + amarelos; População negra = pretos + pardos.

b) Excluída a população indígena e sem declaração de cor.

Observando-se as diferenças de posição na ocupação por condição socioeconômica dos jovens de 14 a 29 anos que só trabalham, também se verificam diversas desigualdades (v. *Tabela 12*).

Entre os jovens com renda mais elevada registram-se proporções mais altas na posição de empregado (79% contra 57,4% dos mais pobres) e de empregador (5,8% contra 0,6% dos mais pobres). Predomina, igualmente, a proporção de jovens com mais renda na posição de empregado com carteira: 57% contra 27,2% dos jovens com mais baixos rendimentos.

Os jovens com renda mais baixa, por sua vez, apresentam maiores proporções nas posições de empregado sem carteira (30,4% contra 15,9% dos que têm renda mais alta), trabalhador doméstico (10,7% contra 1,2%), trabalhador por conta própria (15,7% contra 11,8%), trabalhador no autoconsumo ou autoconstrução (5,6% contra 0,1%) e trabalhador não-remunerado (10,1% contra 2,1%).

Como já foi registrado anteriormente, são os jovens com mais baixa renda e menor escolaridade que entram mais cedo na situação de trabalhador que só trabalha. Neste grupo, na faixa dos 14 a 15 anos, todos os empregados (34,7% dessa faixa) não têm registro em carteira, e a proporção de empregados com carteira só supera a de empregados sem carteira na última faixa etária analisada (25 a 29 anos). Enquanto isso, os jovens relativamente mais ricos aparecem na situação de trabalhador que só trabalha somente na faixa dos 18 a 21 anos e, já a partir dela, registram sua maior proporção entre os empregados com carteira: 60% contra 22,4% sem carteira.

Tabela 12 | Distribuição da população jovem que só trabalha, segundo posição na ocupação, por faixa etária e grupos de décimos da distribuição de renda familiar *per capita*. Brasil, 2006 (em %).

Posição na ocupação	40% com menores rendimentos						20% com maiores rendimentos					
	Faixa etária (em anos)						Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Empregado	34,7	47,6	60	59,8	56,5	57,4	-1	-1	86,5	80,2	76,3	79
Com carteira	0	3,3	22	28,6	29,5	25,7	-1	-1	60	58,5	55,2	56,5
Sem carteira	34,7	44,4	36,7	30	25,2	30,4	-1	-1	22,4	16,8	12,8	15,9
Funcionário público	0	0	1,4	1,2	1,7	1,4	-1	-1	4,1	4,9	8,3	6,6
Trabalhador doméstico	12,3	11,8	10,2	9,8	11,3	10,7	-1	-1	0,9	1,3	1,3	1,2
Com carteira	0	0	0,9	1,4	2,2	1,5	-1	-1	0,1	0,6	0,7	0,5
Sem carteira	12,3	11,8	9,3	8,4	9,1	9,1	-1	-1	0,8	0,8	0,6	0,7
Conta própria	11,3	9,9	11,7	14,7	19,3	15,7	-1	-1	6,6	11,2	13,6	11,8
Empregador	0	0	0,2	0,4	1	0,6	-1	-1	2,5	4,8	7,3	5,8
Trabalhador no autoconsumo ou autoconstrução	9,3	9,7	5,2	5,5	5,3	5,6	-1	-1	0,1	0,2	0,1	0,1
Não-remunerado	32,4	20,9	12,7	9,9	6,7	10,1	-1	-1	3,5	2,3	1,4	2,1
Total	100	100	100	100	100	100	-1	-1	100	100	100	100

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Obs.: a) -1: A amostra não comporta desagregação para este grupo.

b) Excluídas as pessoas sem declaração de rendimento familiar.

c) 40% mais pobres = os 40% da população jovem (14 a 29 anos) que somente trabalha com menor rendimento definidos a partir da ordenação crescente desse rendimento familiar *per capita* (base da estratificação).

d) 20% mais ricos = os 20% da população jovem (14 a 29 anos) que somente trabalha com maior rendimento definidos a partir da ordenação crescente do rendimento familiar *per capita* (topo da estratificação).

Jornada de trabalho e rendimentos

Os dados sobre as características da jornada de trabalho e dos rendimentos dos jovens que só trabalham informam outros aspectos de sua inserção no mercado.

A jornada de trabalho predominante de 48% dos jovens (14 a 29 anos) situa-se entre 31 e 44 horas/semana, embora parcela significativa, de 37,6%, registre jornada superior a 44 horas semanais (v. Tabela 13).

O número de horas aumenta conforme avançam as idades. Na faixa de 14 a 15 anos, a maioria dos jovens se divide entre as jornadas de até 30 horas semanais e de 31 a 44 horas. A partir dos 16 a 17 anos inicia-se a queda da jornada de até 30 horas. Eleva-se, ao mesmo tempo, a jornada de 31 a 44 e a superior a 44 horas semanais.

Os dados indicam que desde a adolescência, esses jovens trabalham muito, mesmo considerando que a jornada de até 30 horas semanais corresponde ao emprego de meio período. Soma-se a isso o fato de que a exploração do trabalho na jornada de até 30 horas pode ser mais intensa: na jornada mais curta, nem sempre o trabalhador tem direito a período de descanso remunerado. Na jornada mais longa, ele é remunerado no período de pausas, como o almoço, por exemplo, e geralmente é melhor remunerado. Por isso, para além do número de horas trabalhadas, é preciso avaliar o tipo de trabalho, as condições e a remuneração obtida.

Tabela 13 | Características da jornada semanal de trabalho da população jovem que só trabalha, por faixa etária. Brasil, 2006 (em %).

Jornada (em horas)	Faixa etária (em anos)					14-29
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
Até 30	37,5	24,7	14,2	13,4	13,9	14,4
De 31 a 44	37,2	41,5	47,9	48,5	48,5	48,0
Superior a 44	25,3	33,9	38,0	38,1	37,6	37,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média	34,0	37,9	41,3	41,5	41,4	41,2

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Obs.: No "Total" incluem-se os sem declaração de jornada.

Quando incorporada a variável sexo, observam-se jornadas mais extensas para os jovens do que para as jovens, com média de 43,8 horas/semana contra 37,3 horas/semana, em média. Observa-se, ainda, que a proporção de mulheres jovens que têm jornadas de trabalho de até 30 horas semanais é cerca de três vezes superior a dos homens em condições semelhantes (7,8%). Em todas as faixas etárias os rapazes se concentram nas jornadas mais longas e as moças têm uma presença mais intensa nas jornadas mais curtas²⁵. Esta diferença remete a desigualdades de gênero: as jovens podem ter uma jornada de trabalho remunerada mais curta em função do maior tempo dedicado ao trabalho doméstico em seu próprio domicílio.

Em relação à cor/raça, verifica-se que os jovens brancos têm jornada um pouco superior (41,9 horas/semana) à dos negros (40,6 horas/semana), fato que se verifica em todas as desagregações etárias consideradas. Contudo, identifica-se, especificamente entre os jovens nas faixas etárias compreendidas no grupo de 22 a 29 anos de idade, uma ligeira predominância de jovens negros com jornadas superiores a 44 horas/semana²⁶. Finalmente, quando considerada a renda familiar *per capita*²⁷, nota-se que os jovens de maior rendimento se concentram, em todas as faixas etárias, na jornada de 31 a 44 horas, considerada a mais positiva por indicar contratos menos precários. Já a jornada de trabalho superior à legalmente definida (44 horas semanais) é cumprida em maior proporção pelos de menor rendimento (37,3%) do que pelos relativamente ricos (33,4%).

Apesar das longas jornadas, a média salarial da população jovem que só trabalha é baixa (em 2006, quando foi realizada a pesquisa, era de R\$ 544)²⁸. A maior parcela (43,6%) desse grupo recebe até um salário mínimo como rendimento de sua atividade. Mas também aqui são significativas as diferenças entre as diversas faixas etárias (v. *Tabela 14*).

Tabela 14 | Características do rendimento de todos os trabalhos da população jovem que só trabalha, por faixa etária. Brasil, 2006 (em %).

Remuneração (em s.m.)	Faixa etária (em anos)					14-29
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
Até 1	92,9	81,2	53,4	42,6	35,6	43,6
Mais de 1 a 2	6,7	17,7	38,5	40,5	36,9	37,3
Mais de 2	0,3	0,9	7,2	15,9	26,3	18,0
Sem declaração	0,1	0,2	0,9	1,0	1,2	1,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média (em R\$)	117	210	377	501	686	544
Part. (em %)	0,9	3,2	24,0	25,6	46,4	100,0

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Obs.: O valor do salário mínimo vigente na época da pesquisa era de R\$ 350.

²⁵ Ver Tabela 7 do Anexo.

²⁶ Ver Tabela 8 do Anexo.

²⁷ Ver Tabela 9 do Anexo.

²⁸ As comparações de médias para a renda do trabalho e a jornada semanal, a partir da faixa etária total (14 a 29 anos de idade), entre as duas populações de jovens apresentadas (que trabalhavam e estudavam, e que só trabalhavam em 2006), devem ser relativizadas, tendo em vista os distintos pesos de cada grupo etário nas duas populações. Por exemplo: o peso da faixa etária de 14 a 15 anos na população juvenil (14 a 29 anos), que trabalhava e estudava em 2006, era de 13,3%, enquanto para aqueles que só trabalhavam em 2006 o percentual encontrado era muito menor, de 0,9%. Nas tabelas das seções que tratam do rendimento do trabalho, há uma linha mostrando a participação diferenciada dos grupos etários nos totais (14 a 29 anos) das populações analisadas.

De maneira bastante acanhada, é apenas no grupo etário de jovens com idade entre 25 e 29 anos que a porcentagem dos que ganham mais de um a dois salários mínimos (36,9%) se torna mais expressiva do que a dos que declaram renda de até um salário mínimo (35,6%).

Merece destaque a grande concentração da população jovem na faixa de menor rendimento e sua pequena concentração nas mais altas, o que comprova a baixa remuneração dos trabalhadores jovens, sobretudo os mais novos. Apenas 18% daqueles que têm idade entre 14 e 29 anos declaram ganhar mais de dois salários mínimos, e essa declaração está concentrada, sobretudo, na faixa etária que vai dos 25 aos 29 anos.

Quanto ao sexo, as mulheres jovens possuem uma renda inferior à dos rapazes. Em média, eles recebem R\$ 592; elas, R\$ 471 (valores de 2006, quando foi realizada a pesquisa). Contudo, é preciso considerar que nas três primeiras faixas etárias não há diferenças significativas nos rendimentos de moças e rapazes, porque a participação deles no grupo que declara renda de até um salário mínimo é igualmente majoritária, ou seja, a idade, nesses casos, parece ser o fator mais preponderante para justificar a má remuneração²⁹.

Porém, quando os jovens ficam mais velhos e alguns grupos conseguem ultrapassar a fragilidade dos primeiros anos, a diferença de remuneração se revela, considerando o sexo: no grupo de 22 a 24 anos do sexo masculino, por exemplo, 37,4% declaram receber até um salário mínimo (contra 50,5% das mulheres) e 18,4% declaram ter remuneração de mais de dois salários (contra 12,1% das mulheres).

É importante retomar aqui o dado de escolaridade apontado no início do texto: as mulheres jovens são mais escolarizadas do que os homens, mas isso não parece ter impacto quando ingressam no mercado de trabalho nos primeiros grupos de idade (14 a 21 anos), visto que elas se encontram em situação análoga à dos rapazes. E, no grupo dos mais velhos, sua situação evidencia um desprestígio no mundo do trabalho, mais marcadamente em função de seu sexo.

Segundo a cor/raça na população em estudo, nota-se que há acentuadas diferenças de rendimento médio do trabalho entre jovens negros e brancos. Como fica evidente na Tabela 15, a proporção de jovens negros que recebem até um salário mínimo como remuneração pelo seu trabalho é sempre superior à dos brancos, independentemente da faixa etária analisada.

Entre os jovens brancos, 32,4% declaram ganhar até um salário mínimo; entre os jovens negros essa porcentagem se eleva a 54,1%. É certo que os mais novos estão em situação menos favorável, mas a evolução dos rendimentos se dá de forma diferente para brancos e negros.

Tabela 15 | Características do rendimento de todos os trabalhos da população jovem que só trabalha, por faixa etária e cor/raça. Brasil, 2006 (em%).

Remuneração (em s.m.)	População branca						População negra					
	Faixa etária (em anos)						Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Até 1	88.6	73.5	42	31.7	25.1	32.4	95.6	85.9	63.7	52.8	45.9	54.1
Mais de 1 a 2	10.7	24.8	46.4	43.9	36.8	40.4	4.3	13.2	31.4	37.4	36.9	34.4
Mais de 2	0.8	1.2	10.5	23.2	36.8	26	0	0.8	4.2	9.1	16.2	10.7
Sem declaração	0	0.4	1.1	1.3	1.4	1.3	0.1	0.1	0.7	0.7	1	0.8
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Média (em R\$)	150	249	441	600	866	677	98	186	320	409	510	421
Part. (em %)	0.7	2.5	23.6	25.5	47.7	100	1.1	3.8	24.3	25.6	45.1	100

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Obs.: a) O valor do salário mínimo vigente na época da pesquisa era de R\$ 350.

b) População branca = brancos + amarelos; População negra = pretos + pardos.

c) Excluída a população indígena e sem declaração de cor.

²⁹ Ver Tabela 10 do Anexo.

Entre os mais velhos, na faixa dos 25 a 29 anos, os que recebem mais de dois salários mínimos correspondem a 16,2% dos jovens negros e 36,8% dos brancos.

A média salarial da população jovem branca é de R\$ 677, a da população jovem negra é de R\$ 421 (valores de 2006).

As diferenças de rendimento entre jovens mais pobres e mais ricos apontam uma desigualdade sem precedentes nos recortes até agora realizados – homens e mulheres; brancos e negros. Para evidenciá-la, basta dizer que, enquanto os jovens oriundos das famílias mais pobres possuem renda média de R\$277, aqueles provenientes de estratos mais privilegiados possuem renda de R\$1.187, uma diferença de 76,6% (v. Tabela 16)³⁰.

Dos jovens com mais baixa renda que só trabalham, 70% recebem até um salário mínimo como rendimento pelo seu trabalho; percentual que cai para 9,5% entre os jovens relativamente ricos no mesmo grupo etário. A partir dos 22 anos, os jovens provenientes de estratos mais ricos estão predominantemente entre os que declaram renda superior a dois salários mínimos. Essa realidade não é verificada para nenhum grupo de idade entre os mais pobres.

Os dados sobre a remuneração do trabalho explicitam a profunda desigualdade social do país. Os dois grupos se concentram nos extremos: os de menor renda no menor rendimento e os de maior renda no maior rendimento.

Tabela 16 | Características do rendimento de todos os trabalhos da população jovem que só trabalha, por faixa etária e grupos de décimos da distribuição de renda familiar *per capita*. Brasil, 2006 (em %).

Remuneração (em s.m.)	40% com menores rendimentos						20% com maiores rendimentos					
	Faixa etária (em anos)						Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Até 1	98	92.4	76	69	63.6	70	-1	-1	19.1	9.3	5.9	9.5
Mais de 1 a 2	1.9	7.2	21	26.1	29.8	25.1	-1	-1	51.8	38.5	24.2	32.7
Mais de 2	0	0.1	0.9	2.5	3.5	2.4	-1	-1	29.1	52.2	69.9	57.8
Sem declaração	0.1	0.4	2.1	2.4	3	2.5	-1	-1	0	0	0	0
Total	100	100	100	100	100	100	-1	-1	100	100	100	100
Média (em R\$)	75	143	235	287	319	277	-1	-1	677	974	1,451	1,187

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração:Dieese.

Obs.: a) -1: A amostra não comporta desagregação para este grupo.

b) Excluídas as pessoas sem declaração de rendimento familiar.

c) 40% mais pobres = os 40% da população jovem (14 a 29 anos) que somente trabalha com menor rendimento definidos a partir da ordenação crescente desse rendimento familiar *per capita* (base da estratificação).

d) 20% mais ricos = os 20% da população jovem (14 a 29 anos) que somente trabalha com maior rendimento definidos a partir da ordenação crescente do rendimento familiar *per capita* (topo da estratificação).

Assim, se a escolaridade de moças e rapazes pobres é mais frágil do que a verificada entre os jovens provenientes de famílias em melhores condições econômicas, tal situação parece reverberar, de maneira significativa, quando considerados os rendimentos obtidos pelo segundo grupo em decorrência de sua atividade produtiva.

Tal situação pode configurar-se em um mecanismo de reprodução da pobreza, visto que a inserção dos jovens mais pobres não se converte em possibilidade de ascensão social, pelo menos para o grupo que se encontra exclusivamente trabalhando.

³⁰ É importante considerar a participação de negros e mulheres no grupo de jovens oriundos das famílias de menor renda *per capita*.

Nesse sentido, as diferenças e desigualdades no mundo do trabalho se configuram como uma trama complexa, que incorpora diferenças de origem, cor/raça e sexo.

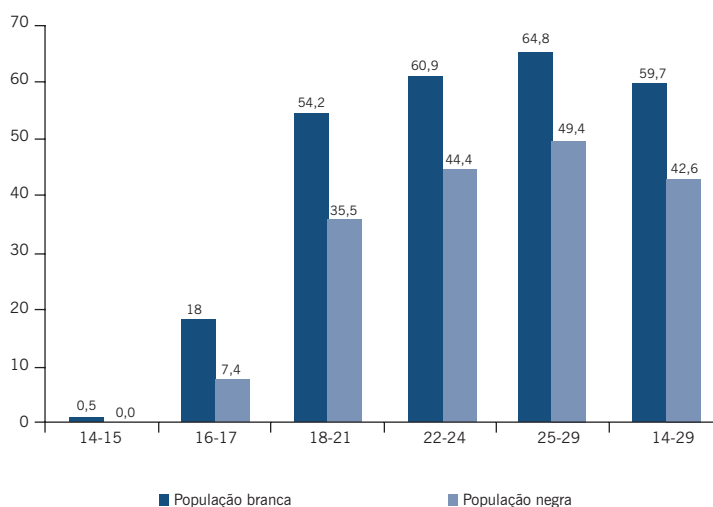
Contribuição à Previdência

Pouco mais da metade da população jovem que só trabalha (50,8%) contribui com a Previdência Social. Como era esperado, a proporção de contribuintes é maior a partir dos 18 anos de idade, uma vez que é nesta faixa etária que ocorre um ingresso maior de jovens no mercado de trabalho formal. A proporção de jovens contribuintes que, na faixa dos 16 a 17 anos, é de 11,4%, salta para 44,3% na faixa dos 18 a 21 anos³¹.

Não se verificam diferenças significativas entre mulheres e homens que só trabalham quanto à contribuição para a Previdência³². Aproximadamente a metade desses jovens, de ambos os sexos, contribui. Contudo, na faixa de 25 a 29 anos, nota-se ligeira predominância dos homens (58,3%) em relação às mulheres contribuintes (55,1%).

As diferenças entre brancos e negros são expressivas. Em todas as faixas etárias, a proporção dos jovens brancos contribuintes que só trabalham é sensivelmente maior que a dos jovens negros. Na faixa dos 18 aos 21 anos, por exemplo, recolhem a contribuição previdenciária 54,2% dos jovens brancos contra apenas 35,5% dos jovens negros (v. Gráfico 4)

Gráfico 4 | Proporção da população jovem que só trabalha, com contribuição à Previdência em qualquer trabalho, por faixa etária e cor/raça. Brasil, 2006.



Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Obs.: a) População Branca = brancos + amarelos; População Negra = pretos + pardos.

b) Excluída a população indígena e sem declaração de cor.

Esses dados evidenciam a maior fragilidade da forma de inserção dos jovens negros no mercado de trabalho, já que a contribuição previdenciária é obrigatória e indica ocupação no mercado legal, regulado pela legislação trabalhista.

Em síntese, considerando os 22,3 milhões de jovens de 14 a 29 anos que só trabalham, verifica-se que a maioria já freqüentou a escola; porém, ainda é alta a porcentagem dos que não concluíram o ensino fundamental entre 16 e 17 anos, revelando distorções série-idade e fragilidade da inserção no mundo escolar. Vale destacar, no entanto, a significativa parcela dos que já concluíram

³¹ Ver Tabela 11 do Anexo.

³² Ver Tabela 12 do Anexo.

o ensino médio. As moças são mais escolarizadas que os rapazes e os brancos, mais escolarizados que os negros. A pesquisa indica também a existência de profundas desigualdades entre jovens com maior e menor renda familiar. Os de maior renda só ingressam na atividade aos 18 anos. Em contraste, os de menor renda estão na atividade desde os 14 anos. Os ocupados de menor renda se concentram no ensino fundamental incompleto entre 14 e 21 anos. Na faixa de 18 a 21 anos, os de maior renda ingressam na atividade, mas a grande maioria possui ensino médio completo.

As posições ocupadas pelo conjunto dos jovens que apenas trabalham no mercado indicam situação precária, melhorando um pouco com a idade, na medida em que conseguem alcançar o registro em carteira. É certo que o emprego com registro não remete, necessariamente, a um posto de trabalho de qualidade, mas sugere melhores condições do que a de empregado sem registro ou não-remunerado. Chama atenção o fato de que, aos 18 anos, mais da metade dos brancos está ocupada como empregado registrado. Entre os negros, essa virada só ocorre aos 22 anos.

Em relação à remuneração, merece destaque a grande concentração na faixa de menor rendimento e a pouca proporção dos que recebem mais de dois mínimos em todas as faixas etárias, o que comprova a forma precária de inserção do trabalhador jovem no mercado. A situação só melhora um pouco para os jovens entre 25 e 29 anos. Na medida que se avança na faixa etária, acentua-se a distância no rendimento dos jovens do sexo masculino em relação ao feminino, o mesmo ocorrendo entre os jovens negros em relação aos brancos.

Os dados sobre a remuneração do trabalho tornam evidente a profunda desigualdade social do país. Os dois grupos se concentram nos extremos, os de menor renda no menor rendimento e os de maior renda no maior rendimento.

3.2 Jovens que trabalham e estudam

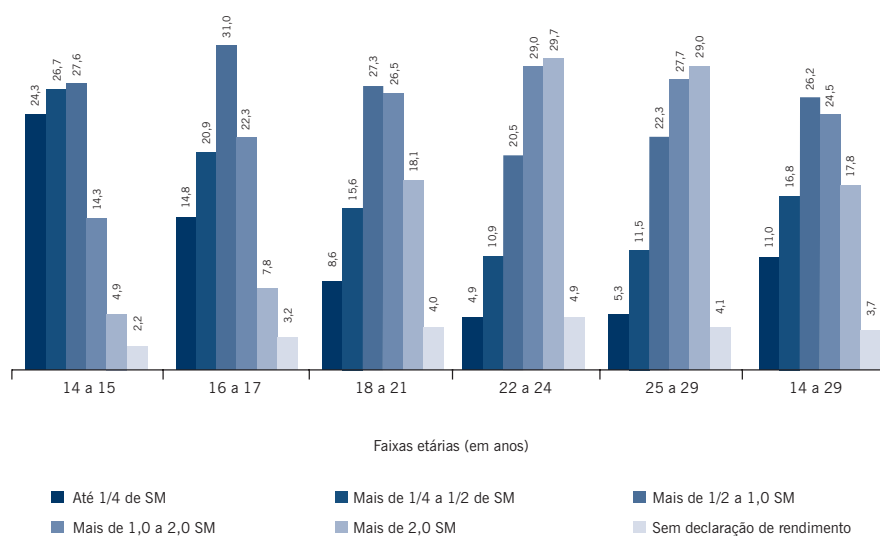
Uma proporção de 15,4% da população entre 14 e 29 anos, ou seja, 8,4 milhões de jovens, informa trabalhar e estudar. Esses jovens têm sua maior participação na faixa dos 16 a 17 anos, em que representam cerca de 24,5% do grupo que trabalha e estuda, decrescendo progressivamente nas faixas seguintes, até menos de 10% na faixa dos 25 a 29 anos (v. Tabela 6).

A posição da maioria desses jovens na família (73,6%) é a de filho³³. Esta posição é mais comum entre os que têm entre 14 e 15 anos (91,6%) e vai decrescendo conforme avançam as idades, até 42,2% na faixa dos 25 a 29 anos. E, como em todos os demais grupos, a posição de cônjuge é ocupada apenas por uma pequena minoria (6,9%).

Considerando a renda familiar *per capita*, os jovens que trabalham e estudam são, dentre todos os grupos analisados, os que apresentam a menor porcentagem de famílias com renda *per capita* de até um salário mínimo (54%), bem abaixo da participação desse tipo de família no conjunto da população, que é de 78,2%. Há, entretanto, diferenças no interior dos grupos etários, sendo que os jovens mais novos são provenientes de famílias mais pobres.

³³ Ver Tabela 4 do Anexo.

Gráfico 5 | Distribuição dos jovens que trabalham e estudam, segundo estratos de renda familiar *per capita*, por faixa etária (em %).



O Gráfico 5 deixa nítido que, entre 14 e 15 anos, são os jovens das famílias mais pobres que ingressam no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que permanecem estudando. Nas faixas etárias seguintes, diminui a porcentagem dos mais pobres que estudam e trabalham e cresce paulatinamente a participação daqueles cuja renda familiar *per capita* está acima de um salário mínimo, chegando a representar mais de 50% dos indivíduos de 22 a 29 anos. Essa inversão torna-se mais significativa quando lembramos que, na população brasileira, as famílias que se encontram nessa situação correspondem a apenas 21,8%.

No que diz respeito à escolaridade dos jovens que conciliam trabalho e estudo, é necessário apontar, em primeiro lugar, a existência de uma diversidade de situações relativas às faixas etárias, como demonstra a Tabela 17.

Tabela 17 | Distribuição da população jovem que trabalha e estuda, segundo o curso que frequenta, por faixa etária. Brasil, 2006 (em %).

Curso que frequenta	Faixa etária (em anos)					14-29
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
Regular de ensino fundamental (1º grau)	75,6	32,7	14,9	8,3	8,3	24,3
Regular de ensino médio (2º grau)	22,4	62,3	39,8	18,7	13,5	33,8
Supletivo de 1º grau	1,9	3,0	2,8	3,4	5,7	3,3
Supletivo de 2º grau	0,0	0,9	4,3	4,5	7,1	3,6
Superior	0,0	0,7	34,0	59,2	54,7	30,6
Alfabetização de adultos	0,2	0,3	0,6	1,4	2,6	1,0
Pré-vestibular	0,0	0,2	3,6	2,7	2,6	2,1
Mestrado ou doutorado	0,0	0,0	0,1	2,0	5,5	1,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.
Obs.: Excluída a população sem declaração de curso que frequenta.

Jovens com idade entre 14 e 15 anos encontram-se prioritariamente matriculados no ensino fundamental regular, e os que têm entre 16 e 17 anos predominam no ensino médio regular. No grupo de 18 a 21 anos, observam-se situações contrastantes: alta proporção dos que se encontram no ensino superior e também elevada proporção dos que não concluíram os ensinos fundamental e médio. Nos grupos mais velhos, de 22 a 29 anos, a frequência ao ensino superior é a realidade de mais da metade dos jovens que trabalham e estudam.

Novamente aqui, esses dados não deixam dúvidas sobre os impactos do recente processo de expansão do acesso à educação, inclusive a superior. Trata-se de uma realidade bastante recente no país, o que talvez justifique o decréscimo de jovens com idade entre 25 e 29 anos no ensino superior, se comparado com a faixa etária anterior. As políticas de acesso ao ensino superior, sobretudo privado³⁴, como Fies³⁵ e ProUni³⁶, são bastante recentes – o primeiro foi criado em 1999 e o segundo, em 2004. Daí porque os jovens com idades entre 18 e 24 anos constituam o grupo que mais se beneficia dessas políticas.

É importante explicitar, contudo, que uma parcela não menos expressiva dos jovens com mais de 15 anos ainda frequenta o ensino fundamental; e o mesmo ocorre com jovens de mais de 17 anos que ainda estão cursando o ensino médio. Tais dados indicam a persistência de distorções idade-série, como resultado da repetência ou de uma frequência intermitente à escola – dois problemas bastante graves no sistema educacional brasileiro.

Os dados revelam maior escolaridade das moças em relação aos rapazes. Estão no ensino superior 37,1% delas e 25,4% deles. A população feminina parece ingressar mais cedo na condição de estudantes do ensino superior: na faixa etária dos 18 aos 21 anos, apenas 26,5% dos rapazes declaram-se matriculados no ensino superior; no grupo das moças da mesma faixa etária, essa porcentagem é de 43,1%. Além disso, embora a maioria das moças de 14 a 15 anos (68,9%) ainda curse o ensino fundamental, 30% delas já estão no ensino médio, contra apenas 18,1% dos rapazes. É maior também, no ensino médio, a proporção de moças de 16 a 17 anos, faixa etária considerada adequada para ingresso e frequência nesse nível de ensino. São 72,1% delas contra 55,8% dos homens³⁷.

Considerando a cor/raça, a diferença de escolaridade é ainda maior do que a observada entre moças e rapazes. Os jovens brancos ocupados que também estudam registram maior nível de escolaridade do que os negros, diferença que se acentua com a idade. Isso evidencia a maior disparidade idade-série dos negros e a maior dificuldade desse grupo em ter uma trajetória escolar menos acidentada, tal como já enfatizado³⁸.

Sobre as condições socioeconômicas dos jovens que trabalham e estudam, é importante que se diga que os jovens pertencentes a famílias com renda familiar *per capita* mais elevada ingressam no trabalho a partir dos 18 anos. Como pode ser observado na Tabela 18, eles não compõem sequer uma porcentagem significativa³⁹ na faixa etária mais jovem, de 14 a 15 anos, que possa ser desmembrada a partir da escolaridade.

³⁴ De acordo com o Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), em 2006 foram registradas 4.676.646 matrículas em cursos de graduação presencial no país, sendo 74% em cursos privados.

³⁵ Trata-se de um programa de financiamento estudantil destinado a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores de graduação.

³⁶ O Programa Universidade para Todos (ProUni) tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Em contrapartida, o programa oferece isenção de tributos às Instituições que aderem.

³⁷ Ver Tabela 14 do Anexo.

³⁸ Ver Tabela 15 do Anexo.

³⁹ O que fica evidente pelo valor (-1) na respectiva coluna.

Tabela 18 | Distribuição da população jovem que trabalha e estuda, segundo o curso que frequenta, por faixa etária e grupos de décimos⁴⁰ da distribuição de renda familiar *per capita*. Brasil, 2006 (em %).

Curso que frequenta	40% com menores rendimentos						20% com maiores rendimentos					
	Faixa etária (em anos)						Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Regular de ensino fundamental (1º grau)	83,4	47	29,5	22,2	21,8	44	-1	7,6	0,5	0,5	0,3	2,3
Regular de ensino médio (2º grau)	14,2	48,2	51,5	36,3	27,8	38,1	-1	84,4	12	3	2,2	13,2
Supletivo de 1º grau	2,2	3,5	3,7	6,7	11,8	4,6	-1	1,4	0,5	0,2	0,8	0,6
Supletivo de 2º grau	0	0,8	3,6	5,8	8,8	3	-1	1,1	2,7	1,3	2,1	1,9
Superior	0	0,1	8,9	22,2	18,9	7,3	-1	5,1	79,2	88,9	79,9	74,2
Alfabetização de adultos	0,2	0,3	1	4	7,6	1,8	-1	0	0,1	0,1	0,1	0,1
Pré-vestibular	0	0,1	1,8	2,5	1,1	1	-1	0,3	4,8	1,5	2	2,5
Mestrado ou doutorado	0	0	0	0,3	2,2	0,3	-1	0	0,3	4,6	12,6	5,2
Total	100	100	100	100	100	100	-1	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Obs.: a) -1: A amostra não comporta desagregação para este grupo.

b) Excluídas as pessoas sem declaração de rendimento familiar.

c) 40% mais pobres = os 40% da população jovem (14 a 29 anos) que somente trabalha com menor rendimento definidos a partir da ordenação crescente desse rendimento familiar *per capita* (base da estratificação).

d) 20% mais ricos = os 20% da população jovem (14 a 29 anos) que somente trabalha com maior rendimento definidos a partir da ordenação crescente do rendimento familiar *per capita* (topo da estratificação).

As diferenças de renda entre as famílias dos jovens impactam sua escolaridade, como se pode perceber pela comparação entre os 20% com os maiores rendimentos familiares *per capita* e os 40% com os menores rendimentos familiares *per capita*. Enquanto entre os jovens de menores rendimentos, com idade entre 18 e 21 anos, apenas 8,9% estão no ensino superior, entre os jovens com maiores rendimentos, da mesma faixa etária, esse índice atinge 79,2%.

Posição na ocupação

Da população jovem que trabalha e estuda, 64,6% (ou seja, aproximadamente 5,4 milhões de jovens) encontram-se na condição de empregados. Uma porcentagem significativa (16%) trabalha sem remuneração, o que pode revelar uma situação bastante precária. Soma-se a isso o fato de 7,5% serem trabalhadores domésticos. Há também uma parcela não desprezível de jovens trabalhando por conta própria (7,5%), ou seja, trabalhando em seu próprio empreendimento, sozinhos ou com sócios, sem ter empregado. No caso desta posição, não há elementos para informar com precisão o tipo de trabalho realizado e se ela significa uma relação precária ou não, pois o trabalho pode variar desde o comércio ambulante até a prestação de serviços especializados, podendo estar ou não em condições regulares.

Assim como no grupo anterior, a posição na ocupação encontra importante variação nos diferentes grupos etários, o que pode ser observado na Tabela 19.

⁴⁰ A distribuição de renda de qualquer país tem forte assimetria positiva, ou seja, a maioria das pessoas tem renda individual substancialmente menor do que a média (há muitos mais pobres do que ricos). Assim, nesta publicação, os grupamentos de décimos constantes das tabelas que tratam das condições socioeconômicas foram obtidos a partir de critérios estatísticos (garantir que a amostra comporte a desagregação para o maior número possível de faixas etárias) e econômicos (características da distribuição de renda). Um indicador da acentuada desigualdade no Brasil é a proporção da renda apropriada pelos 40% mais pobres (11,6% da renda total declarada na Pnad de 2006) e pelos 20% mais ricos (grupo que se apropria de aproximadamente 60,0% da renda total declarada). Além desses indicadores, podem-se citar outros que revelam pontos críticos da desigualdade no país como, por exemplo, a proporção de renda apropriada pelos 10%, 5% e 1% mais ricos. A concentração de renda por décimos da população, com os dados de renda ordenados crescentemente, mostra a assimetria da distribuição de renda, como mostrado a seguir: 1º décimo da população concentra 1% da renda, 2º décimo concentra 2,5% da renda, 3º décimo concentra 3,9% da renda, 8º décimo concentra 15,4% da renda, 9º décimo concentra 44,4% da renda (os 5+ concentram 31,7% da renda e o 1+ concentra 12,8% da renda) (Pnad 2006).

Tabela 19 | Distribuição da população jovem que trabalha e estuda, segundo posição na ocupação, por faixa etária. Brasil, 2006 (em %).

Posição na ocupação	Faixa etária (em anos)					14-29
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
Empregado	31,0	55,7	70,3	78,1	76,9	64,6
Com carteira	1,6	15,1	31,3	40,8	48,5	28,7
Sem carteira	29,4	40,6	37,1	32,1	20,7	33,0
Funcionário público	0,0	0,0	2,0	5,2	7,8	2,9
Trabalhador doméstico	8,1	10,0	7,5	5,3	6,1	7,5
Com carteira	0,0	0,1	0,6	1,0	1,4	0,6
Sem carteira	8,1	9,9	7,0	4,3	4,7	6,9
Conta própria	6,6	5,9	7,0	7,9	10,5	7,5
Empregador	0,0	0,2	0,5	1,7	1,7	0,8
Trabalhador no autoconsumo ou autoconstrução	10,4	5,3	2,1	1,2	1,3	3,6
Não-remunerado	43,8	22,9	12,5	5,8	3,5	16,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/Phad. Elaboração: Dieese.

A posição dos mais novos indica maior precariedade do que a dos jovens com mais idade. Na faixa dos 14 a 15 anos, a maior parcela (43,8%) dos que estudam e trabalham não recebe remuneração pelo trabalho, seguidos pelos que são empregados ou trabalhadores domésticos, mas sem registro na Carteira de Trabalho (37,5%). Somando-se a esses dois grupos os 10,4% de jovens que trabalham no autoconsumo ou autoconstrução, têm-se mais de 90% trabalhando em condições precárias.

Na faixa dos 16 a 17 anos, a proporção de jovens na situação de trabalhador não-remunerado decresce bastante e mais da metade (50,5%) passa a integrar o mercado na condição de empregado ou trabalhador doméstico sem registro na Carteira de Trabalho, contra uma parcela muito reduzida deste último grupo com registro (15,2%).

Somente a partir dos 22 a 24 anos, as posições de empregado e trabalhador doméstico com registro em carteira, somadas, superam as do mesmo grupo sem registro; mesmo assim, com apenas 5,4 pontos percentuais de diferença. Isso comprova a maior vulnerabilidade dos trabalhadores mais jovens.

Pode-se observar que a parcela de jovens nas posições de empregado ou trabalhador doméstico com registro avança conforme avançam as idades. Mesmo assim, essa parcela não chega a representar a maioria dos jovens que trabalham e estudam, nem mesmo depois dos 25 anos (49,9%).

Tomando-se o conjunto da população jovem (14 a 29 anos) que trabalha e estuda, segundo o sexo e a posição na ocupação (v. Tabela 20), nota-se que, embora a inserção no trabalho formal seja similar entre eles e elas (cerca de 30%), há diferenças importantes quando se considera o grupo dos mais velhos: 42,7% dos rapazes com idade entre 22 e 24 declaram ser empregados com carteira assinada, enquanto apenas 38,7% das moças afirmam o mesmo. Essa diferença aumenta ainda mais no grupo de 25 a 29 anos, no qual 54,1% deles dizem ser empregados com carteira assinada e somente 43,2% delas afirmam estar nessa situação.

Tabela 20 | Distribuição da população jovem que trabalha e estuda, segundo posição na ocupação, por faixa etária e sexo. Brasil, 2006 (em %).

Posição na ocupação	Homens						Mulheres					
	Faixa etária (em anos)						Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Empregado	36.4	60	73.2	80.6	81.2	67.1	21.5	49.3	66.9	75.3	73	61.5
Com carteira	1.9	15.2	31.9	42.7	54.1	28.8	1.2	15	30.6	38.7	43.2	28.7
Sem carteira	34.5	44.8	38.9	32	19.8	35.5	20.2	34.3	34.8	32.2	21.5	29.9
Funcionário público	0	0	2.4	6	7.3	2.8	0	0	1.5	4.4	8.3	3
Trabalhador doméstico	0.6	0.8	0.7	0.8	0.8	0.7	21.5	24	15.7	10.3	11	15.9
Com carteira	0	0	0.1	0.4	0.4	0.2	0	0.2	1.1	1.7	2.4	1.2
Sem carteira	0.6	0.7	0.7	0.3	0.4	0.6	21.5	23.8	14.6	8.6	8.6	14.7
Conta própria	5.1	5.4	8	9.8	11.5	7.8	9.3	6.6	5.9	5.8	9.5	7.1
Empregador	0.1	0.1	0.7	1.9	2.3	0.9	0	0.3	0.3	1.5	1.2	0.7
Trabalhador no autoconsumo ou autoconstrução	10	5.6	2.3	1	0.7	3.7	11.2	4.9	1.9	1.4	2	3.4
Não-remunerado	47.9	28.2	15.1	5.9	3.6	19.8	36.5	14.9	9.3	5.7	3.3	11.4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

A população jovem negra que trabalha e estuda também possui inserção no trabalho mais precária que a da população jovem branca (v. *Tabela 21*). Os negros predominam entre os trabalhadores não-remunerados (19,3% contra 12,8% dos jovens brancos) e no grupo dos empregados ou trabalhadores domésticos sem carteira (42,6% contra 37,2%).

Tabela 21 | Distribuição da população jovem que trabalha e estuda, segundo posição na ocupação, por faixa etária e cor/raça. Brasil, 2006 (em %).

Posição na ocupação	População branca						População negra					
	Faixa etária (em anos)						Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Empregado	37,3	64,2	78,7	83,7	80,8	72,9	26,6	48,4	61,6	70,2	72,3	56,2
Com carteira	2,3	22,4	40,4	46,7	55,7	37,1	1,2	9	21,8	32,6	40	20,3
Sem carteira	35	41,9	36,2	31,9	17,9	32,8	25,4	39,4	37,9	32,2	23,9	33,2
Funcionário público	0	0	2,2	5,1	7,2	3,1	0	0	1,9	5,4	8,5	2,8
Trabalhador doméstico	6,7	8	4,2	2,9	4	4,9	9,1	11,8	11	8,7	8,6	10,1
Com carteira	0	0	0,3	0,8	1,1	0,5	0	0,2	0,8	1,3	1,8	0,8
Sem carteira	6,7	8	3,9	2,1	2,9	4,4	9,1	11,6	10,2	7,4	6,8	9,4
Conta própria	5,9	4,4	5,1	6	9,7	6,1	7	7,1	9,1	10,6	11,4	8,9
Empregador	0,1	0,3	0,8	2,2	2,3	1,2	0	0,1	0,2	1	1,1	0,4
Trabalhador no autoconsumo ou autoconstrução	8,5	3,6	1	0,3	0,6	2,1	11,7	6,8	3,2	2,4	2,2	5,1
Não-remunerado	41,4	19,4	10,1	4,9	2,6	12,8	45,6	25,8	14,9	7,1	4,4	19,3
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Obs.: a) População branca = brancos + amarelos; População negra = pretos + pardos.
b) Excluída a população indígena e sem declaração de cor.

Os negros são também a maioria dos trabalhadores domésticos. A parcela deles nessa situação é duas vezes maior que a de brancos (10,1% contra 4,9%). Observa-se ainda a forte presença de mulheres negras no trabalho doméstico, em que os homens negros compõem uma parcela de apenas 0,7%.

Por fim, a análise da inserção ocupacional segundo rendimento familiar *per capita* indica que os jovens de mais baixa renda têm inserção produtiva mais precária. Apenas 43,2% dos jovens de 14 a 29 anos mais pobres declaram-se empregados e, desses, apenas 11,5% possuem registro em carteira. No grupo dos mais jovens com renda familiar mais elevada, essas porcentagens são, respectivamente, de 85,3% e 47,6% (v. Tabela 22).

Tabela 22 | Posição na ocupação da população jovem que trabalha e estuda, por faixa etária e grupos de décimos da distribuição de renda familiar *per capita*. Brasil, 2006 (em %).

Posição na ocupação	40% com menores rendimentos						20% com maiores rendimentos					
	Faixa etária (em anos)						Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Empregado	22.5	39.8	50	58.2	57.6	43.2	-1	76.5	87.8	87.4	86.7	85.3
Com carteira	0.6	5.7	13.1	24.1	28.6	11.5	-1	30.6	45	47.4	59.1	47.6
Sem carteira	21.9	34.2	35.8	31.9	24.7	30.6	-1	45.9	39	31.8	17.2	31.1
Funcionário público	0	0	1.1	2.2	4.3	1.1	-1	0	3.7	8.1	10.4	6.6
Trabalhador doméstico	9.4	13.2	14.7	14.5	14.7	13.1	-1	0.8	0.3	0.4	0.3	0.4
Com carteira	0	0.1	0.6	1.6	2.3	0.7	-1	0	0	0.4	0.2	0.2
Sem carteira	9.4	13.1	14.1	13	12.3	12.5	-1	0.8	0.3	0	0.2	0.3
Conta própria	6	7.4	9.4	10.9	15.7	9	-1	4.5	4.7	4.6	7	5.4
Empregador	0	0	0.2	0.7	0.6	0.2	-1	0	1.2	3.1	3.6	2.3
Trabalhador no autoconsumo ou autoconstrução	13	8.5	4.7	3.8	3.9	7.3	-1	0	0	0	0.3	0.2
Não-remunerado	49.1	31.2	21	11.9	7.6	27.1	-1	18.3	6	4.5	2	6.3
Total	100	100	100	100	100	100	-1	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Obs.: a) -1: A amostra não comporta desagregação para este grupo.

b) Excluídas as pessoas sem declaração de rendimento familiar.

c) 40% mais pobres = os 40% da população jovem (14 a 29 anos) que somente trabalha com menor rendimento definidos a partir da ordenação crescente desse rendimento familiar *per capita* (base da estratificação).

d) 20% mais ricos = os 20% da população jovem (14 a 29 anos) que somente trabalha com maior rendimento definidos a partir da ordenação crescente do rendimento familiar *per capita* (topo da estratificação).

É preciso registrar aqui, novamente, a porcentagem mais elevada de jovens pertencentes a famílias com mais baixo rendimento que ingressam precocemente nas atividades produtivas. Na faixa etária de 14 a 15 anos, há predomínio de posições mais frágeis, como a de trabalho não-remunerado (49,1%) ou emprego sem registro (21,9%) para aqueles que são oriundos de famílias de mais baixa renda. Apenas na faixa de 25 a 29 anos, a maioria dos jovens com menor renda se ocupa como empregado com registro; até então, predomina o emprego sem registro, ou seja, no mercado informal, apontando maior fragilidade.

Jornada de trabalho e rendimentos

Na população de jovens de 14 a 29 anos que trabalha e estuda, predomina, com 45,3%, a jornada de trabalho semanal de 31 a 44 horas (v. Tabela 23). Quase 20% dessa população cumpre jornadas de trabalho semanais acima da legalmente estabelecida, proporção que alcança 25,2% dos jovens de 25 a 29 anos. Observa-se que a jornada de trabalho semanal e a idade são duas variáveis que se correlacionam, mostrando que, quanto maior a idade do jovem, maior será a jornada média semanal de trabalho e a proporção daqueles que se submetem a elevadas jornadas acima da legal.

Tabela 23 | Características da jornada semanal de trabalho da população jovem que trabalha e estuda, por faixa etária. Brasil, 2006 (em%).

Jornada (em horas)	Faixa etária (em anos)					14-29
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
Até 30	71,9	47,8	27,7	22,8	19,1	35,3
De 31 a 44	21,3	37,3	49,6	54,6	55,7	45,3
Superior a 44	6,9	14,9	22,6	22,5	25,2	19,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média (em horas)	22,7	30,0	35,8	37,1	38,0	33,5

Fonte: IBGE/Phad. Elaboração: Dieese.

Obs.: No "Total" incluem-se os sem declaração de jornada.

A comparação em relação ao grupo dos jovens que só trabalham sugere que os jovens que trabalham e estudam permanecem mais tempo em ocupações com jornada curta, provavelmente por causa dos estudos. Os que só trabalham, ao contrário, ingressam rapidamente na jornada mais longa. Ainda assim, é bastante longo o tempo de trabalho dos jovens que estudam e trabalham. E a partir dos 18 anos passam a dedicar maior tempo à jornada de trabalho. O curioso é que o mesmo movimento não ocorre com as moças, para quem a jornada curta permanece como alternativa para parcela representativa da população⁴¹. Provavelmente elas podem combinar as atividades do trabalho com as da esfera da reprodução. Porém, não é impossível afirmar que a ocupação na jornada curta é mais uma consequência do modo como elas conseguem inserir-se no mercado do que uma opção.

Em relação à cor/raça, nas primeiras faixas, os jovens brancos e negros se concentram na jornada mais curta, cuja proporção diminui com a idade, concomitante à elevação da porcentagem nas jornadas mais longas. Como no grupo dos jovens que só trabalham, a proporção de negros na jornada mais curta é sempre superior a dos brancos⁴².

Em termos de rendimento, a remuneração média mensal da população jovem que trabalha e estuda (R\$ 397) cresce à medida que se eleva a idade: de R\$ 66, na faixa de 14 a 15 anos, a R\$ 797, na de 25 a 29 (valores de 2006, quando foi realizada a pesquisa).

No que diz respeito ao sexo, observa-se que, nos primeiros grupos etários, a remuneração predominante é de até um salário mínimo para ambos os sexos. A partir dos 18 anos, no entanto, os rapazes passam a ganhar mais, com porcentagens crescentes de remuneração acima de um salário mínimo (v. Tabela 24).

⁴¹ Ver Tabela 16 do Anexo.

⁴² Ver Tabela 17 do Anexo.

Tabela 24 | Características do rendimento de todos os trabalhos da população jovem que trabalha e estuda, por faixa etária e sexo. Brasil, 2006 (em %).

Remuneração (em s.m.)	Homens						Mulheres					
	Faixa etária (em anos)						Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Até 1	97.8	86.5	59.8	35.7	23.5	62.1	98.1	88.6	63.4	44.5	36.8	62.8
Mais de 1 a 2	2.1	12.7	30.3	34.8	29.6	22.7	1.4	10.1	27.9	36.3	34.3	24.6
Mais de 2	0.1	0.5	8.9	28.5	44.9	14.4	0	0.5	7.8	18	27.9	11.7
Sem declaração	0.1	0.2	1	1	2	0.8	0.4	0.8	0.9	1.2	1.1	0.9
Total (em %)	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Média (em R\$)	67	173	366	652	956	413	65	177	346	505	650	377
Part. (em %)	15.3	22.3	31	15.8	15.7	100	10.7	18.4	32	17.8	21	100

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Obs.: O valor do salário mínimo vigente na época da pesquisa era de R\$ 350.

A partir dos 25 anos, declaram rendimento de mais de dois salários quase a metade dos rapazes (44,9%), com média salarial de R\$ 956, e menos de um terço das moças (27,9%), com média salarial de R\$ 650 (valores de 2006). A diferença dos rendimentos entre jovens do sexo masculino e feminino descortina a desigualdade de gênero.

Nos primeiros anos da juventude, quando ainda não acumularam qualificação e devem estar ocupados em postos simples, jovens dos dois sexos são mal remunerados. Porém, com o passar dos anos, a acumulação de escolaridade e experiência reverbera positivamente em melhores benefícios para os rapazes.

As diferenças de rendimento segundo a cor/raça da população em estudo indicam que, desde o início da vida produtiva, os jovens negros possuem rendimentos inferiores aos dos jovens brancos. Mas essas diferenças se acentuam a partir da faixa dos 18 a 21 anos. Entre os mais velhos (25 a 29), declaram ter renda superior a dois salários mínimos 45,9% dos jovens brancos e 24,4% dos jovens negros (v. Tabela 25).

Tabela 25 | Características do rendimento de todos os trabalhos da população jovem que trabalha e estuda, por faixa etária e cor/raça. Brasil, 2006 (em %).

Remuneração (em s.m.)	População branca						População negra					
	Faixa etária (em anos)						Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Até 1	96,8	81,8	49,4	28,1	19,9	50,8	98,7	92,1	74,1	56,4	42,8	74,3
Mais de 1 a 2	3	16,8	37,1	39,4	32	29	1	7,4	20,9	30,2	32	17,9
Mais de 2	0	0,8	12,5	31,2	45,9	19	0,1	0,2	4,2	12,7	24,4	7,2
Sem declaração	0,2	0,6	1	1,4	2,2	1,2	0,2	0,3	0,8	0,7	0,8	0,6
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Média (em R\$)	83	217	442	693	962	508	54	138	268	429	606	284
Part. (em %)	10,9	18,7	31,8	19,3	19,3	100	15,7	22,4	31,2	14	16,7	100

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Obs.: a) O valor do salário mínimo vigente na época da pesquisa era de R\$ 350.

b) População Branca = brancos + amarelos; População Negra = pretos + pardos.

c) Excluída a população indígena e sem declaração de cor.

As diferenças de rendimento médio também são notadas pela renda familiar dos jovens. Entre os 40% mais pobres, a quase totalidade (cerca de 90%) obtém até um salário mínimo como rendimento do trabalho, enquanto entre os 20% de jovens com os maiores rendimentos familiares essa proporção é de cerca de 25%. A correlação é observável em todas as faixas etárias⁴³.

⁴³ Ver Tabela 19 do Anexo.

Contribuição à Previdência

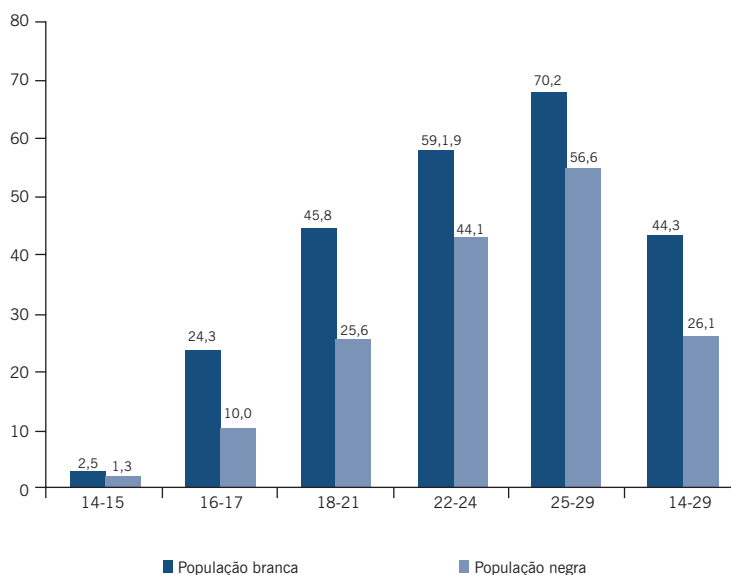
Da população juvenil, de 14 a 29 anos de idade, que trabalha e estuda, 35,3% são contribuintes da Previdência Social a partir da ocupação exercida. Observa-se que essa proporção aumenta conforme se avança na direção de faixas etárias mais elevadas, passando de 1,8%, na faixa dos 14 a 15 anos, para 63,9%, na faixa de 25 a 29 anos⁴⁴.

Também aqui a situação de maior fragilidade dos mais novos se evidencia, visto que a contribuição à Previdência Social se constitui num elemento importante para sinalizar garantias futuras em função do trabalho exercido. Começar a trabalhar cedo pode ser uma retórica moralmente aceita no Brasil; contudo, materialmente, no médio prazo, ela não garante a possibilidade de que o trabalhador possa usufruir uma aposentadoria ou uma velhice menos precária.

As diferenças entre homens e mulheres são percentualmente pouco significativas, havendo, inclusive, uma predominância de mulheres jovens que são contribuintes. No cômputo geral, contribuem com a Previdência 36,9% das mulheres e 33,9% dos homens jovens que trabalham e estudam⁴⁵.

O mesmo não se pode dizer sobre brancos e negros, que apresentam acentuadas diferenças quanto à contribuição previdenciária: 44,3% de jovens brancos (14 a 29 anos) contribuem, proporção bem maior do que a constatada para a população negra, de 26,1% (v. Gráfico 6).

Gráfico 6 | Proporção da população jovem, que trabalha e estuda, com contribuição à Previdência em qualquer trabalho, por faixa etária e cor/raça. Brasil, 2006 (em %).



Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Obs.: a) População Branca = brancos + amarelos; População Negra = pretos + pardos.

b) Excluída a população indígena e sem declaração de cor

⁴⁴ Ver Tabela 20 do Anexo.

⁴⁵ Ver Tabela 21 do Anexo.

Em síntese, entre os 8,4 milhões de jovens que trabalham e estudam é elevada a proporção dos que concluíram o ensino médio, e há uma importante parcela de jovens que alcançaram o ensino superior. A escolaridade deste grupo é maior em relação ao grupo anterior, sinalizando que a regra não parece ser do jovem que abandona os estudos exclusivamente em função do trabalho. Permanecem diferenças entre os sexos, com vantagens para as moças, e de cor/raça, com vantagens para os jovens brancos em detrimento dos negros.

Novamente aqui, à semelhança do grupo de jovens que só trabalha, há uma tendência de diminuição dos ocupados em posições mais precárias ao longo das faixas etárias, mas no caso destes jovens a diferença é ainda maior. Os que trabalham e estudam permanecem mais tempo em ocupações com jornada mais curta, provavelmente em função dos estudos. Assim como no grupo dos que só trabalham, chama atenção a maior proporção de jovens brancos que alcançam o registro em carteira em detrimento dos jovens negros. Em relação à remuneração pelo trabalho, nas primeiras faixas etárias pelo trabalho, é menor entre estes jovens quando comparados aos que só trabalham. No entanto, à medida que os jovens que estudam e trabalham avançam em termos de idade, a remuneração aumenta. Este aspecto pode relacionar-se aos anos de escolaridade, embora os retornos assim obtidos possam ser menores hoje do que nas décadas anteriores. E, além de menores, eles variam muito segundo o perfil do jovem, pois, novamente aqui, as moças, a despeito de estarem mais escolarizadas, não recebem maior remuneração. Ao mesmo tempo, também são grandes as diferenças entre brancos e negros, com significativos prejuízos para estes últimos.

Quando comparadas as famílias com maior e com menor rendimento advindo do trabalho, as diferenças continuam sendo muito importantes, tal como observado para o grupo dos jovens que só trabalham. Os de maior renda só ingressam na atividade no período de 16 a 17 anos, já no ensino médio, enquanto a maioria dos de menor renda já está trabalhando no período de 14 a 15 anos, ao mesmo tempo em que frequenta o ensino fundamental. Na faixa dos 18 aos 21 anos, a grande maioria dos jovens com maior renda já concluiu o ensino médio e frequenta o ensino superior. Em contraste, os de menor renda se concentram no ensino médio. A diferença entre os de maior e menor renda amplia-se ainda mais quando considerada a posição na ocupação e a remuneração: os jovens de menor renda se agrupam em sua grande maioria na condição de empregados sem registro. No caso dos jovens de maior renda, a maioria inicia sua vida laboral entre 16 e 17 anos, também sem carteira de trabalho, mas a partir dos 18 anos eleva-se significativamente a proporção de jovens que alcançam o registro. Ou seja, a experiência acumulada dos jovens de menor renda, dado que eles começam a trabalhar mais cedo, é insuficiente para romper a desigualdade social.

4. Jovens que buscam trabalho

Um contingente de pouco mais de cinco milhões de jovens (5.289.902), representando cerca de 10% da população juvenil brasileira, encontram-se desocupados⁴⁶, segundo a Pnad 2006. Destes, 2.012.927 estudam e 3.276.975 não estudam.

4.1 Jovens desempregados que estudam

Os jovens desempregados que estudam representam 38,1% do total do desemprego juvenil. É maior sua presença nas três primeiras faixas etárias: 14 a 15 anos (85,3%), 16 a 17 anos (75,3%) e 18 a 21 anos (40,2%). No grupo mais velho, de 25 a 29 anos, essa participação cai para 14,9%.

Registra-se, entre esses jovens, a segunda maior participação da posição de filho⁴⁷, com 77,1%, e a segunda menor participação tanto da posição de chefe (6,5%) quanto da posição de cônjuge (5,9%), seguindo a mesma tendência dos demais grupos estudados.

Praticamente 70% dos jovens desempregados que estudam vivem em famílias com renda *per capita* de até um salário mínimo⁴⁸. Mas são significativas as diferenças ao longo das faixas etárias. A primeira, de 14 a 15 anos, é a que apresenta a maior presença das famílias de baixa renda (84,3% com renda *per capita* de até um salário mínimo), mas cresce progressivamente, ao longo das faixas seguintes, a participação das famílias de renda mais elevada. A participação dos jovens que vivem em famílias com renda *per capita* de mais de dois salários mínimos cresce quatro vezes entre as faixas de 14 a 15 anos e de 25 a 29 anos, saltando de cerca de 4% para pouco mais de 16,4%.

Essa diferença vai ao encontro do que vem sendo apontado por diversos estudos: movimento mais tardio, mas progressivo, de ingresso no mercado dos que têm maior renda. A inatividade de jovens mais velhos tende a ser maior entre os que têm menor renda; geralmente quem tem renda mais alta participa do mercado de trabalho, mesmo na situação de desempregado. Procurar trabalho é um sinal positivo em comparação com a inatividade, pois uma pessoa valorizada pelo mercado dificilmente fica na inatividade. Os dados sinalizam uma situação mais negativa para jovens pertencentes a famílias de mais baixa renda, na medida em que estar na inatividade pode indicar desistência da busca por trabalho.

Desemprego e escolaridade

A análise dos dados permite observar que o desemprego não atinge apenas os que têm baixa escolaridade.

Entre os estudantes desempregados mais novos (14 a 15 anos), apesar do predomínio dos que cursam o ensino fundamental (65,9%), cerca de 31,8%⁴⁹ já freqüentam o ensino médio (v. Tabela 26). Na faixa seguinte (16 a 17), embora 23% tenham atraso escolar, ainda freqüentando o ensino fundamental, já predominam os que cursam o ensino médio (72,5%).

Na faixa etária de 18 a 21 anos de idade, um quarto dos jovens desempregados já cursa o ensino superior e a metade cursa o ensino médio.

⁴⁶ A Pnad classifica como desocupadas as pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procura por trabalho na semana de referência da realização da pesquisa. Neste texto, também utilizaremos o termo desempregado para nomear a mesma situação.

⁴⁷ Na Tabela 24 do Anexo.

⁴⁸ Ver Gráfico 1 do Anexo.

⁴⁹ Entre os jovens que se dedicam exclusivamente aos estudos dessa faixa etária apenas cerca de 24% têm essa condição (v. Tabela 30).

Nas duas últimas faixas (22 a 24 e 25 a 29 anos), observa-se um perfil semelhante de escolaridade, pois predominam os jovens que cursam o ensino superior (47,2% e 43,7%), seguidos pelos que ainda estão no ensino médio (25,2% e 20,8%).

Vale ressaltar que uma pequena parcela, de 0,4% da população jovem desempregada que estuda, recorreu à educação de jovens e adultos para compensar o atraso escolar; 2,9%, ao curso supletivo de 1º grau; e 4,3%, ao curso supletivo de 2º grau. Mesmo reduzida, esta última parcela é bem maior do que a dos jovens que só estudam e recorreram ao mesmo curso (v. Tabela 30).

Tabela 26 | Distribuição da população jovem desocupada que estuda, segundo o curso que frequenta, por faixa etária. Brasil, 2006 (em %).

Curso que frequenta	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Regular de ensino fundamental (1º grau)	65,9	23,0	11,4	11,4	8,0	20,8
Regular de ensino médio (2º grau)	31,8	72,5	50,6	25,2	20,8	48,7
Supletivo de 1º grau	2,3	2,4	2,5	2,8	6,1	2,9
Supletivo de 2º grau	(1)	0,9	5,5	6,0	12,3	4,3
Superior	(1)	0,7	25,6	47,2	43,7	19,8
Alfabetização de adultos	(1)	0,2	0,3	1,0	1,1	0,4
Pré-vestibular	(1)	0,3	4,1	5,6	4,5	2,8
Mestrado ou doutorado	(1)	(1)	(1)	0,8	3,5	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Nota: (1) A amostra não comporta esta desagregação.

Entre os jovens desempregados que estudam, a maioria dos que vivem em famílias com menores rendimentos cursa o ensino médio (51,9%); a maioria dos que vivem em famílias com maiores rendimentos cursa o ensino superior (63%), situação observada apenas entre 5,5% dos jovens com menores rendimentos⁵⁰.

Considerando a variável sexo, o nível de escolaridade entre as mulheres desempregadas que estudam supera o observado entre os homens na mesma situação: elas registram taxas mais altas de participação de alunos no ensino médio (50,1% contra 47,1% dos homens) e no ensino superior (22,1% contra 17,2% dos homens). Os homens superam as mulheres quando se trata de alunos do ensino fundamental (25,9% contra 16,5% das mulheres). A exceção observada é na faixa etária de 25 a 29 anos, quando as mulheres diminuem presença em níveis mais elevados de escolaridade, como ensino médio completo e ensino superior⁵¹. Provavelmente porque as mulheres já tenham constituído família.

A comparação dos dados sobre cor/raça da população juvenil entre os desempregados mostra que a desigualdade entre negros e brancos em todas as faixas etárias é ainda mais acentuada do que a observada entre os sexos, independente do fato de estudarem ou não.

⁵⁰ Em relação aos rendimentos, ver Gráfico 1 do Anexo.

⁵¹ Ver Tabela 25 do Anexo.

Tabela 27 | Distribuição da população jovem desocupada que estuda, segundo o curso que frequenta, por faixa etária e cor/raça. Brasil, 2006 (em %).

Curso que frequenta	População branca						População negra					
	Faixa etária (em anos)						Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Regular de ensino fundamental (1º grau)	57.7	17.1	6.7	7.4	4.3	14.7	71.3	28.3	15.6	15.2	12.1	26.1
Regular de ensino médio (2º grau)	38.8	7.8	43.2	14.4	12.5	45.7	27.1	67.6	56.7	35.6	29.8	51.3
Supletivo de 1º grau	3.5	2.4	1.3	2.3	5	2.4	1.6	2.5	3.6	3.4	7.4	3.3
Supletivo de 2º grau		0.6	5.2	7.8	12.6	4.5		1.2	5.8	4.3	12	4.1
Superior		1.2	39.2	63.3	54.3	29.2		0.2	13.8	31.7	32	11.7
Alfabetização de adultos		0.4	0	1.3	0.3	0.3			0.5	0.6	1.9	0.4
Pré-vestibular		0.3	4.3	3.4	4.7	2.7		0.3	3.9	7.8	4.2	2.8
Mestrado ou doutorado				0.2	6.2	0.7				1.3	0.6	0.2
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

O acesso dos brancos ao ensino médio, nas faixas de 14 a 15 anos e de 16 a 17 anos, está mais de dez pontos percentuais acima do conseguido pelos negros. A desigualdade de oportunidades no acesso e permanência na escola entre brancos e negros fica ainda mais nítida no caso dos jovens que conseguem frequentar o ensino superior: 39,2% de brancos e 13,8% de negros, na faixa de 18 a 21 anos; 63,3% de brancos e 31,7% de negros, na de 22 a 24 anos; e 54,3% de brancos e 32% de negros, na de 25 a 29 anos (v. Tabela 27).

4.2 Jovens desempregados que não estudam

Os desempregados que não estudam são a grande maioria entre os jovens desempregados: 61,9%, ou seja, 3.276.975. Sua participação mais acentuada ocorre entre os jovens com idades entre 18 e 21 anos (59,8%), 22 e 24 anos (77,4%) e 25 e 29 anos (85,1%).

Pouco mais da metade dos desempregados que não estudam ocupam a posição de filho⁵², diferentemente dos desempregados que estudam, grupo em que essa participação passa de 77%. E 21,6% estão na posição de cônjuge.

Entre os jovens desempregados que não estudam (51,7%), encontra-se a segunda maior proporção de famílias de baixa renda, numa situação muito próxima à dos que não estudam e não trabalham, que são os que apresentam as mais baixas rendas familiares. Eles vivem, em sua grande maioria (79,2%), em famílias com renda *per capita* de até um salário mínimo e, para mais de um quarto deles (26,7%), essa renda atinge no máximo $\frac{1}{4}$ do salário mínimo⁵³.

As mais altas taxas de famílias com baixa renda estão entre os mais novos e, conforme avançam as idades, cresce a proporção das que têm rendas mais elevadas. A faixa dos 25 a 29 anos é a que apresenta a melhor situação, com 7,2% de famílias com renda *per capita* de mais de dois salários mínimos – um percentual 12 vezes superior ao que se observa entre os mais novos, de 14 a 15 anos.

⁵² Ver Tabela 24 do Anexo.

⁵³ Ver Gráfico 2 do Anexo.

Também neste grupo aqueles que têm maior renda ingressam mais tarde no mercado de trabalho, mas de maneira progressiva. Já no caso dos jovens pertencentes a famílias de menor renda, a inatividade dos mais velhos é maior, podendo indicar uma situação de desemprego por desalento.

Desemprego e escolaridade

Quase um terço (28,7%) do total da população de jovens desempregados que não estudam não chegou a completar o ensino fundamental, sendo mais gritante a situação dos jovens na faixa etária de 16 a 17 anos, como evidencia a Tabela 28. Mas quando comparados aos demais grupos que não estudam – o dos que trabalham e não estudam e o dos que não trabalham e nem estudam –, esses desempregados foram os que registraram maior porcentagem de conclusão do ensino médio (44,6%) e de ensino superior incompleto (2,1%). Ou seja, os dados parecem sinalizar a importância dos índices de desemprego entre jovens que já finalizaram a escolaridade básica. Estar desempregado parece comprometer a finalização do ensino superior, pois, quando comparados aos jovens que só trabalham, a porcentagem dos que concluíram esse nível de ensino é menor entre os desempregados que não estudam: 3,9% contra 7,1% dos primeiros (v. Tabela 7).

Tabela 28 | Distribuição da população jovem desocupada que não estuda, segundo a escolaridade, por faixa etária. Brasil, 2006 (em %).

Escolaridade	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Já freqüentaram escola	(1)	99,7	99,8	99,0	98,8	99,2
Fundamental incompleto	(1)	60,7	23,4	23,1	31,0	28,7
Fundamental completo	(1)	12,3	9,0	8,1	7,6	8,5
Médio incompleto	(1)	15,3	14,3	11,4	9,5	11,9
Médio completo	(1)	11,0	51,4	49,2	41,0	44,6
Superior incompleto	(1)		1,4	2,8	2,8	2,1
Superior completo	(1)		0,3	5,4	7,5	3,9
Demais cursos	(1)	0,6	0,1	0,1	0,6	0,3
Total	(1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nunca freqüentaram escola	(1)	0,3	0,2	1,0	1,2	0,8
Total geral	(1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/Phad. Elaboração Dieese.

Dos jovens desempregados e que estão fora da escola, os mais pobres deixaram de estudar antes de completar o ensino fundamental (39,9%) ou o ensino médio (13,7%). Embora o tamanho da amostra não permita generalizações, verifica-se que a maioria dos jovens menos pobres (51,5%) abandonou a escola após concluir o ensino médio e 27%, após concluir o ensino superior⁵⁴.

O nível de escolaridade entre as mulheres desempregadas que não estudam supera o observado entre os homens. Quase metade delas (48,7%) concluiu o ensino médio, contra 38,7% dos homens. E, embora a presença dos que completaram o ensino superior seja baixa em ambos os sexos, entre as mulheres esse índice (4,6%) é bem maior que o registrado entre os homens (2,8%). A situação é a mesma observada entre os desempregados que estudam, ou seja, mesmo com maior escolaridade, as mulheres estão mais sujeitas ao desemprego que os homens⁵⁵.

A distância entre brancos e negros é ainda mais acentuada no caso dos desempregados que abandonaram a escola. Os brancos são maioria entre os que deixaram os estudos após concluir o ensino médio – 48% contra 41,8% dos negros –, e os negros formam a maioria dos jovens que não completaram o ensino fundamental: 34,4% contra 21,5% dos brancos (v. Tabela 29).

⁵⁴ Ver Tabela 29 do Anexo.

⁵⁵ Ver Tabela 28 do Anexo.

Tabela 29 | Distribuição da população jovem desocupada que não estuda, segundo a escolaridade, por faixa etária e cor/raça. Brasil, 2006 (em %).

Escolaridade	População branca						População negra					
	Faixa etária (em anos)						Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Já freqüentaram escola	-1	99.4	99.6	99.6	99.3	99.4	-1	100	99.9	98.5	98.4	99
Fundamental incompleto	-1	46	17.7	14.9	24.5	21.5	-1	71	27.9	29.5	36.5	34.4
Fundamental completo	-1	16.9	9	9.3	8.4	9.3	-1	9.1	9.1	7.2	6.9	7.9
Médio incompleto	-1	23	11.7	10.8	8.7	11	-1	10	16.4	11.9	10.1	12.7
Médio completo	-1	14.2	58.3	51.4	41.3	48	-1	8.9	45.9	47.4	40.8	41.8
Superior incompleto	-1		2.6	4.4	4.2	3.4	-1		0.5	1.5	1.6	1.1
Superior completo	-1		0.7	9.2	11.8	6.5	-1		0	2.4	3.9	1.8
Demais cursos	-1		0.1	0.1	1.1	0.4	-1	1	0.1	0.1	0.2	0.2
Total	-1	100	100	100	100	100	-1	100	100	100	100	100
Nunca freqüentaram escola	-1	0.6	0.4	0.4	0.7	0.6	-1		0.1	1.5	1.6	1
Total geral	-1	100	100	100	100	100	-1	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Em síntese, o desemprego não atinge da mesma forma os jovens. Também há diferenças significativas quando considerados a faixa etária, a renda familiar, o sexo, a cor/raça e a escolaridade. Tanto a análise dos jovens desempregados que estudam, quanto a dos que não estudam, permitem verificar que o desemprego apresenta porcentagens mais elevadas entre os mais novos, embora não desapareça na medida em que avançam as idades. O desemprego não atinge apenas aqueles que têm escolaridade baixa. No caso das mulheres, inclusive, mesmo com escolaridade mais alta em relação aos rapazes, elas estão mais sujeitas ao desemprego. Desigualdades ainda mais gritantes podem ser encontradas na situação de jovens negros: estudantes ou não, eles sempre compõem a maioria dentre os jovens desempregados. Além disso, é entre os negros desempregados que se encontra a maior proporção de jovens que não completou o ensino fundamental, o que torna sua situação ainda mais difícil.

5. Jovens que se dedicam exclusivamente aos estudos

Existem no país 18 milhões de jovens que não trabalham (33,4% do total da população jovem, de 14 a 29 anos), sendo que 11,2 milhões deles dedicam-se exclusivamente aos estudos. Os jovens que só estudam estão mais concentrados entre os mais novos e diminuem sua presença conforme avançam as idades. Eles reúnem a maioria (72,4%, em torno de 8 milhões) dos jovens na faixa dos 14 a 15 anos e apenas 2,3% (ou seja, em torno de 257 mil) dos que têm de 25 a 29 anos.

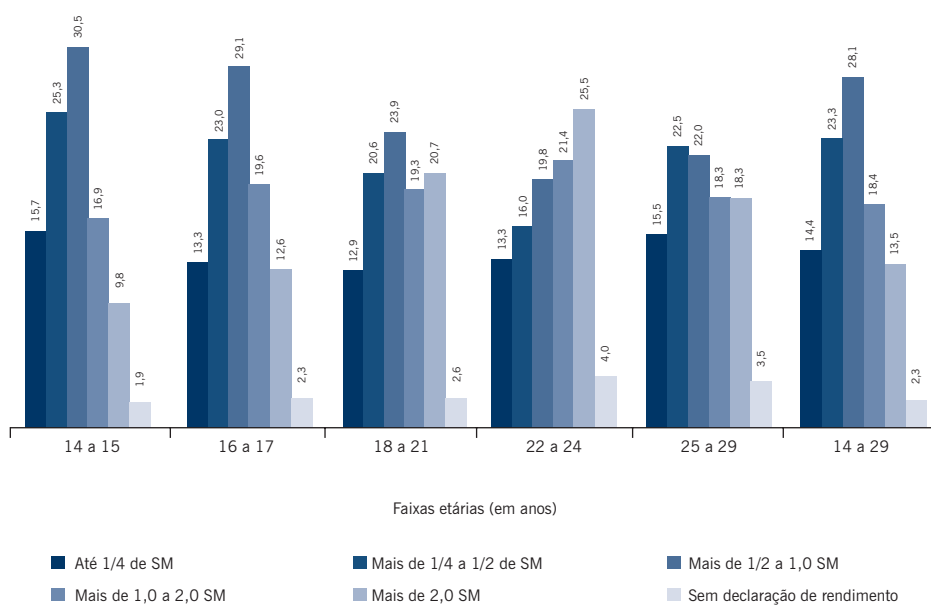
A principal forma de participação na família é na posição de filhos. Aliás, é neste grupo de jovens que só estudam que se encontra a maior participação de filhos (85,1%) e a menor participação de chefes (2,1%) e cônjuges (3,6%)⁵⁶.

O predomínio da posição de filho se mantém até a faixa dos 22 a 24 anos. A partir da faixa de 25 a 29 anos, observa-se uma forte diminuição dessa posição (42,1% de filhos) e um acentuado crescimento da posição de cônjuge, que salta de 13,7% (entre os jovens de 22 a 24 anos) para 37,1%. A posição de chefe, embora também tenha um crescimento relativamente significativo, identifica apenas uma pequena parcela dos jovens que só estudam: 9% na faixa dos 22 a 24 anos e 13,8% na dos 25 a 29 anos. O acentuado crescimento da posição de cônjuge pode indicar uma maior presença feminina entre aqueles que se mantêm só estudando mesmo com idade mais elevada.

A maioria dos jovens que só estudam (65,8%) vive em famílias com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo. Essa proporção, ainda que elevada, mostra-se inferior à participação desse tipo de família no conjunto da população, que é de 78,2%.

Mas, entre as diferentes faixas etárias, observam-se alterações significativas, tal como fica evidente no Gráfico 7.

Gráfico 7 | Distribuição da população jovem que só estuda, segundo estratos de renda familiar *per capita*, por faixa etária. Brasil, 2006 (em %).



⁵⁶ Ver Tabela 33 do Anexo.

Conforme avançam as idades, observa-se uma sensível diminuição da participação dos jovens com renda familiar mais baixa e um correspondente aumento da presença de jovens com renda familiar mais elevada. Os mais pobres representam 71,5% dos jovens que só estudam com 14 a 15 anos de idade e 49,1% daqueles com idade entre 22 e 24 anos. Na faixa seguinte (25 a 29 anos), curiosamente, a tendência se inverte. Uma hipótese para isto poderia ser o retorno para a escola dos jovens de mais baixa renda desta faixa etária.

Escolaridade

Entre os jovens que só estudam, o maior grupo é formado pelos que cursam o ensino fundamental (45,4%). Estes são imensa maioria na faixa etária de 14 a 15 anos de idade (75,3%), mas não passam de um terço da faixa de 16 a 17 anos, onde têm seu segundo maior contingente (v. Tabela 30).

Tabela 30 | Distribuição da população jovem que só estuda segundo o curso que frequênta, por faixa etária. Brasil, 2006 (em %).

Curso que frequênta	Faixa etária (em anos)					14-29
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
Regular de ensino fundamental (1º grau)	75,3	28,8	13,9	11,0	14,6	45,4
Regular de ensino médio (2º grau)	23,8	67,4	40,8	18,2	20,8	39,0
Supletivo de 1º grau	0,8	1,7	1,9	3,7	6,6	1,6
Supletivo de 2º grau	(1)	0,5	2,4	2,9	4,7	0,9
Superior	(1)	0,9	33,1	56,7	41,3	10,7
Alfabetização de adultos	(1)	0,2	0,7	1,9	5,0	0,5
Pré-vestibular	(1)	0,5	7,2	3,7	2,6	1,8
Mestrado ou doutorado	(1)	(1)	0,0	1,9	4,6	0,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/Phad. Elaboração: Dieese.

Nota: (1) A amostra não comporta esta desagregação.

A Tabela 30 evidencia que predominam entre os jovens que só estudam aqueles que não apresentam uma grande defasagem série-idade, sobretudo entre os mais novos.

Na faixa de 16 a 17 anos, a maioria (67,4%), ainda que de forma não tão expressiva, se concentra no ensino médio. E nas duas faixas de idade mais elevadas predominam os jovens que cursam o ensino superior: 56,7% entre os jovens de 22 a 24 anos e 41,3% entre os de 25 a 29 anos.

Entre esses indivíduos que só estudam, a porcentagem de alunos de cursos de alfabetização de adultos cresce conforme avançam as idades: eles são 0,2% na faixa dos 16 a 17 anos e atingem 5% na faixa dos 25 a 29 anos.

Também neste grupo as mulheres parecem ter atingido maior escolaridade que os homens, pois, enquanto elas predominam entre os que cursam o ensino médio (41,1% contra 36,2% dos homens) e o superior (11,7% contra 9,3% dos homens), eles predominam entre os que cursam o ensino fundamental (49,8% contra 41,9% das mulheres)⁵⁷.

⁵⁷ Ver Tabela 34 do Anexo.

A análise da escolaridade de homens e mulheres ao longo das faixas etárias evidencia que as mulheres que só estudam avançam mais rapidamente na escolaridade do que os homens que só estudam. Na faixa dos 16 a 17 anos, mais de 70% delas já se encontram no ensino médio, em que eles têm presença inferior, de 63%. No entanto, entre os 22 a 24 e os 25 a 29 anos, os homens que só estudam estão mais concentrados que as mulheres no ensino superior.

Pode-se observar que a última faixa etária é muito diferente das outras. Isso porque esses indivíduos não se beneficiaram tanto, como os mais jovens, da massificação do acesso à escola pública. O aumento, na última faixa, do número de mulheres nos níveis mais baixos de ensino pode apontar um movimento de retorno aos estudos, depois do nascimento dos filhos. Não por acaso elas têm maior presença que os homens na educação de jovens e adultos. Na faixa de 25 a 29 anos, elas apresentam quase o dobro de participação em curso supletivo de ensino fundamental, em relação aos rapazes (7,5% delas contra 4% deles), e mais que o dobro nas salas de alfabetização de jovens e adultos: 5,8% contra 2,6% dos rapazes.

Outro ponto a considerar é que, como as mulheres ingressam mais cedo no ensino superior, elas devem concluir sua escolarização antes dos homens, que se concentram em faixas de idades mais avançadas do que as mulheres.

Entre a população jovem que só estuda, as desigualdades se manifestam também segundo a cor/raça. Os brancos registram escolaridade superior à dos negros em todas as faixas etárias, pois predominam entre os que freqüentam o ensino médio (42,1% contra 35,8% dos negros), enquanto a maioria dos negros ainda cursa o ensino fundamental (53,9% contra 36,8% dos brancos). Outro indicador da melhor condição escolar dos brancos é a proporção dos que freqüentam o ensino superior: 15,9% contra apenas 5,5% dos negros⁵⁸.

Observam-se também, no contingente dos que só estudam, profundas desigualdades entre os 20% que vivem em famílias com maiores rendimentos e os 40% que vivem em famílias mais pobres (v. *Tabela 31*). Enquanto a maioria dos mais ricos freqüenta o ensino médio (41,8%), a maioria dos mais pobres ainda freqüenta o ensino fundamental (60,2%).

Entre os jovens de renda mais elevada, já na faixa de 16 a 17 anos, é pequena a proporção dos que ainda freqüentam esse nível de ensino (7%), e uma grande maioria já freqüenta o ensino médio (87,2%). Nas faixas etárias seguintes, a predominância é dos que freqüentam o ensino superior, com destaque para a faixa de 22 a 24 anos, onde se concentram 88,2% desses jovens.

Entre os mais pobres, na faixa dos 16 a 17 anos, 44,9% ainda freqüentam o ensino fundamental e, nas faixas seguintes, as proporções mantêm-se elevadas, oscilando entre 25,2% e 27%. Sua mais alta taxa de freqüência ao ensino superior é de apenas 15,2% (22 a 24 anos).

⁵⁸ Ver Tabela 35 do Anexo.

Tabela 31 | Distribuição da população jovem que só estuda segundo o curso que frequenta, por faixa etária e grupos de décimos da distribuição de renda familiar *per capita*. Brasil, 2006 (em %).

Curso que frequenta	40% com menores rendimentos						20% com maiores rendimentos					
	Faixa etária (em anos)						Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Regular de ensino fundamental (1º grau)	84.1	44.9	26.2	25.2	27	60.2	56	7	1.6	1.3	3.3	20.2
Regular de ensino médio (2º grau)	15	51.7	57.7	38.5	27.9	33.2	43.2	87.2	15.9	3.2	5.1	41.8
Supletivo de 1º grau	0.8	2.4	3.6	10.3	12.8	2.4	0.7	0.8	0.1	0.2	0.5	0.5
Supletivo de 2º grau		0.4	3.5	3.4	5.2	0.9		0.5	1	0.8	1.9	0.6
Superior		0.2	5.7	15.2	14.9	1.9		3	67.7	88.2	78.7	31.7
Alfabetização de adultos	0.1	0.3	1.3	4.8	10.8	0.8	0.1		0.2	0.4		0.1
Pré-vestibular		0.1	2.1	2.4	1	0.5		1.4	13.4	3.3	3.8	4.6
Mestrado ou doutorado				0.3	0.4	0			0	2.6	6.8	0.6
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Obs.: a) -1: A amostra não comporta desagregação para este grupo.

b) Excluídas as pessoas sem declaração de rendimento familiar.

c) 40% mais pobres = os 40% da população jovem (14 a 29 anos) que somente trabalha com menor rendimento definidos a partir da ordenação crescente desse rendimento familiar *per capita* (base da estratificação).

d) 20% mais ricos = os 20% da população jovem (14 a 29 anos) que somente trabalha com maior rendimento definidos a partir da ordenação crescente do rendimento familiar *per capita* (topo da estratificação).

Em síntese: os jovens que se dedicam exclusivamente aos estudos são mais novos em relação aos demais; em sua grande maioria ocupam a posição de filhos. Sua renda familiar *per capita* concentra-se acima da média nacional; 45,4% estão no ensino fundamental, 39% no ensino médio; e o grupo apresenta a melhor relação série-idade. Depois dos 22 a 24 anos, a maior parte está no ensino superior.

6. Jovens que não estudam, não trabalham e não procuram trabalho

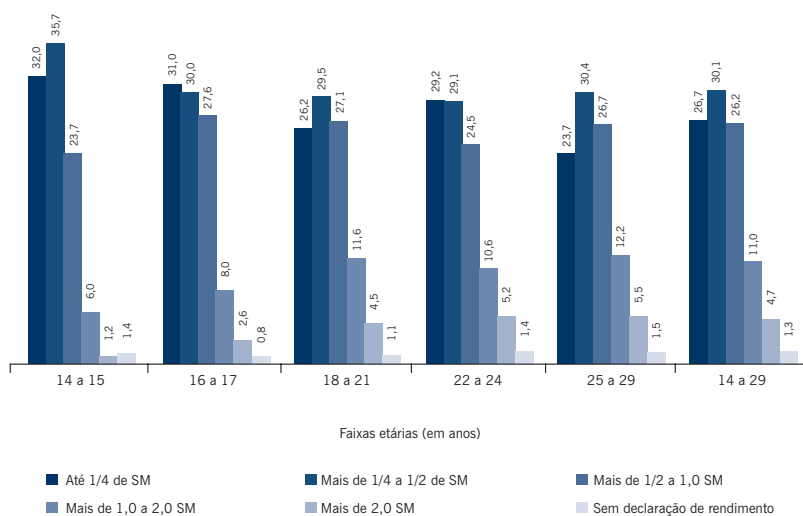
Os jovens que não estudam e não trabalham compõem uma parcela de 12,7% do total da população juvenil de 14 a 29 anos, ou seja, 6,8 milhões de indivíduos. Ao contrário daqueles que só estudam, as proporções dos que não estudam e não trabalham avançam conforme avançam as idades: eles representam 4,5% dos jovens de 14 a 15 anos (307 mil) e 15 % dos de 25 a 29 anos (em torno de 1 milhão de indivíduos).

É entre os jovens que não trabalham e não estudam que se encontra a menor presença da posição de filho (34% contra 85,1% entre os que apenas estudam) e a mais alta taxa da posição de cônjuge (46,5%)⁵⁹. Aliás, esse é o único grupo onde a posição de filho não é a predominante. E a tão marcante prevalência de cônjuges nesse grupo indica que são as mulheres as que mais se mantêm na situação de inatividade e fora da escola.

Aqui, pode-se levantar a hipótese de que estão reunidos, no grupo dos que não estudam e não trabalham, jovens em situação bastante diversa: de um lado, indivíduos oriundos de famílias de baixa renda; de outro, indivíduos que, independentemente da família de origem, têm baixa renda por estarem constituindo família. Uns (possivelmente os primeiros) têm dificuldades no acesso e permanência na escola; outros, têm a educação básica completa.

A população jovem que não trabalha e não estuda é a mais pobre dentre os grupos analisados nesta pesquisa: 83% desses jovens vivem em famílias com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo (v. Gráfico 8). Entre os que trabalham e estudam, por exemplo, essa proporção é de 54%. A concentração de famílias de mais baixos rendimentos entre os jovens que não trabalham e não estudam mostra-se inclusive superior à participação desse tipo de família no conjunto da população, que é de 78,2%. É também nesse grupo que se encontra a maior concentração da faixa de menores rendimentos: 26,7% vivem em famílias com renda familiar *per capita* de até ¼ do salário mínimo, porcentagem encontrada também entre os jovens desempregados que não estudam. Nos demais grupos, essa proporção fica abaixo dos 16,5%.

Gráfico 8 | Distribuição da população jovem que não estuda, não trabalha e não procura trabalho, segundo estratos de renda familiar *per capita*, por faixa etária. Brasil, 2006 (em %).



Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

⁵⁹ Ver Tabelas 33 a 39 e os gráficos 5 e 6 do Anexo.

Essa forte preponderância dos menores rendimentos familiares *per capita* se mantém em todas as faixas etárias, ainda que apresente movimento decrescente dos mais novos aos mais velhos. A proporção de jovens que vivem em famílias de renda *per capita* de até um salário mínimo é de 91,4% entre os jovens de 14 a 15 anos e de 80,8% entre os de 25 a 29 anos.

Escolaridade

A grande maioria dos que não trabalham nem estudam caracteriza-se por uma baixa escolaridade: 5,2% nunca freqüentaram escola e, dos que a freqüentaram, 68,2% não concluíram sua educação básica. Destes, 47,6% não concluíram sequer o ensino fundamental, com expressiva participação (91,8%) no caso dos jovens de 14 a 15 anos (v. Tabela 32).

Tabela 32 | Distribuição da população jovem que não estuda, não trabalha e não procura trabalho segundo a escolaridade, por faixa etária. Brasil, 2006 (em %).

Escolaridade	Faixa etária (em anos)					14-29
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
Já freqüentaram escola	90,6	95,5	95,6	95,4	94,1	94,8
Fundamental incompleto	91,8	68,8	41,1	41,1	46,2	47,6
Fundamental completo	5,9	11,8	9,8	9,5	9,2	9,5
Médio incompleto	2,0	12,2	14,6	11,5	8,7	11,1
Médio completo	(1)	7,1	33,3	32,8	30,5	28,4
Superior incompleto	(1)	0,1	0,9	1,8	1,4	1,2
Superior completo	(1)	(1)	0,2	3,0	3,3	1,9
Demais cursos	0,3	0,1	0,1	0,3	0,7	0,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nunca freqüentaram escola	9,3	4,5	4,4	4,6	5,9	5,2
Total geral	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Nota: (1) A amostra não comporta esta desagregação.

Entre 16 e 24 anos, a porcentagem de jovens que abandonaram a escola depois de ter iniciado o ensino médio supera a de jovens que, embora tenham concluído o ensino fundamental, nem mesmo chegaram a freqüentar o ensino médio.

Mas entre os mais velhos (25 a 29 anos), que tiveram menos acesso ao recente processo de expansão das matrículas no ensino médio, os que pararam de estudar após completarem o ensino fundamental predominam (9,2%) sobre os que abandonaram a escola depois de terem iniciado o ensino médio (8,7%).

Considerando-se apenas aqueles que têm mais de 18 anos, é também na faixa de 25 a 29 anos que se encontra a menor porcentagem de concluintes do ensino médio: 30,5% contra 32,8% entre os de 22 a 24 anos, e 33,3% entre os de 18 a 21.

Apenas uma pequena parcela de jovens que está fora da escola, com idade entre 22 a 29 anos, conseguiu concluir (cerca de 3%) ou pelo menos freqüentar alguma série (cerca de 1%) do ensino superior.

Assim, observa-se que, embora a maior parte desse grupo que não trabalha e não estuda tenha tido dificuldades no acesso e permanência na escola, não se pode deixar de registrar que uma parcela não desprezível (28,4%) é composta por jovens que concluíram o ensino médio, não continuaram a estudar e nem passaram a integrar a população economicamente ativa. Ou seja, trata-se de uma parcela considerável de jovens que ainda que tenham finalizado a escolaridade básica, não estão empregados e nem estão saindo em busca de trabalho.

Estudo qualitativo realizado por Corrochano (2008) com jovens de baixa renda do município de São Paulo pode contribuir para uma melhor compreensão da situação desses jovens. Em sua pesquisa, a autora encontrou uma parcela significativa de indivíduos que haviam finalizado o ensino médio e desistido de procurar trabalho. A desistência estava fortemente associada aos inúmeros bloqueios encontrados para o acesso a um emprego e que revelam muitas outras variáveis para além da escolaridade presentes na busca por um lugar no mercado de trabalho, dentre os quais, o local de moradia, o sexo e a cor/raça.

Os jovens moravam em regiões distantes do centro da cidade, tendo dificuldades para se deslocarem em busca de emprego e sendo, ao mesmo tempo, estigmatizados quando conseguiam participar de processos seletivos. Enfrentavam, além disso, discriminações associadas ao sexo e a sua cor/raça, dado que eram em sua grande maioria jovens mulheres e negras.

De todo modo, é preciso observar que esta pode não ser uma situação estanque. Um ano depois, quando entrevistou novamente os jovens, Corrochano (2008) observou que alguns deles haviam voltado a procurar trabalho ou estavam realizando algum curso.

No presente estudo, quando considerada a variável sexo, os homens superam as mulheres nas situações de menor escolaridade: 10,9% deles nunca freqüentaram a escola (contra 3,6% delas) e 50,7% abandonaram os estudos sem completar o ensino fundamental (contra 46,8% delas)⁶⁰.

Entre os jovens que não trabalham e não estudam, em todas as faixas etárias, e para ambos os sexos, predomina o grupo que abandonou a escola sem ter completado o ensino fundamental.

Embora seja praticamente idêntica a porcentagem de negros e brancos que freqüentaram a escola (94,7% e 94,8%, respectivamente), a desigualdade entre ambos se manifesta no nível atingido antes de parar de estudar. Com escolaridade inferior à alcançada pelos jovens desempregados que também estão fora da escola, a maioria dos que não trabalham e não estudam deixou de estudar antes de completar o fundamental⁶¹, situação em que a participação dos negros foi superior: 54,2%, comparados a 38,3% dos brancos. Já entre aqueles que abandonaram a escola depois de terem concluído o ensino médio, a situação se inverte, ainda que a distância se reduza (33,8% dos brancos contra 24,5% dos negros), o mesmo ocorrendo entre os que concluíram o ensino superior (2% dos brancos contra 0,6% dos negros)⁶².

Considerando a questão da renda, no contingente de jovens que não estudam e não trabalham, a discrepância de escolaridade entre os mais pobres e os menos pobres não é muito distinta da observada entre os que só estudam. Entre os mais pobres, a maioria (59,1%) abandonou a escola sem completar o ensino fundamental; apenas 19,5% o fizeram após a conclusão do ensino médio e uma parcela ínfima, 0,3%, após a conclusão do ensino superior (v. *Tabela 33*). Já entre os menos pobres, a maioria (53%) abandonou a escola após ter concluído o ensino médio; a parcela dos que não concluíram o ensino fundamental é de 10,6%, menor que a daqueles que já tinham o ensino superior completo (16,3%).

⁶⁰ Ver Tabela 34 do Anexo.

⁶¹ A maioria dos desocupados abandonou a escola após concluir o ensino médio.

⁶² Ver Tabela 35 do Anexo.

Tabela 33 | Distribuição da população jovem que não estuda, não trabalha, e não procura trabalho segundo a escolaridade, por faixa etária e grupos de décimos da distribuição de renda familiar *per capita*. Brasil, 2006 (em %).

Escolaridade	40% com menores rendimentos						20% com maiores rendimentos					
	Faixa etária (em anos)						Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Já freqüentaram escola	92.2	96.9	96	95.9	94.3	95.3	-1	-1	95.4	96.6	94.7	95.4
Fundamental incompleto	93.8	76	52.7	52.4	58.7	59.1	-1	-1	5.5	9	9.8	10.6
Fundamental completo	4.9	10.8	10.4	10.3	8.7	9.6	-1	-1	5.2	3.9	5.2	5.2
Médio incompleto	1	10	14.7	11.3	8.8	10.8	-1	-1	8.2	7.8	7.3	8.3
Médio completo		2.9	21.4	24.3	22.5	19.5	-1	-1	75.8	47.3	44.9	53
Superior incompleto			0.5	0.8	0.2	0.4	-1	-1	3.7	7.4	7.5	5.9
Superior completo			0	0.5	0.5	0.3	-1	-1	1.6	24.6	23.6	16.3
Demais	0.2	0.1	0.2	0.4	0.7	0.4	-1	-1			1.7	0.7
Total	100	100	100	100	100	100	-1	-1	100	100	100	100
Nunca freqüentaram escola	7.8	3.1	4	4.1	5.7	4.7	-1	-1	4.6	3.4	5.3	4.6
Total Geral	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Em síntese: apenas neste grupo a posição de filho não é predominante, havendo uma grande concentração de mulheres e cônjuges. São jovens pertencentes a famílias de mais baixa renda e com baixa escolaridade em relação aos demais grupos. De todo modo, é importante não ignorar a parcela de jovens que concluiu o ensino médio. Por fim, cabe observar que este tem se constituído em um grupo que preocupa bastante as ações públicas, governamentais ou não: onde estão os jovens que não trabalham e não estudam? O que estariam fazendo? Estas são perguntas recorrentes.

Primeiramente, o que os dados deste grupo permitem observar é que há uma predominância de jovens mulheres e na posição de cônjuges, sugerindo que muitas delas estejam, possivelmente, dedicando-se à esfera da reprodução, e que isto estaria associado às suas dificuldades de inserção no mercado de trabalho.

Mas, além disso, é preciso considerar que se trata da fotografia da situação destes jovens em um determinado momento. Será que daqui a seis meses ou um ano estes jovens estarão na mesma situação? Sem trabalhar, sem procurar trabalho e sem estudar?

Estudos longitudinais poderiam ajudar a responder essas questões. Análise realizada por Guimarães (2006), por exemplo, informa sobre as intensas transições ocupacionais que podem ser observadas em mercados de trabalho metropolitanos, por exemplo. Assim, é bem possível que esses jovens estejam transitando intensamente entre situações de inatividade para situações de atividade, sem permanecer longos períodos em uma mesma posição.

7. Síntese da análise dos dados

Os dados aqui apresentados permitem afirmar que o trabalho é uma questão central para os jovens brasileiros. A grande maioria deles encontra-se no mercado de trabalho, trabalhando ou em busca de um emprego, tornando fundamental que diferentes olhares e ações – da sociedade civil e do poder público – considerem esta realidade.

A maioria freqüenta ou freqüentou a escola, fato que confirma o processo de universalização do ensino em andamento no país. Porém, o acesso à escola pública não tem sido acompanhado pela qualidade do ensino, cujas conseqüências podem ser constatadas nos casos de incompatibilidade idade-série. A maior parte dos jovens ingressa na escola, mas a abandona antes de concluir o ensino básico. Alguns retornam mais tarde, mas nem sempre completam os estudos. Muito poucos concluem os ciclos na idade prevista.

A análise dos quatro diferentes grupos – jovens que trabalham, jovens que buscam trabalho, jovens que se dedicam exclusivamente aos estudos e jovens que não estudam, não trabalham e não buscam trabalho –, segundo seu lugar no mundo do trabalho e da escola, permite-nos afirmar: para além da presença do trabalho na vida dos jovens e da combinação trabalho e estudo, é preciso observar as diferenças existentes no tempo da juventude, quando consideramos as diferentes faixas etárias, e também as múltiplas desigualdades a que os jovens estão sujeitos, quando observadas a diversidade de classe social, sexo, cor/raça e escolaridade. Em síntese, pode-se concluir que:

1. Há um ingresso precoce de jovens na atividade econômica, mas isto pode ser observado principalmente entre aqueles de menor renda: eles ingressam já aos 14 anos; os de maior renda, a partir dos 16 anos. Os jovens com maior renda permanecem mais anos na condição de estudantes exclusivamente. De todo modo, os 18 anos parecem ser a idade em que grande parte dos jovens, inclusive os de maior renda, buscam inserir-se no mercado de trabalho.
2. Há diferenças na escolaridade entre os dois grupos de renda. É maior a proporção de jovens com maior renda que concluem o ensino mais cedo. Os de menor renda ingressam mais cedo no mercado de trabalho, conciliando desde os 14 anos a escola com uma ocupação. É maior a proporção de jovens com maior renda que concluíram o ensino médio e também que ingressaram no superior, atingindo um número total de anos de estudo maior do que os indivíduos do outro grupo.
3. Há diferenças na escolaridade de homens e mulheres, jovens brancos e negros. No caso das mulheres, os dados confirmam estudos que, já há algum tempo, vêm sinalizando trajetórias escolares mais lineares para elas. Quanto à cor/raça, os brancos representam maioria entre os que conseguem concluir o ensino médio e ingressar no superior. Além disso, os jovens brancos concluem o ensino básico mais cedo do que os negros, como mostram os dados da pesquisa. Ou seja, a incompatibilidade idade-série é mais grave no caso dos jovens negros.
4. A formação de uma nova família parece contribuir de maneira significativa para o abandono, ou não, dos estudos. Entre os jovens que estudam, a posição filho tem presença bastante superior em relação às demais, reduzindo-se significativamente entre os jovens que não estudam. Já a posição de chefe de família é bem menor entre os que estudam quando comparados aos jovens que não estudam, o mesmo ocorrendo com a posição de cônjuge. Nesse sentido, as ações públicas não podem ignorar que parcelas expressivas dos jovens que não estão estudando são compostas por chefes de família e cônjuges.

5. O ingresso dos jovens em postos precários varia fortemente segundo as idades no tempo da juventude: as formas de ocupação dos jovens de 14 a 15 anos são mais precárias do que as dos mais velhos, pois predominam o trabalho não-remunerado e o emprego sem registro. É importante assinalar que os jovens nesta faixa não estão entrando no mercado de trabalho na condição de aprendiz, como autoriza a legislação, o que sinaliza a necessidade de um olhar mais aprofundado para esta questão. Na medida que avançam as idades no interior da juventude, o emprego com carteira assinada se converte na principal forma de posição na ocupação.
6. Os jovens ingressam em postos simples, de pouca qualificação, provavelmente executando atividades manuais, possivelmente em virtude da pouca escolaridade dos mais jovens e também da pouca experiência de trabalho acumulada. Os dados da pesquisa sugerem que o ingresso na atividade aos 16 anos, obrigando o jovem a conciliar trabalho e estudo, não representa um problema em si. Na verdade, o que parece ser a principal questão é o ingresso em postos precários que contribuem muito pouco para a qualificação do trabalhador. Por esse motivo, parece importante, para além da oferta de cursos de qualificação, um olhar mais aprofundado para as condições de trabalho juvenil e o desenvolvimento de ações que contribuam para o acesso a formas de ingresso em postos de qualidade, o que pode romper esse movimento comum de ingresso e manutenção em postos precários entre jovens de baixa renda.
7. Há uma forte desigualdade nas formas de inserção no mercado de trabalho quando considerados o sexo e a cor/raça, fato indicador de que, provavelmente, a simples oferta de cursos de qualificação é insuficiente. Isso porque a escolaridade dos jovens do sexo feminino é mais elevada do que a dos jovens do sexo masculino. No entanto, a escolaridade não resulta em posições mais positivas no mercado; ao contrário, a proporção de rapazes nessa situação supera a das moças. Portanto, além da oferta de ensino de qualidade e de cursos de qualificação, é necessário o desenvolvimento de ações que ofereçam possibilidades de ingresso no mercado, atenuando as desigualdades que prejudicam as mulheres e os negros, em relação aos homens e brancos.
8. É elevada a proporção de jovens que não recolhem contribuição previdenciária. O ingresso em postos de melhor qualidade no mercado formal de trabalho reverteria o quadro atual, oferecendo condições mais seguras para o jovem trabalhador.
9. O desemprego não atinge da mesma forma os jovens. Também há diferenças significativas quando considerados faixa etária, renda familiar, sexo, cor/raça e escolaridade. O desemprego não atinge apenas aqueles que têm baixa escolaridade. No caso das mulheres, inclusive, mesmo com escolaridade mais alta em relação aos rapazes, elas estão mais sujeitas ao desemprego. Desigualdades ainda mais gritantes podem ser encontradas na situação de jovens negros: estudantes ou não, eles sempre compõem a maioria dentre os jovens desempregados.

- 10.** Chama atenção o perfil dos jovens que não estudam, não trabalham e não buscam trabalho: são jovens com renda familiar mais baixa, predominantemente mulheres e cônjuges. Apenas neste grupo a posição de filho não é predominante. A grande maioria caracteriza-se por uma baixa escolaridade, mas é expressiva a porcentagem de jovens que, mesmo com ensino médio completo, não trabalha e nem procura trabalho. Muitas das ações públicas demonstram grande preocupação com este grupo, mas cabe observar que a situação de não trabalhar, não estudar e não procurar trabalho pode ser a fotografia que está sendo capturada em determinado momento. Dadas as intensas transições vividas pelos jovens, apenas estudos longitudinais mais aprofundados poderiam tirar conclusões mais precisas sobre este grupo.

- 11.** Por fim, observando todos os grupos, nota-se que a situação dos jovens 25 a 29 anos é bastante diferenciada quando comparada à das demais faixas etárias. Ainda que não tenha sido realizada uma comparação entre jovens e adultos, caberia questionar se a grande diferença relativa ao contingente de 25 a 29 anos não residiria no fato de que eles estariam mais próximos do universo adulto do que do universo juvenil. Esta constatação permitiria problematizar a extensão dos limites da juventude para até 29 anos no caso do Brasil.

Diante dessas considerações, cabe neste momento um rápido olhar para os programas dirigidos aos jovens, que vêm sendo desenvolvidos mais especificamente em âmbito federal, procurando identificar os possíveis encontros e desencontros em relação aos dados até aqui apresentados.

8. Passos e descompassos entre os números e os programas públicos dirigidos a jovens

O desenvolvimento de programas e ações públicas destinados aos jovens pelo governo é um fenômeno recente na sociedade brasileira. Somente a partir da década de 1990 a temática se firmou como um problema político, convertendo-se em item relevante da ação governamental.

Em virtude do curto período de existência, a literatura científica sobre o tema ainda não é abundante e nem contempla a maior parte dos programas. Porém, as análises existentes, apesar de se concentrarem em determinadas iniciativas, indicam características comuns ao conjunto delas.

As afinidades de problemas constatados nas formas de implementação de vários programas, explicam-se em geral, entre outros motivos, pela histórica precariedade que caracterizam as ações no país ao longo dos tempos. As iniciativas dirigidas às juventudes reproduzem inúmeros problemas da área social: a escassez de recursos, o desenvolvimento de programas focalizados em detrimento de propostas estruturais, a pouca articulação entre os vários setores da gestão pública etc. Portanto, vale ressaltar que os dilemas que caracterizam os programas voltados para os jovens não divergem dos dilemas do conjunto dos programas sociais que compõem as ações sociais dos governos.

Considerando especificamente as ações no campo do trabalho, é principalmente em torno dos índices de desemprego que a questão emerge na cena pública brasileira. Inicialmente, não são o salário ou as condições de trabalho a que os jovens estão sujeitos que mobilizam atores e intervenções, mas sim as maneiras de enfrentar a situação de desemprego.

No bojo da construção das saídas para o desemprego juvenil emerge um importante debate: é melhor garantir ao jovem uma renda para que continue a estudar sem ingressar no mercado de trabalho ou apoiá-lo para sua inserção no mercado de trabalho? Existe uma melhor alternativa ou deveriam existir várias delas? Quem deveria escolher? Essas são perguntas ainda muito presentes quando o tema é o trabalho e o foco são os jovens para os quais, a partir dos 16 anos, o trabalho é um direito previsto na Constituição do país.

Uma parte das respostas construídas para essas perguntas pode ser percebida no próprio conjunto das políticas públicas dirigidas a jovens no país. Observando o quadro seguinte, nota-se que em boa medida os programas concentram-se na perspectiva de elevação da escolaridade aliada à qualificação profissional. De fato, no campo das políticas de geração de trabalho e renda, as ações de qualificação profissional sempre tiveram um peso importante no país, especialmente em função dos limites de geração de postos de trabalho em um cenário de baixo crescimento econômico. No entanto, quando se trata de construir saídas para as jovens gerações, a centralidade na educação parece ainda mais forte.

Quadro | Síntese dos principais programas dirigidos à população jovem (14-29 anos) em nível federal*.

Programa/ projeto	Instituição responsável	Objetivos	Público-alvo	Benefícios	Crterios de seleção/ permanência	Tempo de permanência
Aprendizagem	Ministério do Trabalho e Emprego e empresas	Formação técnica e profissional no ambiente de trabalho Estágio de até 6 horas para quem não concluiu o ensino fundamental e de 8 horas para quem já concluiu esse nível de ensino	Jovens de 14 a 24 anos	Pelo menos um salário mínimo/ hora e vale-transporte	Frequência à escola e inscrição em programa de aprendizagem desenvolvido por entidade qualificada	Até 2 anos
ProJovem Adolescente (antigo Agente Jovem)	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	Criar condições para inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema de ensino; promover sua integração à família e à sociedade; prepará-lo para atuar como agente de transformação de sua comunidade	Jovens de 15 a 17 anos pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família ou em situação de risco social	Auxílio financeiro mensal de R\$ 100	Frequência à escola e realização de atividades de caráter socioeducativo	Até 2 anos
ProJovem Urbano (antigo ProJovem)	Secretaria Nacional de Juventude	Elevação da escolaridade (até ensino fundamental), qualificação profissional e desenvolvimento de ações comunitárias	Jovens de 18 a 29 anos que saibam ler, mas não tenham completado o ensino fundamental Jovens com esse mesmo perfil que estejam em unidades prisionais	Auxílio financeiro mensal de R\$ 100	Frequência às aulas, realização de trabalhos escolares, incluindo ações em suas comunidades	18 meses
ProJovem Trabalhador (antigos Juventude Cidadã, Escola de Fábrica e Consórcio Social da Juventude)	Ministério do Trabalho e Emprego e Secretaria Nacional de Juventude	Preparar o jovem para o mercado de trabalho e para ocupações alternativas de geração de renda	Jovens de 18 a 29 anos desempregados e membros de famílias com renda <i>per capita</i> de até 1 salário mínimo	Auxílio financeiro mensal de R\$ 100	Frequência à escola e participação em cursos de qualificação	6 meses
ProJovem Campo – Saberes da Terra	Ministério da Educação	Elevar a escolaridade dos jovens da agricultura familiar, integrando a qualificação social e formação profissional, estimulando a conclusão do ensino fundamental e proporcionando a formação integral do jovem, na modalidade educação de jovens e adultos, em regime de alternância.	Jovens de 18 a 29 anos residentes no campo, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o ensino fundamental	Auxílio financeiro de R\$ 100 a cada dois meses	Igual ao anterior	Não especificado
Programa Nossa Primeira Terra	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Estimular a permanência do jovem e de sua família no campo Linha de financiamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário para os jovens adquirirem imóveis e investimentos em infra-estrutura	Jovens entre 18 a 29 anos, sem terra, filhos de agricultores, familiares e estudantes de escolas agro técnicas	Limite de crédito de R\$ 40 mil para projetos comunitários e infra-estrutura	Permanência no campo	Não especificado

Programa/ projeto	Instituição responsável	Objetivos	Público-alvo	Benefícios	Critérios de seleção/ permanência	Tempo de permanência
Programa Juventude e Meio Ambiente	Ministérios da Educação e Ministério do Meio Ambiente	Fortalecer as novas lideranças ambientalistas, incentivar o debate e a capacitação de jovens	Jovens entre 15 e 29 anos	Realização de encontros, palestras e vídeos/conferências	Não especificado	Não especificado
Programa Escola Aberta	Ministério da Educação	Ampliar as oportunidades de acesso a atividades educativas, culturais, de lazer e de geração de renda por meio da abertura de escolas públicas, onde são desenvolvidas atividades voltadas para a comunidade	Jovens entre 15 e 24 anos	Os jovens que oferecem oficinas podem receber auxílio mensal de R\$ 150	Realização de oficinas para a comunidade.	Não especificado
Programa Bolsa-Atleta	Ministério do Esporte	Contribuir para a formação de atletas no país, evitando que jovens abandonem a prática esportiva para se inserirem no mercado de trabalho	Não especificado	Uma bolsa cujo valor depende da categoria do atleta	Prosseguir na realização da prática esportiva sem ingressar no mercado de trabalho	Não especificado
Programa Cultura Viva	Ministério da Cultura	Potencializar iniciativas culturais já existentes, reconhecendo a cultura popular brasileira em sua diversidade e ampliar o acesso da população de baixa renda à produção dos bens e serviços culturais	Não especificado	Não especificado	Não especificado	Não especificado
Programa Brasil Alfabetizado Jovem	Secretaria Nacional de Juventude e Ministério da Educação	Promover a alfabetização de brasileiros acima de 15 anos. O programa implementou ações específicas para o público jovem	Jovens e adultos acima de 15 anos e não alfabetizados	Não especificado	Acompanhar o curso com duração de oito meses	8 meses
Programa Universidade para todos (ProUni)	Ministério da Educação	Possibilitar o acesso de jovens de mais baixa renda ao ensino superior, oferecendo bolsas de estudo em instituições de educação privadas	Jovens de 18 a 24 anos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrados, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos.	Bolsa integral para estudantes com renda per capita de até um salário mínimo Bolsa parcial para aqueles com renda per capita de até três salários mínimos	Ter participado do Enem e obtido nota mínima de 45 pontos Pertencer a famílias com renda per capita de até três salários mínimos Ter cursado o ensino médio em escola pública ou privada, com bolsa parcial ou integral Apresentar aproveitamento acadêmico em no mínimo 75% das disciplinas cursadas em cada período letivo	Ao longo do período de conclusão do ensino superior
Protejo - Proteção dos Jovens em Território Vulnerável	Ministério da Justiça	Formação da cidadania de jovens por meio de atividades culturais, esportivas e educacionais que visem resgatar sua auto-estima e permitir que eles disseminem uma cultura de paz em suas comunidades.	Jovens adolescentes expostos à violência doméstica ou urbana ou que vivem nas ruas	Não especificado	Não especificado	Um ano, prorrogável por mais um

Obs: Dados coletados nos sites do Governo Federal entre julho de 2007 e julho de 2008.

No campo das políticas estruturais relacionadas à garantia dos direitos de educação podem ser observados avanços importantes na última década, muito embora os limites também sejam evidentes, tal como já anteriormente observado. Mas se considerarmos as políticas no campo do trabalho, a necessidade de avanços parece ser ainda maior. Novamente observando o quadro, nota-se que boa parte das ações tem tempo e público determinados, circunscrevendo-se a programas de caráter pontual. Também não se observa a proposição de ações que considerem a diversidade de relações que a heterogeneidade do segmento juvenil estabelece com o trabalho, o estudo ou com ambas as esferas simultaneamente, tal como assinalado pela análise dos dados desta pesquisa.

Aspectos relacionados às condições de trabalho, jornada e salários dos jovens aparecem de maneira muito tímida no debate público e estão ausentes no campo das ações governamentais, como pode ser observado no quadro. Ainda que seja cedo para levantar hipóteses, a recente integração de boa parte dos programas destinados aos jovens, no campo do trabalho, ao ProJovem pode obscurecer ainda mais questões específicas relativas ao trabalho juvenil.

Um ator importante no debate público relativo a essas questões tem sido o Conselho Nacional de Juventude. Em documento apresentando as diretrizes e perspectivas de uma Política Nacional de Juventude, defende como tarefa principal do Estado no campo da educação e do trabalho a oferta de “políticas, programas e ações para que o jovem possa construir sua trajetória educacional, sua educação profissional e sua relação com o mundo do trabalho em condições adequadas” (Novaes et al, 2006:27).

É também nesse documento que se aponta um conjunto de limites das ações do Estado no âmbito do trabalho juvenil: o número reduzido de iniciativas no campo da garantia de trabalho decente aos jovens, o pouco controle do estágio enquanto modo de proporcionar formação e vivência profissional, a inexistência de debates sobre a melhor forma de tornar possível ao jovem compatibilizar trabalho e estudo, sobre a possível (ou não) implementação de uma legislação relativa ao trabalho juvenil e também sobre a abertura de novas linhas de ação nesse campo, tais como: apoio ao microcrédito, cooperativismo, associativismo e empreendedorismo (Novaes et al 2006).

O fato dessas questões estarem sendo debatidas no espaço do Conselho, composto por um conjunto diverso de atores — ONGs, movimentos sociais, partidos políticos e gestores públicos — é revelador dos esforços para se tratar os jovens como sujeitos integrais de direitos nos campos da educação, cultura, trabalho e convivência familiar. Especificamente sobre trabalho, parece clara a intenção em desvendar as especificidades dessa demanda juvenil para construir agendas que possam dar respostas à crise no mercado e à falta de perspectivas dos jovens para executar seus projetos de vida. As ações concretas, no entanto, ainda parecem limitadas diante dos desafios que os dados aqui apresentados tornam evidentes.

A realidade experimentada pelos jovens, que pode ser observada a partir dos dados da Pnad 2006, orienta para a necessidade de ações que envolvam a qualificação e a facilitação do acesso às vagas ofertadas pelo mercado, mas que também atentem para a realidade vivida pelos jovens nos espaços de trabalho. Soma-se a isso a necessidade das ações observarem que não basta apenas proferir que a juventude é diversa, múltipla e que são várias as juventudes. Uma das mais importantes questões que este estudo levanta é que essa diversidade tem resultado em uma enorme desigualdade. Nesse sentido, as ações que desconsiderem a diversidade podem manter ou até mesmo multiplicar o atual quadro de desigualdades entre os jovens do país.

Referências bibliográficas

ABAD, M. Las políticas de juventud desde la perspectiva de la relación entre convivencia, ciudadanía y nueva condición juvenil. **Última Década**, n.16, 2002.

BRUSCHINI, C. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, p.537-572, set./dez.2007.

CACCIAMALI, Maria Cristina; BRAGA, Thaiz. Política e ações para o combate ao trabalho infantil no Brasil. In: CHAHAD, José Paulo Z.; CACCIAMALI, Maria Cristina. **Mercado de trabalho no Brasil: novas práticas trabalhistas, negociações coletivas e direitos fundamentais no trabalho**. São Paulo: LTr, 2003, 395-423.

CARVALHO, Marília P. de. Sucesso e fracasso escolar: uma questão de gênero. **Educação e Pesquisa**, v.29, n.1, jan./jun., 2003, p. 185-193.

_____. Quem são os meninos que fracassam na escola? **Cadernos de Pesquisa**, v.34, n.121, p.11-40, jan./abr. 2004.

CORROCHANO, M.C. **O trabalho e a sua ausência: narrativas de jovens do Programa Bolsa Trabalho no município de São Paulo**. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

DUBET, François. Des jeunes et des sociologies: les cas français. **Sociologie et Sociétés**, v.28, n.1, p.23-35, 1996.

GORZ, A. **Metamorfosis del trabajo**. Madrid: Sistema, 1991.

GUIMARÃES, Nadya. Trajetórias inseguras, autonomização incerta: os jovens e o trabalho sob intensas transições ocupacionais. In: CAMARANO, A.A. (Org.). **Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição**. Rio de Janeiro: Ipea, 2006. p. 171-197.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1996.

MADEIRA, Felícia. Educação e desigualdade no tempo de juventude. In: CAMARANO, Ana A. (org.). **Transição para vida adulta ou vida adulta em transição?** Rio de Janeiro: Ipea, 2006, p.139-169.

_____. Os jovens e as mudanças estruturais na década de 70: questionando pressupostos e sugerindo pistas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 58, p. 15-48, ago. 1986

MARUANI, M.; HIRATA, H. (Org.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Senac, 2003.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (Org.). **Trabalho decente e juventude – América Latina**. Lima, set. 2007. Disponível em <www.oit.org.br>. Acesso em 04 dez. 2007.

SILVA, N. V. Expansão escolar e estratificação educacional no Brasil. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. **Origens e destinos: desigualdades sociais ao longo da vida**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p.105-146.

SPOSITO, M. P. Algumas reflexões e muitas indagações sobre as relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p. 87-127.

_____. **Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas**. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

Anexo

TABELAS E GRÁFICOS COMPLEMENTARES DO ESTUDO

Alguns indicadores da população jovem

Tabela 1A | Estimativa da população total, por faixa etária. Brasil e Grandes Regiões, 2006.

Faixa etária		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
Crianças e adolescentes		4.637.496	13.993.123	17.133.148	6.139.862	3.285.153	45.188.782
	0 a 4 anos	1.557.241	4.484.159	5.278.794	1.853.063	1.036.875	14.210.132
	5 a 9 anos	1.707.538	5.140.115	6.420.508	2.273.280	1.192.608	16.734.049
	10 a 13 anos	1.372.717	4.368.849	5.433.846	2.013.519	1.055.670	14.244.601
População jovem		4.744.728	15.813.335	22.046.921	7.400.128	3.983.697	53.988.809
	14 anos	337.796	1.099.100	1.333.012	435.527	252.128	3.457.563
	15 anos	322.523	1.037.518	1.336.726	489.434	259.100	3.445.301
	16 anos	295.865	1.035.322	1.365.105	488.251	245.059	3.429.602
	17 anos	328.705	1.100.446	1.390.882	479.651	250.168	3.549.852
	18 anos	321.169	1.087.269	1.444.325	482.268	261.829	3.596.860
	19 anos	292.220	1.050.001	1.381.475	448.651	240.840	3.413.187
	20 a 24 anos	1.487.626	5.037.666	7.104.608	2.352.185	1.293.018	17.275.103
	25 a 29 anos	1.358.824	4.366.013	6.690.788	2.224.161	1.181.555	15.821.341
População adulta		5.697.959	21.906.614	40.573.072	13.828.029	6.044.527	88.050.201
	30 a 34 anos	1.160.090	3.731.965	6.110.906	2.010.775	1.076.934	14.090.670
	35 a 39 anos	1.036.278	3.485.610	5.882.180	2.042.730	1.041.016	13.487.814
	40 a 44 anos	834.365	3.141.220	6.010.231	2.126.513	956.654	13.068.983
	45 a 49 anos	697.889	2.564.215	5.153.903	1.778.802	738.227	10.933.036
	50 a 54 anos	567.949	2.173.116	4.786.251	1.607.260	652.512	9.787.088
	55 a 59 anos	422.087	1.834.039	3.593.007	1.266.450	489.680	7.605.263
	60 anos ou mais	979.301	4.976.449	9.036.594	2.995.499	1.089.504	19.077.347
TOTAL		15.080.183	51.713.072	79.753.141	27.368.019	13.313.377	187.227.792

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Tabela 1B | Estimativa da população total, por faixa etária. Brasil e Grandes Regiões, 2006 (em %).

Faixa etária		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil	
Crianças e adolescentes		30,8	27,1	21,5	22,4	24,7	24,1	
	0 a 4 anos	10,3	8,7	6,6	6,8	7,8	7,6	
	5 a 9 anos	11,3	9,9	8,1	8,3	9,0	8,9	
	10 a 13 anos	9,1	8,4	6,8	7,4	7,9	7,6	
População jovem		31,5	30,6	27,6	27,0	29,9	28,8	
	14 anos	2,2	2,1	1,7	1,6	1,9	1,8	
	15 anos	2,1	2,0	1,7	1,8	1,9	1,8	
	16 anos	2,0	2,0	1,7	1,8	1,8	1,8	
	17 anos	2,2	2,1	1,7	1,8	1,9	1,9	
	18 anos	2,1	2,1	1,8	1,8	2,0	1,9	
	19 anos	1,9	2,0	1,7	1,6	1,8	1,8	
	20 a 24 anos	9,9	9,7	8,9	8,6	9,7	9,2	
	25 a 29 anos	9,0	8,4	8,4	8,1	8,9	8,5	
	População adulta		37,8	42,4	50,9	50,5	45,4	47,0
		30 a 34 anos	7,7	7,2	7,7	7,3	8,1	7,5
35 a 39 anos		6,9	6,7	7,4	7,5	7,8	7,2	
40 a 44 anos		5,5	6,1	7,5	7,8	7,2	7,0	
45 a 49 anos		4,6	5,0	6,5	6,5	5,5	5,8	
50 a 54 anos		3,8	4,2	6,0	5,9	4,9	5,2	
55 a 59 anos		2,8	3,5	4,5	4,6	3,7	4,1	
60 anos ou mais		6,5	9,6	11,3	10,9	8,2	10,2	
TOTAL		100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração:Dieese.

Tabela 2 | Variação da população total, por faixa etária e sexo. Brasil e Grandes Regiões, 1999-2006 (em %).

Faixa etária	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Brasil						
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total					
Crianças e adolescentes	30,9	29,5	30,2	-1,8	-2,9	-2,4	0,9	-1,4	-0,2	-5,4	-5,3	3,9	4,1	4,0	1,1	-0,2	0,4
0 a 4 anos	22,8	27,9	25,3	-5,9	-7,3	-6,6	-6,0	-10,9	-8,4	-17,5	-14,9	-3,1	-7,4	-5,2	-6,1	-7,7	-6,8
5 a 9 anos	38,7	35,9	37,3	3,9	1,5	2,7	6,1	8,6	7,3	-3,4	-2,4	5,0	6,6	5,8	5,7	6,1	5,9
10 a 13 anos	31,2	23,8	27,5	-3,8	-3,2	-3,5	2,4	-2,2	0,1	6,3	2,1	10,6	14,6	12,6	3,7	0,8	2,2
População jovem	47,8	45,3	46,5	11,7	12,0	11,8	8,5	11,0	9,8	8,4	7,9	15,5	11,4	13,4	12,1	12,8	12,5
14 anos	27,6	45,6	36,5	-5,5	-7,4	-6,4	0,7	-2,5	-0,9	-9,4	-5,7	14,7	8,8	11,8	-1,0	-1,3	-1,1
15 anos	13,3	13,9	13,6	-4,3	-9,3	-6,9	-10,7	3,9	-3,7	3,9	3,8	17,0	13,1	15,1	-3,4	0,6	-1,4
16 anos	14,8	18,6	16,7	-3,8	-12,6	-8,2	-4,6	-1,1	-2,9	-4,2	-1,3	-5,2	5,7	0,0	-3,7	-3,4	-3,5
17 anos	23,4	25,2	24,3	-2,8	5,4	1,2	-9,7	0,3	-4,9	-10,5	-4,6	19,5	-8,4	4,8	-2,2	1,1	-0,6
18 anos	60,0	36,4	47,9	2,1	5,1	3,5	-3,7	1,8	-1,0	2,4	3,4	8,2	15,1	11,5	2,8	5,8	4,3
19 anos	16,8	24,4	20,6	9,5	3,4	6,5	1,9	-0,7	0,6	-0,2	0,9	2,2	-6,0	-2,0	4,7	1,8	3,2
20 a 24 anos	62,2	45,8	53,3	18,2	23,8	21,0	13,0	13,6	13,3	16,3	18,7	17,3	14,1	15,6	17,8	19,2	18,5
25 a 29 anos	74,4	76,6	75,5	28,7	25,6	27,1	24,5	24,3	24,4	18,6	10,8	22,9	18,4	20,6	27,1	24,8	25,9
População adulta	57,9	59,5	58,8	23,0	21,5	22,2	22,2	25,1	23,7	20,1	26,8	29,4	33,2	31,4	24,0	26,3	25,2
30 a 34 anos	58,2	58,7	58,5	18,0	12,3	15,0	13,4	10,4	11,8	-3,0	5,0	16,5	14,4	15,4	14,2	12,7	13,4
35 a 39 anos	58,3	57,9	58,1	20,1	18,2	19,1	5,7	10,1	8,0	2,7	9,9	18,7	23,3	21,1	12,0	15,2	13,6
40 a 44 anos	54,4	58,3	56,4	31,0	26,0	28,4	21,8	22,3	22,1	24,9	27,2	38,7	35,8	37,2	27,1	26,3	26,7
45 a 49 anos	50,4	52,8	51,6	25,7	27,4	26,6	21,4	27,9	24,8	19,8	29,9	30,1	37,8	33,9	24,0	29,8	27,0
50 a 54 anos	90,4	57,6	72,4	22,9	24,2	23,6	43,2	46,9	45,1	42,7	44,2	43,5	61,4	54,3	40,0	41,8	40,9
55 a 59 anos	51,2	61,3	56,1	30,5	24,5	27,3	38,8	42,5	40,8	37,9	53,2	36,2	41,6	39,0	36,9	39,9	38,4
60 anos ou mais	52,5	68,7	60,9	20,2	23,2	21,8	27,1	31,4	29,5	35,9	38,7	34,6	43,0	38,8	27,8	32,0	30,1
TOTAL	45,5	45,3	45,4	11,5	11,4	11,4	12,7	14,9	13,8	9,9	13,3	17,7	18,5	18,1	13,9	15,4	14,7

Fonte: IBGE/Prad. Elaboração: Dieese.

Obs.: Excluídas as pessoas da área rural do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima.

Tabela 3 | Estimativa da população total, por faixa etária e sexo, Brasil e Grandes Regiões, 2006 (em %).

Faixa etária	Norte		Nordeste		Sudeste		Sul		Centro-Oeste		Brasil				
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total			
População pré-jovem	51,1	48,9	100,0	48,9	48,6	100,0	50,7	49,3	100,0	51,5	48,5	100,0	51,2	48,8	100,0
0 a 4 anos	50,9	49,1	100,0	48,7	47,8	100,0	50,5	49,5	100,0	52,5	47,5	100,0	51,6	48,4	100,0
5 a 9 anos	51,4	48,6	100,0	49,0	49,2	100,0	50,4	49,6	100,0	51,6	48,4	100,0	50,9	49,1	100,0
10 a 13 anos	51,0	49,0	100,0	49,0	48,8	100,0	51,3	48,7	100,0	50,4	49,6	100,0	51,1	48,9	100,0
População jovem	48,9	51,1	100,0	49,6	50,4	100,0	49,3	50,7	100,0	49,9	50,1	100,0	49,5	50,5	100,0
14 anos	47,3	52,7	100,0	49,3	49,8	100,0	50,2	49,8	100,0	51,4	48,6	100,0	50,2	49,8	100,0
15 anos	50,9	49,1	100,0	49,5	50,5	100,0	48,4	51,6	100,0	50,8	49,2	100,0	49,2	50,8	100,0
16 anos	50,5	49,5	100,0	52,4	47,6	100,0	50,2	49,8	100,0	50,3	49,7	100,0	50,9	49,1	100,0
17 anos	50,2	49,8	100,0	49,5	50,5	100,0	48,8	51,2	100,0	53,9	46,1	100,0	50,1	49,9	100,0
18 anos	52,6	47,4	100,0	51,2	48,8	100,0	48,9	51,1	100,0	49,6	50,4	100,0	49,8	50,2	100,0
19 anos	48,7	51,3	100,0	52,5	47,5	100,0	49,1	50,9	100,0	50,9	49,1	100,0	50,3	49,7	100,0
20 a 24 anos	48,6	51,4	100,0	48,7	51,3	100,0	49,9	50,1	100,0	48,3	51,7	100,0	49,4	50,6	100,0
25 a 29 anos	47,6	52,4	100,0	48,8	51,2	100,0	48,6	51,4	100,0	50,1	49,9	100,0	48,9	51,1	100,0
População não-jovem	48,1	51,9	100,0	47,1	52,9	100,0	46,3	53,7	100,0	47,9	52,1	100,0	46,8	53,2	100,0
30 a 34 anos	47,5	52,5	100,0	48,8	51,2	100,0	48,0	52,0	100,0	47,8	52,2	100,0	48,0	52,0	100,0
35 a 39 anos	48,8	51,2	100,0	47,6	52,4	100,0	47,6	52,4	100,0	47,6	52,4	100,0	47,7	52,3	100,0
40 a 44 anos	48,6	51,4	100,0	48,1	51,9	100,0	47,2	52,8	100,0	48,7	51,3	100,0	47,8	52,2	100,0
45 a 49 anos	48,3	51,7	100,0	46,8	53,2	100,0	46,2	53,8	100,0	46,4	53,6	100,0	46,7	53,3	100,0
50 a 54 anos	49,8	50,2	100,0	46,9	53,1	100,0	47,8	52,2	100,0	47,4	52,6	100,0	47,7	52,3	100,0
55 a 59 anos	50,4	49,6	100,0	47,8	52,2	100,0	46,6	53,4	100,0	47,0	53,0	100,0	47,1	52,9	100,0
60 anos ou mais	45,5	54,5	100,0	44,8	55,2	100,0	42,8	57,2	100,0	44,1	55,9	100,0	43,9	56,1	100,0
TOTAL	49,2	50,8	100,0	49,0	51,0	100,0	48,2	51,8	100,0	49,4	50,6	100,0	48,6	51,4	100,0

Fonte: IBGE/Prad. Elaboração: Dieese.

Jovens que trabalham

Tabela 4 | Distribuição da população jovem ocupada, que estuda ou não, por posição na família. Brasil, 2006 (em %).

Situação de trabalho e estudo por posição na família	Faixa etária (em anos)					14-29
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
Trabalha e estuda	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefe	0,3	1,4	6,5	16,3	30,3	10,5
Cônjuge	0,3	1,4	3,7	9,4	21,1	6,9
Filho	91,6	88,5	79,0	64,7	42,2	73,6
Outra	7,8	8,7	10,9	9,6	6,4	9,0
Somente trabalha	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefe	3,1	8,9	16,9	29,8	43,3	32,0
Cônjuge	7,2	8,9	11,7	18,2	24,2	19,0
Filho	75,8	69,8	61,2	44,6	27,2	41,6
Outra	13,9	12,4	10,2	7,5	5,4	7,3

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese

Tabela 5 | Distribuição da população jovem que só trabalha, segundo a escolaridade, por faixa etária e sexo. Brasil, 2006 (em %).

Escolaridade	Homens					
	Faixa etária (em anos)					14-29
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
Já freqüentaram escola	98,9	99,1	98,9	98,6	98,1	98,4
Fundamental incompleto	93,2	73,8	36,2	32,9	36,9	37,7
Fundamental completo	6,2	11,5	11,8	9,8	9,6	10,3
Médio incompleto	0,5	8,3	11,9	10,0	7,3	9,1
Médio completo	0,0	6,0	38,3	40,9	34,6	35,7
Superior incompleto	0,0	0,0	1,1	2,1	2,2	1,8
Superior completo	0,0	0,0	0,4	3,9	8,3	4,8
Demais cursos	0,0	0,4	0,3	0,5	1,2	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nunca freqüentaram escola	1,1	0,9	1,1	1,4	1,9	1,6
Total geral	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Escolaridade	Mulheres					
	Faixa etária (em anos)					14-29
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
Já freqüentaram escola	97,8	99,1	99,6	99,6	99,2	99,4
Fundamental incompleto	87,9	59,0	20,6	20,6	26,1	24,6
Fundamental completo	7,2	17,0	8,4	7,2	7,8	8,0
Médio incompleto	3,4	12,8	9,9	7,2	6,1	7,4
Médio completo	0,0	11,1	59,3	53,2	40,7	47,3
Superior incompleto	0,0	0,0	0,8	2,3	2,2	1,8
Superior completo	0,0	0,0	0,8	9,4	16,1	10,3
Demais cursos	1,5	0,1	0,2	0,2	1,0	0,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nunca freqüentaram escola	2,2	0,9	0,4	0,4	0,9	0,6
Total geral	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Obs.: Em "Demais cursos" incluem-se mestrado ou doutorado, alfabetização de adultos e sem declaração de curso e/ou série concluída.

Tabela 6 | Distribuição da população jovem que só trabalha, segundo a escolaridade, por faixa etária e cor/raça. Brasil, 2006 (em %).

Escolaridade	População branca					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Já freqüentaram escola	100,0	99,4	99,7	99,6	99,3	99,5
Fundamental incompleto	89,1	59,0	20,4	19,5	23,4	23,0
Fundamental completo	8,2	16,8	10,3	8,8	8,6	9,2
Médio incompleto	2,7	11,7	10,5	8,1	6,0	7,7
Médio completo	0,0	12,5	55,9	49,6	39,2	44,9
Superior incompleto	0,0	0,0	1,8	3,4	3,3	2,9
Superior completo	0,0	0,0	0,9	10,3	18,3	11,6
Demais	0,0	0,0	0,2	0,2	1,2	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nunca freqüentaram escola	0,0	0,6	0,3	0,4	0,7	0,5
Total geral	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Escolaridade	População negra					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Já freqüentaram escola	97,8	98,9	98,7	98,5	97,8	98,2
Fundamental incompleto	93,4	75,7	38,9	35,8	41,3	41,2
Fundamental completo	5,6	11,0	10,6	8,7	9,1	9,4
Médio incompleto	0,3	8,4	11,8	9,6	7,5	9,0
Médio completo	0,0	4,5	38,1	42,3	35,2	36,2
Superior incompleto	0,0	0,0	0,2	0,9	1,0	0,8
Superior completo	0,0	0,0	0,2	2,1	4,8	2,8
Demais	0,7	0,5	0,3	0,5	1,0	0,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Nunca freqüentaram escola	2,2	1,1	1,3	1,5	2,3	1,8
Total geral	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Obs.: a) População Branca = brancos + amarelos; População Negra = pretos + pardos.

b) Excluída a população indígena e sem declaração de cor.

c) Em "Demais cursos" incluem-se mestrado ou doutorado, alfabetização de adultos e sem declaração de curso e/ou série concluída.

Tabela 7 | Características da jornada semanal de trabalho da população jovem que só trabalha, por faixa etária e sexo. Brasil, 2006 (em %).

Jornada (em horas)	Homens					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Até 30	31,8	19,0	8,7	6,9	6,3	7,8
De 31 a 44	40,4	46,1	50,5	49,8	49,0	49,4
Superior a 44	27,8	34,9	40,9	43,3	44,6	42,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média	35,9	39,7	43,3	44,0	44,5	43,8
Jornada (em horas)	Mulheres					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Até 30	51,6	37,9	23,0	23,1	24,5	24,3
De 31 a 44	29,3	30,6	43,7	46,6	47,7	46,0
Superior a 44	19,1	31,5	33,3	30,4	27,7	29,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média	29,4	33,8	38,1	37,8	37,0	37,3

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Obs.: No "Total" incluem-se os sem declaração de jornada.

Tabela 8 | Características da jornada semanal de trabalho da população jovem que só trabalha, por faixa etária e cor/raça. Brasil, 2006 (em %).

Jornada (em horas)	População branca					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Até 30	32,7	19,6	11,5	11,2	11,9	12,0
De 31 a 44	38,6	43,2	50,2	51,9	51,6	51,0
Superior a 44	28,7	37,2	38,4	36,9	36,5	37,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média	35,4	39,6	42,0	42,0	41,9	41,9
Jornada (em horas)	População negra					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Até 30	40,4	27,8	16,5	15,4	15,8	16,6
De 31 a 44	36,0	40,3	45,9	45,4	45,5	45,3
Superior a 44	23,7	31,9	37,5	39,2	38,7	38,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média	33,2	36,9	40,6	41,0	41,0	40,6

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Obs.: a) No "Total" incluem-se os sem declaração de jornada.

b) População Branca = brancos + amarelos; População Negra = pretos + pardos.

c) Excluída a população indígena e sem declaração de cor.

Tabela 9 | Características da jornada semanal de trabalho da população jovem que só trabalha, por faixa etária e grupos de décimos da distribuição de renda familiar *per capita* dessa população. Brasil, 2006 (em %).

Jornada (em horas)	40% com menores rendimentos					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Até 30	43,4	31,7	22,0	20,1	20,7	21,8
De 31 a 44	33,6	37,7	41,2	41,4	41,0	40,9
Superior a 44	23,0	30,6	36,8	38,5	38,2	37,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média	32,4	35,8	39,2	39,9	39,7	39,3
Jornada (em horas)	20% com maiores rendimentos					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Até 30	(1)	(1)	6,7	9,0	9,0	8,6
De 31 a 44	(1)	(1)	58,2	57,9	58,0	58,0
Superior a 44	(1)	(1)	35,1	33,1	33,0	33,4
Total	(1)	(1)	100,0	100,0	100,0	100,0
Média	(1)	(1)	43,1	42,1	42,1	42,3

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Nota: (1) A amostra não comporta desagregação para este grupo.

Obs.: a) No "Total" incluem-se os sem declaração de jornada.

b) Excluídas as pessoas sem declaração de rendimento familiar.

c) 40% mais pobres = os 40% da população jovem (14 a 29 anos) que trabalha e estuda com menor rendimento definidos a partir da ordenação crescente desse rendimento familiar *per capita*. (base da estratificação).

d) 20% mais ricos = os 20% da população jovem (14 a 29 anos) que trabalha e estuda com maior rendimento definidos a partir da ordenação crescente do rendimento familiar *per capita*. (topo da estratificação).

Tabela 10 | Características do rendimento de todos os trabalhos da população jovem que só trabalha, por faixa etária e sexo. Brasil, 2006 (em %).

Remuneração (em s.m.)	Homens					
	Faixa etária (em anos)					14-29
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
Até 1	92,1	79,0	49,6	37,4	29,0	38,7
Mais de 1 a 2	7,4	19,7	40,4	43,1	38,9	39,3
Mais de 2	0,4	1,1	8,9	18,4	30,8	20,8
Sem declaração	0,1	0,2	1,1	1,1	1,3	1,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média (em R\$)	127	227	406	545	762	592
Part. (em %)	1,1	3,7	24,5	25,5	45,2	100,0
Remuneração (em s.m.)	Mulheres					
	Faixa etária (em anos)					14-29
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
Até 1	95,0	86,2	59,6	50,5	44,9	51,1
Mais de 1 a 2	5,1	13,1	35,4	36,6	34,0	34,3
Mais de 2	0,0	0,5	4,4	12,1	20,1	13,8
Sem declaração	0,0	0,2	0,7	0,8	1,0	0,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média (em R\$)	95	171	331	435	578	471
Part. (em %)	0,7	2,4	23,2	25,6	48,1	100,0

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Obs.: O valor do salário mínimo vigente na época da pesquisa era de R\$ 350.

Tabela 11 | Proporção da população jovem que só trabalha, com contribuição à Previdência, por faixa etária. Brasil, 2006 (em %).

Contribuição à Previdência	Faixa etária (em anos)					14-29
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
% contribuinte	0,4	11,4	44,3	52,3	57,0	50,8

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Tabela 12 | Proporção da população jovem que só trabalha, com contribuição à Previdência, por faixa etária e sexo. Brasil, 2006 (em %).

Contribuição à Previdência	Homens					
	Faixa etária (em anos)					14-29
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
% contribuinte	0,0	11,7	43,4	52,6	58,3	50,8
Contribuição à Previdência	Mulheres					
	Faixa etária (em anos)					14-29
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
% contribuinte	1,3	10,8	45,8	51,9	55,1	50,7

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Tabela 13 | Proporção da população jovem que só trabalha, com contribuição à Previdência em qualquer trabalho, por faixa etária e grupos de décimos da distribuição de renda familiar *per capita* dessa população. Brasil, 2006 (em %).

Contribuição à Previdência	40% com menores rendimentos					
	Faixa etária (em anos)					14-29
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
% Contribuinte	0,3	3,8	25,1	33,0	36,7	30,7
Contribuição à Previdência	20% com maiores rendimentos					
	Faixa etária (em anos)					14-29
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
% Contribuinte	(1)	(1)	66,9	71,4	77,4	73,5

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Nota: (1) A amostra não comporta desagregação para este grupo.

Obs.: a) Excluídas as pessoas sem declaração de rendimento familiar.

b) 40% mais pobres = os 40% da população jovem (14 a 29 anos) que somente trabalha com menor rendimento definidos a partir da ordenação crescente desse rendimento familiar *per capita*. (base da estratificação).

c) 20% mais ricos = os 20% da população jovem (14 a 29 anos) que somente trabalha com maior rendimento definidos a partir da ordenação crescente do rendimento familiar *per capita*. (topo da estratificação).

Jovens que trabalham e estudam

Tabela 14 | Distribuição da população jovem que trabalha e estuda segundo o curso que freqüenta, por faixa etária e sexo. Brasil, 2006 (em %).

Curso que freqüenta	Homens					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Regular de ensino fundamental (1º grau)	79,3	38,4	19,1	9,2	8,8	29,4
Regular de ensino médio (2º grau)	18,1	55,8	42,8	21,1	13,3	33,9
Supletivo de 1º grau	2,4	3,8	3,5	4,6	5,3	3,8
Supletivo de 2º grau	0,0	0,9	4,6	5,1	7,5	3,6
Superior	0,0	0,5	26,5	54,0	54,3	25,4
Alfabetização de adultos	0,2	0,3	0,9	1,6	3,4	1,1
Pré-vestibular	0,0	0,2	2,6	2,9	2,2	1,7
Mestrado ou doutorado	0,0	0,0	0,0	1,7	5,3	1,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Curso que freqüenta	Mulheres					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Regular de ensino fundamental (1º grau)	68,9	24,0	9,8	7,4	7,9	17,9
Regular de ensino médio (2º grau)	30,0	72,1	36,2	16,0	13,8	33,8
Supletivo de 1º grau	1,1	1,6	2,0	2,0	6,1	2,7
Supletivo de 2º grau	0,0	0,8	3,9	3,7	6,7	3,5
Superior	0,0	1,0	43,1	65,0	55,0	37,1
Alfabetização de adultos	0,0	0,2	0,3	1,2	1,9	0,7
Pré-vestibular	0,0	0,2	4,7	2,4	3,0	2,6
Mestrado ou doutorado	0,0	0,0	0,1	2,3	5,6	1,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Obs.: Excluída a população sem declaração de curso que freqüenta.

Tabela 15 | Distribuição da população jovem que trabalha e estuda, segundo o curso que freqüenta, por faixa etária e cor/raça. Brasil, 2006 (em %).

Curso que freqüenta	População branca					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Regular de ensino fundamental (1º grau)	65,4	19,3	7,7	3,5	3,7	14,6
Regular de ensino médio (2º grau)	33,2	75,4	31,2	11,0	9,1	31,5
Supletivo de 1º grau	1,4	2,5	2,1	2,6	5,0	2,7
Supletivo de 2º grau	0,0	1,0	4,4	3,8	5,2	3,3
Superior	0,0	1,3	50,0	73,9	65,8	43,1
Alfabetização de adultos	0,0	0,1	0,5	0,7	1,3	0,6
Pré-vestibular	0,0	0,3	4,0	1,6	2,1	2,0
Mestrado ou doutorado	0,0	0,0	0,1	2,8	7,7	2,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Curso que freqüenta	População negra					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Regular de ensino fundamental (1º grau)	82,9	44,2	22,4	15,0	13,8	34,3
Regular de ensino médio (2º grau)	14,6	51,0	48,6	29,6	18,8	36,2
Supletivo de 1º grau	2,3	3,4	3,6	4,1	6,6	3,9
Supletivo de 2º grau	0,0	0,8	4,2	5,5	9,4	3,8
Superior	0,0	0,2	17,4	38,6	41,4	17,8
Alfabetização de adultos	0,3	0,4	0,7	2,4	4,1	1,4
Pré-vestibular	0,0	0,2	3,1	4,2	3,2	2,1
Mestrado ou doutorado	0,0	0,0	0,0	0,7	2,8	0,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese

Obs.: a) População Branca = brancos + amarelos; População Negra = pretos + pardos.

b) Excluída a população indígena e sem declaração de cor.

c) Excluída a população sem declaração de curso que freqüenta.

Tabela 16 | Características da jornada semanal de trabalho da população jovem que trabalha e estuda, por faixa etária e sexo. Brasil, 2006 (em %).

Jornada (em horas)	Homens					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Até 30	70,8	45,2	24,8	18,8	11,7	33,4
De 31 a 44	22,7	39,7	50,1	55,2	57,3	45,5
Superior a 44	6,5	15,1	25,0	26,0	31,0	21,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média (em horas)	23,4	30,7	37,0	38,6	40,6	34,3
Jornada (em horas)	Mulheres					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Até 30	73,9	51,7	31,3	27,3	26,0	37,8
De 31 a 44	18,7	33,7	49,1	54,1	54,3	45,0
Superior a 44	7,4	14,6	19,7	18,7	19,7	17,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média (em horas)	21,4	28,9	34,4	35,4	35,6	32,4

Fonte: IBGE/Phad. Elaboração: Dieese.

Obs.: No "Total" incluem-se os sem declaração de jornada.

Tabela 17 | Características da jornada semanal de trabalho da população jovem que trabalha e estuda, por faixa etária e cor/raça. Brasil, 2006 (em %).

Jornada (em horas)	População branca					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Até 30	70,1	45,6	25,7	20,9	16,9	31,7
De 31 a 44	22,1	39,9	54,6	58,6	59,7	50,1
Superior a 44	7,8	14,5	19,7	20,5	23,3	18,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média (em horas)	23,1	30,5	36,0	37,5	38,4	34,3
Jornada (em horas)	População Negra					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Até 30	73,2	49,7	29,9	25,3	21,6	39,1
De 31 a 44	20,7	35,0	44,5	49,3	51,2	40,4
Superior a 44	6,1	15,3	25,6	25,4	27,2	20,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média (em horas)	22,4	29,6	35,6	36,7	37,5	32,7

Fonte: IBGE/Phad. Elaboração: Dieese.

Obs.: a) No "Total" incluem-se os sem declaração de jornada.

b) População Branca = brancos + amarelos; População Negra = pretos + pardos.

c) Excluída a população indígena e sem declaração de cor.

Tabela 18 | Características da jornada semanal de trabalho da população jovem que trabalha e estuda, por faixa etária e grupos de décimos da distribuição de renda familiar *per capita* dessa população. Brasil, 2006 (em %).

Jornada (em horas)	40% com menores rendimentos					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Até 30	73,3	55,8	36,1	26,0	28,6	47,3
De 31 a 44	20,1	30,5	40,5	43,3	44,6	34,3
Superior a 44	6,6	13,6	23,4	30,8	26,9	18,4
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média	22,2	27,8	34,1	37,3	35,8	30,5
Jornada (em horas)	20% com maiores rendimentos					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Até 30	(1)	42,9	28,0	24,7	13,3	24,9
De 31 a 44	(1)	44,8	56,8	60,1	66,4	58,9
Superior a 44	(1)	12,3	15,2	15,1	20,3	16,2
Total	(1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média	(1)	30,4	34,6	35,9	38,7	35,5

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Nota: (1) A amostra não comporta desagregação para este grupo.

Obs.: a) No "Total" incluem-se os sem declaração de jornada.

b) Excluídas as pessoas sem declaração de rendimento familiar.

c) 40% mais pobres = os 40% da população jovem (14 a 29 anos) que trabalha e estuda com menor rendimento definidos a partir da ordenação crescente desse rendimento familiar *per capita*. (base da estratificação).

d) 20% mais ricos = os 20% da população jovem (14 a 29 anos) que trabalha e estuda com maior rendimento definidos a partir da ordenação crescente do rendimento familiar *per capita*. (topo da estratificação).

Tabela 19 | Características do rendimento de todos os trabalhos da população jovem que trabalha e estuda, por faixa etária e grupos de décimos da distribuição de renda familiar *per capita* dessa população. Brasil, 2006 (em %).

Remuneração (em s.m.)	40% com menores rendimentos					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Até 1	99,2	96,6	86,9	72,8	66,5	88,1
Mais de 1 a 2	0,5	2,6	9,7	20,0	23,5	8,7
Mais de 2	0,0	0,0	1,0	3,3	4,5	1,2
Sem declaração	0,3	0,8	2,4	3,9	5,5	2,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média (em R\$)	41	99	178	283	327	155
Remuneração (em sm)	20% com maiores rendimentos					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Até 1	(1)	71,8	32,0	18,0	7,4	25,4
Mais de 1 a 2	(1)	24,7	40,5	32,3	18,3	29,3
Mais de 2	(1)	3,5	27,6	49,8	74,3	45,3
Sem declaração	(1)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	(1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Média (em R\$)	(1)	303	640	915	1.408	908

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Nota: (1) A amostra não comporta desagregação para este grupo.

Obs.: a) O valor do salário mínimo vigente na época da pesquisa era de R\$ 350.

b) Excluídas as pessoas sem declaração de rendimento familiar e de rendimento de todos os trabalhos.

c) 40% mais pobres = os 40% da população jovem (14 a 29 anos) que trabalha e estuda com menor rendimento definidos a partir da ordenação crescente desse rendimento familiar *per capita*. (base da estratificação).

d) 20% mais ricos = os 20% da população jovem (14 a 29 anos) que trabalha e estuda com maior rendimento definidos a partir da ordenação crescente do rendimento familiar *per capita*. (topo da estratificação).

Tabela 20 | Proporção da população jovem que trabalha e estuda, com contribuição à Previdência em qualquer trabalho, por faixa etária. Brasil, 2006 (em %).

Contribuição à Previdência	Faixa etária (em anos)					14-29
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
% contribuinte	1,8	16,5	35,9	52,8	63,9	35,3

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Tabela 21 | Proporção da população jovem que trabalha e estuda, com contribuição à Previdência em qualquer trabalho, por faixa etária e sexo. Brasil, 2006 (em %).

Contribuição à Previdência	Homens					14-29
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
% contribuinte	2,0	16,2	35,5	53,4	67,5	33,9
Contribuição à Previdência	Mulheres					14-29
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
% contribuinte	1,3	16,9	36,4	52,2	60,5	36,9

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Tabela 22 | Proporção da população jovem que trabalha e estuda, com contribuição à Previdência em qualquer trabalho, por faixa etária e cor/raça. Brasil, 2006 (em %).

Contribuição à Previdência	População branca					14-29
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
% contribuinte	2,5	24,3	45,8	59,1	70,2	44,3
Contribuição à Previdência	População negra					14-29
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
% contribuinte	1,3	10,0	25,6	44,1	56,6	26,1

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Obs.: a) População Branca = brancos + amarelos; População Negra = pretos + pardos.
b) Excluída a população indígena e sem declaração de cor.

Tabela 23 | Proporção da população jovem que trabalha e estuda, com contribuição à Previdência em qualquer trabalho, por faixa etária e grupos de décimos da distribuição de renda familiar *per capita* dessa população. Brasil, 2006 (em %).

Contribuição à Previdência	40% com menores rendimentos					14-29
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
% Contribuinte	0,7	6,4	15,6	30,9	39,8	14,6
Contribuição à Previdência	20% com maiores rendimentos					14-29
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
% Contribuinte	(1)	31,6	53,2	63,6	76,8	60,1

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Nota: (1) A amostra não comporta desagregação para este grupo.

Obs.: a) Excluídas as pessoas sem declaração de rendimento familiar.

b) 40% mais pobres = os 40% da população jovem (14 a 29 anos) que trabalha e estuda com menor rendimento definidos a partir da ordenação crescente desse rendimento familiar *per capita*. (base da estratificação).

c) 20% mais ricos = os 20% da população jovem (14 a 29 anos) que trabalha e estuda com maior rendimento definidos a partir da ordenação crescente do rendimento familiar *per capita*. (topo da estratificação).

Jovens que buscam trabalho

Tabela 24 | Distribuição da população jovem desempregada que estuda ou não, por posição na família. Brasil, 2006 (em %).

Situação de trabalho e estudo por posição na família	Faixa etária (em anos)					14-29
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
Desempregado e estuda	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefe	0,4	1,8	5,8	12,9	23,1	6,5
Cônjuge	1,7	1,8	4,8	8,8	24,6	5,9
Filho	88,8	87,5	77,6	65,1	44,0	77,1
Outra	9,2	9,0	11,7	13,2	8,3	10,5
Desempregado e não estuda	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefe	7,8	12,9	12,0	20,1	27,1	18,9
Cônjuge	15,0	11,7	14,6	22,0	31,0	21,6
Filho	60,2	60,7	64,5	50,3	36,9	51,7
Outra	17,0	14,8	8,9	7,6	5,1	7,8

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Gráfico 1 | Distribuição dos jovens estudantes que estão desempregados, segundo estratos de renda familiar *per capita*, por faixa etária. Brasil, 2006 (em %).

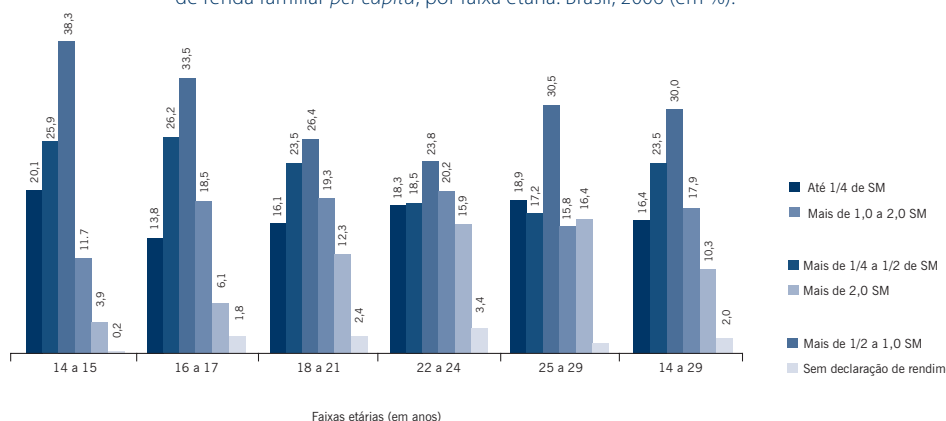


Tabela 25 | Distribuição da população jovem desocupada que estuda segundo o curso que freqüenta, por faixa etária e sexo. Brasil, 2006 (em %).

Curso que freqüenta	Homens					
	Faixa etária (em anos)					14-29
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
Regular de ensino fundamental (1º grau)	68,9	30,7	14,5	15,2	9,4	25,9
Regular de ensino médio (2º grau)	28,2	64,6	51,7	24,4	22,6	47,1
Supletivo de 1º grau	2,9	2,6	2,4	2,7	1,9	2,5
Supletivo de 2º grau		0,7	6,5	4,3	10,3	4
Superior		0,7	21,7	44,2	45,8	17,2
Alfabetização de adultos		0,2	0	1,3	0,3	0,3
Pré-vestibular		0,4	3,3	6,7	5,2	2,5
Mestrado ou doutorado				1,2	4,5	0,5
Total	100	100	100	100	100	100
Curso que freqüenta	Mulheres					
	Faixa etária (em anos)					14-29
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
Regular de ensino fundamental (1º grau)	62,9	16,3	8,8	8,6	7,1	16,5
Regular de ensino médio (2º grau)	35,4	79,4	49,5	25,8	19,7	50,1
Supletivo de 1º grau	1,7	2,3	2,7	3	8,7	3,2
Supletivo de 2º grau		1,1	4,7	7,3	13,6	4,5
Superior		0,6	29	49,4	42,4	22,1
Alfabetização de adultos		0,2	0,5	0,7	1,6	0,5
Pré-vestibular		0,2	4,8	4,8	4	2,9
Mestrado ou doutorado				0,5	2,9	0,4
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Tabela 26 | Distribuição da população jovem desocupada que estuda, segundo o curso que freqüenta, por faixa etária e cor/raça. Brasil, 2006 (em %).

Curso que freqüenta	População branca					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Regular de ensino fundamental (1º grau)	57,7	17,1	6,7	7,4	4,3	14,7
Regular de ensino médio (2º grau)	38,8	7,8	43,2	14,4	12,5	45,7
Supletivo de 1º grau	3,5	2,4	1,3	2,3	5	2,4
Supletivo de 2º grau		0,6	5,2	7,8	12,6	4,5
Superior		1,2	39,2	63,3	54,3	29,2
Alfabetização de adultos		0,4	0	1,3	0,3	0,3
Pré-vestibular		0,3	4,3	3,4	4,7	2,7
Mestrado ou doutorado				0,2	6,2	0,7
Total	100	100	100	100	100	100
Curso que freqüenta	População negra					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Regular de ensino fundamental (1º grau)	71,3	28,3	15,6	15,2	12,1	26,1
Regular de ensino médio (2º grau)	27,1	67,6	56,7	35,6	29,8	51,3
Supletivo de 1º grau	1,6	2,5	3,6	3,4	7,4	3,3
Supletivo de 2º grau		1,2	5,8	4,3	12	4,1
Superior		0,2	13,8	31,7	32	11,7
Alfabetização de adultos			0,5	0,6	1,9	0,4
Pré-vestibular		0,3	3,9	7,8	4,2	2,8
Mestrado ou doutorado				1,3	0,6	0,2
Total	100	100	100	100	100	100

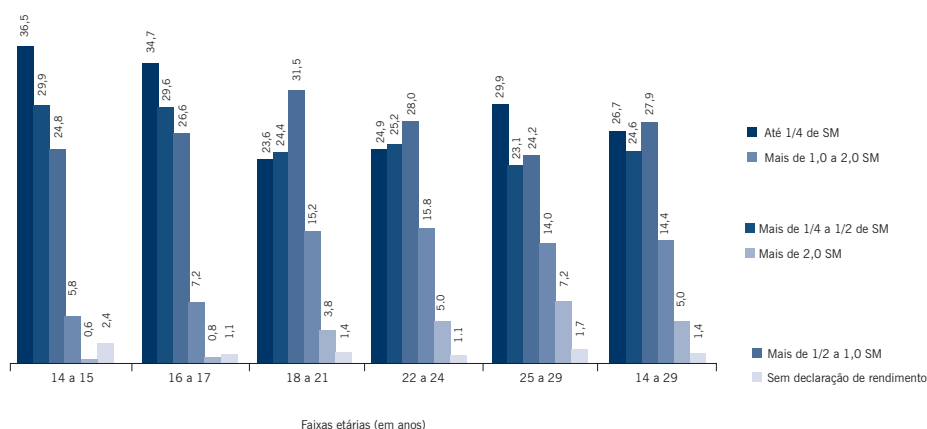
Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Tabela 27 | Distribuição da população jovem desocupada que estuda, segundo o curso que freqüenta, por faixa etária e grupos de décimos da distribuição de renda familiar *per capita* dessa população. Brasil, 2006 (em %).

Curso que freqüenta	40% com menores rendimentos					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Regular de ensino fundamental (1º grau)	74,4	33,6	19,8	22,4	16,4	31,8
Regular de ensino médio (2º grau)	22,8	61,9	62,6	44,5	25,1	51,9
Supletivo de 1º grau	2,8	3	4	3,6	10,9	4
Supletivo de 2º grau		1	5,4	7,4	18,9	4,6
Superior		0,1	5,7	16,2	21	5,5
Alfabetização de adultos		0,4	0,3	1,6	2,8	0,6
Pré-vestibular			2,3	4,5	5	1,7
Mestrado ou doutorado						
Total	100	100	100	100	100	100
Curso que freqüenta	20% com maiores rendimentos					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Regular de ensino fundamental (1º grau)	-1	-1	1,4	1,1		3,7
Regular de ensino médio (2º grau)	-1	-1	19,3	2,7	2,8	24,9
Supletivo de 1º grau	-1	-1				0,5
Supletivo de 2º grau	-1	-1	2,3	0,3	2,4	1,6
Superior	-1	-1	71,1	90,2	80,9	63
Alfabetização de adultos	-1	-1				
Pré-vestibular	-1	-1	5,9	4,8	4,4	4,6
Mestrado ou doutorado	-1	-1		0,9	9,5	1,7
Total	-1	-1	100	100	100	100

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Gráfico 2 | Distribuição dos jovens desempregados que não estudam segundo estratos de renda familiar *per capita*, por faixa etária. Brasil, 2006 (em %).



Fonte: IBGE/Phad. Elaboração: Dieese

Tabela 28 | Distribuição da população jovem desocupada que não estuda segundo a escolaridade, por faixa etária e sexo. Brasil, 2006 (em %).

Escolaridade	Homens					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Já freqüentaram escola	-1	99,4	99,6	98,3	98,3	98,8
Fundamental incompleto	-1	72,7	29,2	27,6	39,4	35,4
Fundamental completo	-1	10,2	10,8	7,4	8,7	9,2
Médio incompleto	-1	11,8	14	12,1	9,2	11,9
Médio completo	-1	4,6	44,1	46,5	34,1	38,7
Superior incompleto	-1		1,4	2	2,7	1,8
Superior completo	-1		0,4	4,4	5,3	2,8
Demais	-1	0,7	0,1	0,1	0,6	0,3
Total	-1	100	100	100	100	100
Nunca freqüentaram escola	-1	0,6	0,4	1,7	1,7	1,2
Total geral	-1	100	100	100	100	100
Escolaridade	Mulheres					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Já freqüentaram escola	-1	100	99,9	99,5	99,1	99,5
Fundamental incompleto	-1	50,8	19	20	25,9	24,1
Fundamental completo	-1	14,1	7,7	8,6	7	8
Médio incompleto	-1	18,3	14,5	10,9	9,6	12
Médio completo	-1	16,4	57,1	51	45,3	48,7
Superior incompleto	-1		1,5	3,3	2,9	2,3
Superior completo	-1		0,3	6	8,8	4,6
Demais	-1	0,5	0,1	0,1	0,6	0,3
Total	-1	100	100	100	100	100
Nunca freqüentaram escola	-1		0,1	0,5	0,9	0,5
Total geral	-1	100	100	100	100	100

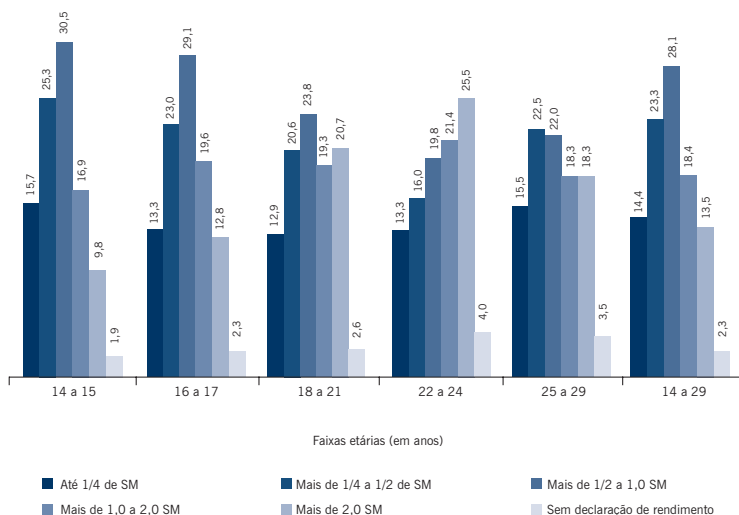
Fonte: IBGE/Phad. Elaboração: Dieese

Tabela 29 | Distribuição da população jovem desocupada que não estuda, segundo a escolaridade, por faixa etária e grupos de décimos da distribuição de renda familiar *per capita* dessa população. Brasil, 2006 (em %).

Escolaridade	40% com menores rendimentos					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Já freqüentaram escola	-1	99,6	99,6	98,5	98,1	98,8
Fundamental incompleto	-1	69,3	32,2	33,5	43,7	39,9
Fundamental completo	-1	10	10,1	8,8	8,7	9,2
Médio incompleto	-1	14	16,8	13,7	10,7	13,7
Médio completo	-1	5,9	40,3	41,8	34	35,5
Superior incompleto	-1		0,5	1,3	1,1	0,9
Superior completo	-1			0,6	1,6	0,7
Demais	-1	0,8	0,1	0,1	0,3	0,2
Total	-1	100	100	100	100	100
Nunca freqüentaram escola	-1	0,4	0,4	1,5	1,9	1,2
Total geral	-1	100	100	100	100	100
Escolaridade	20% com maiores rendimentos					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Já freqüentaram escola	-1	-1	-1	-1	99	99,6
Fundamental incompleto	-1	-1	-1	-1	3,6	2,9
Fundamental completo	-1	-1	-1	-1	4,5	4
Médio incompleto	-1	-1	-1	-1	3,8	5,1
Médio completo	-1	-1	-1	-1	38,1	51,5
Superior incompleto	-1	-1	-1	-1	10,2	8,2
Superior completo	-1	-1	-1	-1	37,2	27
Demais	-1	-1	-1	-1	2,6	1,2
Total	-1	-1	-1	-1	100	100
Nunca freqüentaram escola	-1	-1	-1	-1	1	0,4
Total geral	-1	-1	-1	-1	100	100

Fonte: IBGE/Phad. Elaboração: Dieese.

GRAFICO 3 | Distribuição dos jovens estudantes e inativos, segundo estratos de renda familiar *per capita*, por faixa etária. Brasil, 2006.



Jovens que se dedicam exclusivamente aos estudos

Tabela 30 | Distribuição da população jovem inativa que só estuda segundo o curso que freqüenta, por faixa etária e sexo. Brasil, 2006 (em %).

Curso que freqüenta	Homens					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Regular de ensino fundamental (1º grau)	78,9	32,6	14,7	8	9,3	49,8
Regular de ensino médio (2º grau)	20,1	63	42,4	14,6	15,7	36,2
Supletivo de 1º grau	1	2,3	1,7	3,4	4	1,6
Supletivo de 2º grau		0,6	1,9	3,4	2,2	0,7
Superior		0,8	31,3	62	54,5	9,3
Alfabetização de adultos	0	0,3	0,7	1,8	2,6	0,3
Pré-vestibular		0,5	7,4	3,9	4,2	1,7
Mestrado ou doutorado			0	2,9	7,4	0,3
Total	100	100	100	100	100	100
Curso que freqüenta	Mulheres					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Regular de ensino fundamental (1º grau)	72,2	25,6	13,3	12,7	16,5	41,9
Regular de ensino médio (2º grau)	27,1	71	39,8	20,2	22,6	41,1
Supletivo de 1º grau	0,7	1,2	2	3,8	7,5	1,6
Supletivo de 2º grau		0,5	2,8	2,6	5,6	1,1
Superior		0,9	34,4	53,7	36,6	11,7
Alfabetização de adultos	0,1	0,2	0,7	1,9	5,8	0,6
Pré-vestibular		0,6	7	3,6	2	1,8
Mestrado ou doutorado				1,3	3,5	0,2
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Tabela 31 | Distribuição da população jovem que só estuda segundo o curso que freqüenta, por faixa etária e cor/raça. Brasil, 2006 (em %).

Curso que freqüenta	População branca					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Regular de ensino fundamental (1º grau)	68,2	18,6	8,5	5,8	8,1	36,8
Regular de ensino médio (2º grau)	30,8	77,5	30,4	10,5	14,8	42,1
Supletivo de 1º grau	0,9	1,2	1,1	2,3	2,9	1,2
Supletivo de 2º grau		0,6	1,8	2,3	6,4	0,9
Superior		1,3	48	72,9	54,1	15,9
Alfabetização de adultos	0	0,1	0,3	0,9	3,3	0,3
Pré-vestibular		0,8	9,8	2,6	2	2,4
Mestrado ou doutorado			0	2,7	8,5	0,4
Total	100	100	100	100	100	100
Curso que freqüenta	População negra					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Regular de ensino fundamental (1º grau)	81,8	38,6	19,9	18	21,1	53,9
Regular de ensino médio (2º grau)	17,3	57,6	52,4	28,6	26,4	35,8
Supletivo de 1º grau	0,8	2,2	2,7	5,6	10,1	2
Supletivo de 2º grau		0,5	3,1	3,8	3,1	0,9
Superior		0,5	16,6	34,8	28,8	5,5
Alfabetização de adultos	0	0,3	1,1	3,1	6,7	0,7
Pré-vestibular		0,3	4,2	5,3	3,1	1,1
Mestrado ou doutorado				0,8	0,7	0,1
Total	100	100	100	100	100	100

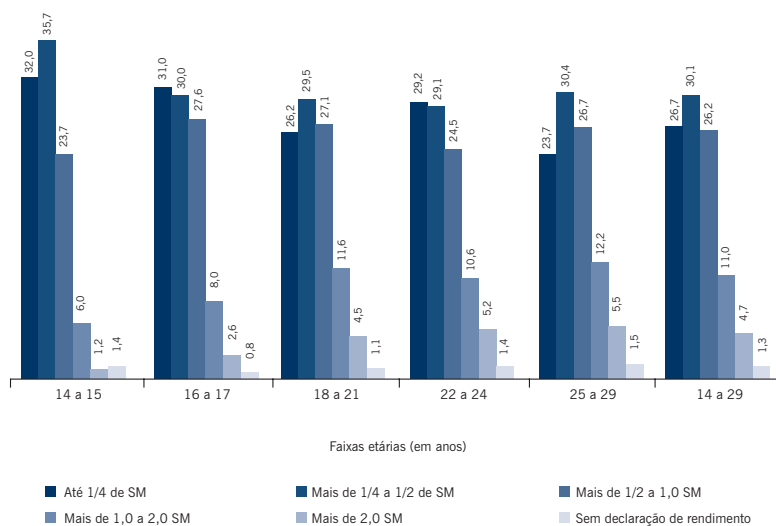
Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Tabela 32 | Distribuição da população jovem (14 a 29 anos) inativa que estuda segundo o curso que frequenta, por faixa etária e grupos de décimos da distribuição de renda familiar *per capita* dessa população. Brasil, 2006 (em %).

Curso que frequenta	40% com menores rendimentos					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Regular de ensino fundamental (1º grau)	84,1	44,9	26,2	25,2	27	60,2
Regular de ensino médio (2º grau)	15	51,7	57,7	38,5	27,9	33,2
Supletivo de 1º grau	0,8	2,4	3,6	10,3	12,8	2,4
Supletivo de 2º grau		0,4	3,5	3,4	5,2	0,9
Superior		0,2	5,7	15,2	14,9	1,9
Alfabetização de adultos	0,1	0,3	1,3	4,8	10,8	0,8
Pré-vestibular		0,1	2,1	2,4	1	0,5
Mestrado ou doutorado				0,3	0,4	0
Total	100	100	100	100	100	100
Curso que frequenta	20% com maiores rendimentos					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Regular de ensino fundamental (1º grau)	56	7	1,6	1,3	3,3	20,2
Regular de ensino médio (2º grau)	43,2	87,2	15,9	3,2	5,1	41,8
Supletivo de 1º grau	0,7	0,8	0,1	0,2	0,5	0,5
Supletivo de 2º grau		0,5	1	0,8	1,9	0,6
Superior		3	67,7	88,2	78,7	31,7
Alfabetização de adultos	0,1		0,2	0,4		0,1
Pré-vestibular		1,4	13,4	3,3	3,8	4,6
Mestrado ou doutorado			0	2,6	6,8	0,6
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

GRÁFICO 4 | Distribuição dos jovens inativos que não estudam segundo estratos de renda familiar *per capita*, por faixa etária. Brasil, 2006.



Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Tabela 33 | Distribuição da população jovem inativa que estuda ou não, por posição na família. Brasil, 2006 (em %).

Situação de trabalho e estudo por posição na família	Faixa etária (em anos)					14-29
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
Inativa e estuda	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefe	0,3	1,0	4,3	9,0	13,8	2,1
Cônjuge	0,4	1,8	5,3	13,7	37,1	3,6
Filho	90,3	88,0	80,1	68,4	42,1	85,1
Outra	9,0	9,1	10,3	8,9	7,1	9,2
Inativa e não estuda	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Chefe	2,9	9,5	11,2	16,2	15,5	13,3
Cônjuge	17,7	28,0	36,9	49,4	61,3	46,5
Filho	64,5	52,5	44,0	29,5	19,6	34,0
Outra	14,9	10,1	7,9	4,9	3,6	6,2

Fonte: IBGE/Phad. Elaboração: Dieese.

Tabela 34 | Distribuição da população jovem que não estuda, não trabalha e não procura trabalho segundo a escolaridade, por faixa etária e sexo. Brasil, 2006 (em %).

Escolaridade	Homens					14-29
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
Já freqüentaram escola	84,2	92	91	89,5	86,1	89
Fundamental incompleto	92,9	74,4	41,3	38,5	46,7	50,7
Fundamental completo	3,9	9,1	8,5	8,5	10,6	8,8
Médio incompleto	2,4	8,7	13,1	10,8	8,8	10,2
Médio completo		7,6	36,2	33,2	25,8	26,3
Superior incompleto			0,8	2,6	1,8	1,2
Superior completo			0	5,6	5,2	2,4
Demais	0,7	0,3	0	0,8	1,1	0,5
Total	100	100	100	100	100	100
Nunca freqüentaram escola	15,7	8	9	10,5	13,9	10,9
Total geral	100	100	100	100	100	100
Escolaridade	Mulheres					14-29
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
Já freqüentaram escola	94,7	97,3	97,2	96,8	95,6	96,4
Fundamental incompleto	91,1	66,1	41	41,6	46,1	46,8
Fundamental completo	7	13	10,3	9,7	8,9	9,7
Médio incompleto	1,8	13,9	15,1	11,7	8,7	11,4
Médio completo		6,8	32,3	32,7	31,3	28,9
Superior incompleto		0,1	1	1,7	1,3	1,2
Superior completo			0,2	2,4	3	1,8
Demais			0,1	0,2	0,6	0,3
Total	100	100	100	100	100	100
Nunca freqüentaram escola	5,3	2,7	2,8	3,2	4,4	3,6
Total geral	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/Phad. Elaboração: Dieese.

Tabela 35 | Distribuição da população jovem que não estuda, não trabalha e não procura trabalho segundo a escolaridade, por faixa etária e cor/raça. Brasil, 2006 (em %).

Escolaridade	População branca					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Já freqüentaram escola	87,4	95,2	95,8	95,4	94,3	94,8
Fundamental incompleto	90	60,1	30,8	32,5	37,7	38,3
Fundamental completo	7,5	14,6	10,1	9	10,3	10,2
Médio incompleto	2,3	14,5	16,1	11,7	8,5	11,7
Médio completo		10,6	40,7	37,9	34,5	33,8
Superior incompleto		0,2	1,7	3,1	2,2	2
Superior completo			0,3	5,5	6,2	3,6
Demais	0,2		0,2	0,1	0,7	0,4
Total	100	100	100	100	100	100
Nunca freqüentaram escola	12,6	4,8	4,2	4,6	5,7	5,2
Total Geral	100	100	100	100	100	100
Escolaridade	População negra					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Já freqüentaram escola	92,3	95,7	95,4	95,4	93,8	94,7
Fundamental incompleto	92,7	74,3	48,1	47,4	52,7	54,2
Fundamental completo	5,1	9,8	9,6	9,7	8,4	9
Médio incompleto	1,9	10,8	13,5	11,3	8,9	10,6
Médio completo		4,9	28,3	29,2	27,4	24,5
Superior incompleto			0,3	0,9	0,8	0,6
Superior completo			0,1	1,1	1,1	0,7
Demais	0,3	0,1	0	0,5	0,6	0,4
Total	100	100	100	100	100	100
Nunca freqüentaram escola	7,7	4,3	4,6	4,6	6,2	5,3
Total Geral	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Tabela 36 | Distribuição da população jovem que não estuda, não trabalha e não procura trabalho segundo a escolaridade, por faixa etária e grupos de décimos da distribuição de renda familiar *per capita* dessa população. Brasil, 2006 (em %).

Escolaridade	40% com menores rendimentos					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Já freqüentaram escola	92,2	96,9	96	95,9	94,3	95,3
Fundamental incompleto	93,8	76	52,7	52,4	58,7	59,1
Fundamental completo	4,9	10,8	10,4	10,3	8,7	9,6
Médio incompleto	1	10	14,7	11,3	8,8	10,8
Médio completo		2,9	21,4	24,3	22,5	19,5
Superior incompleto			0,5	0,8	0,2	0,4
Superior completo			0	0,5	0,5	0,3
Demais	0,2	0,1	0,2	0,4	0,7	0,4
Total	100	100	100	100	100	100
Nunca freqüentaram escola	7,8	3,1	4	4,1	5,7	4,7
Total geral	100	100	100	100	100	100
Escolaridade	20% com maiores rendimentos					
	Faixa etária (em anos)					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Já freqüentaram escola	-1	-1	95,4	96,6	94,7	95,4
Fundamental incompleto	-1	-1	5,5	9	9,8	10,6
Fundamental completo	-1	-1	5,2	3,9	5,2	5,2
Médio incompleto	-1	-1	8,2	7,8	7,3	8,3
Médio completo	-1	-1	75,8	47,3	44,9	53
Superior incompleto	-1	-1	3,7	7,4	7,5	5,9
Superior completo	-1	-1	1,6	24,6	23,6	16,3
Demais	-1	-1			1,7	0,7
Total	-1	-1	100	100	100	100
Nunca freqüentaram escola	-1	-1	4,6	3,4	5,3	4,6
Total geral	100	100	100	100	100	100

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Composição por sexo e cor/raça da população jovem, segundo a situação de trabalho e estudo

TABELA 37 | Distribuição da população jovem (14 a 29 anos) que trabalha, segundo situação de estudo, por faixa etária, sexo e cor. Brasil, 2006.

Atributos	População Jovem que trabalha e estuda					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Sexo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	64,0	53,7	54,7	52,6	48,2	55,5
Mulheres	36,1	46,3	45,3	47,4	51,8	44,5
Cor	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Branços	41,7	48,9	51,0	58,5	54,1	50,6
Negros	58,3	51,1	49,0	41,5	45,9	49,5
Atributos	População Jovem que somente trabalha					
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	14-29
Sexo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	71,1	69,9	61,4	60,0	58,5	60,1
Mulheres	28,9	30,1	38,6	40,1	41,5	39,9
Cor	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Branços	35,8	38,1	47,3	48,1	49,5	48,1
Negros	64,2	61,9	52,7	51,9	50,5	51,9

Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

TABELA 38 | Distribuição da população jovem (14 a 29 anos) desempregada, segundo situação de estudo, por faixa etária, sexo e cor. Brasil, 2006.

Atributos	População Jovem desempregada que estuda					14-29
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
Sexo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	50,1	46,7	46,2	42,0	38,1	45,6
Mulheres	50,0	53,3	53,8	58,0	61,9	54,5
Cor	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Branco	41,2	46,2	46,9	49,0	52,0	46,8
Negro	58,8	53,8	53,1	51,0	48,0	53,2
Atributos	População Jovem desempregada que não estuda					14-29
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
Sexo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	47,3	45,6	43,5	41,3	38,0	41,3
Mulheres	52,8	54,4	56,5	58,7	62,0	58,7
Cor	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Branco	33,2	42,2	44,2	43,5	45,4	44,1
Negro	66,8	57,8	55,9	56,5	54,6	55,9

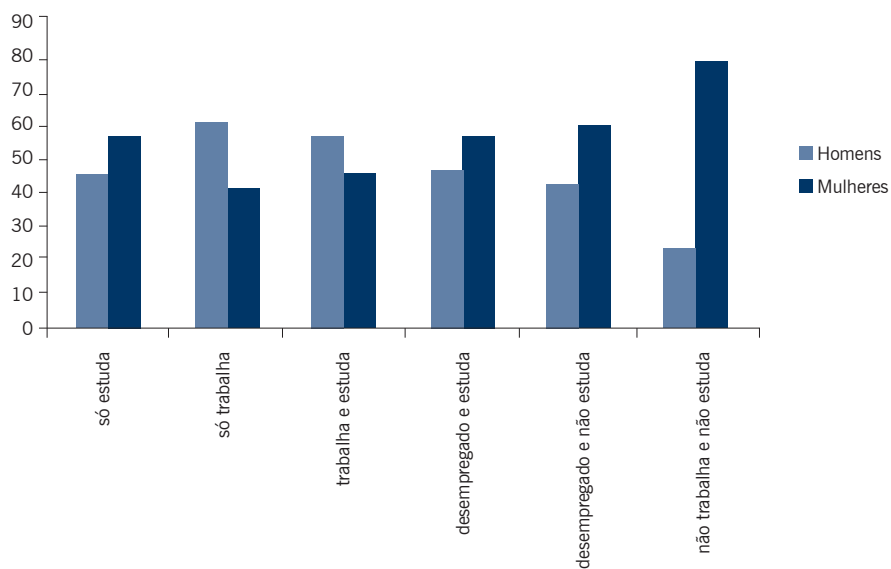
Fonte: IBGE/Phad. Elaboração: Dieese.

TABELA 39 | Distribuição da população jovem (14 a 29 anos) inativa, segundo situação de estudo, por faixa etária, sexo e cor. Brasil, 2006.

Atributos	População Jovem inativa que estuda					14-29
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
Sexo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	46,6	45,4	41,2	36,0	26,3	44,0
Mulheres	53,4	54,7	58,8	64,0	73,8	56,0
Cor	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Branco	47,9	49,1	52,8	57,7	49,8	49,7
Negro	52,1	50,9	47,2	42,3	50,2	50,3
Atributos	População Jovem inativa que não estuda					14-29
	14-15	16-17	18-21	22-24	25-29	
Sexo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	39,0	33,7	25,6	19,3	16,1	22,2
Mulheres	61,1	66,3	74,4	80,7	83,9	77,8
Cor	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Branco	35,3	38,3	40,5	41,9	43,7	41,5
Negro	64,7	61,7	59,5	58,2	56,3	58,5

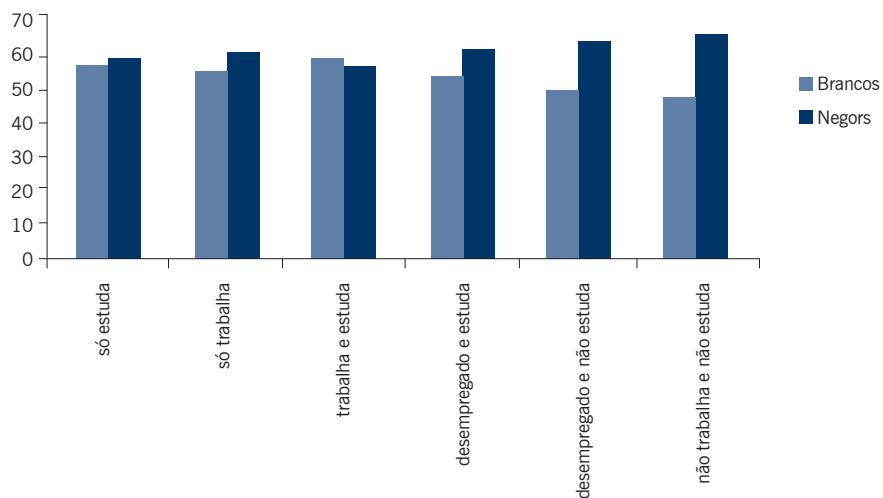
Fonte: IBGE/Phad. Elaboração: Dieese.

GRÁFICO 5 | Proporção de homens e mulheres por situação de trabalho e estudo (em %).



Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

GRÁFICO 6 | Proporção de brancos e negros por situação de trabalho e estudo (em %).



Fonte: IBGE/Pnad. Elaboração: Dieese.

Sobre as organizações

O Instituto ibi de Desenvolvimento Social é uma organização privada, sem fins lucrativos, criada em 2003, com o objetivo de conceber, planejar e executar a política de investimento social privado do Banco ibi. Sua missão é contribuir para a inserção de jovens no mundo do trabalho, fazendo frente ao cenário de falta de oportunidades e de qualificação profissional. Para tanto, apóia projetos de organizações da sociedade civil e mobiliza associados do Banco ibi para ações voluntárias de troca de experiências com os jovens por elas atendidos.

Além disso, o Instituto ibi trabalha pela construção de alianças entre organizações públicas, privadas e do terceiro setor, para que se consolide uma rede em prol da juventude capaz de estimular o debate e aprofundar a discussão sobre a formação dos jovens para o mundo do trabalho, ao mesmo tempo em que sistematiza e compartilha esse conhecimento. Dessa maneira, acredita contribuir para que o acesso dos jovens ao trabalho seja não apenas um direito, mas uma realidade de fato.

O Instituto ibi baseia as suas ações na crença de que os jovens são sujeitos de direito, com potencial para promover as transformações necessárias a um país melhor.

A Ação Educativa é uma organização não governamental fundada em 1994 com a missão de promover direitos educativos e da juventude, tendo em vista a justiça social, a democracia participativa e o desenvolvimento sustentável no Brasil.

A Ação Educativa acredita que a participação da sociedade em processos locais, nacionais e globais é o caminho para a construção de um país mais justo. Por isso, alia a formação e a assessoria a grupos nos bairros e escolas com a atuação em articulações amplas, tais como redes e fóruns, a pesquisa e a produção de conhecimento com a intervenção nas políticas públicas.

No que diz respeito à sua atuação no campo da Juventude, tem por objetivo contribuir para a construção e efetivação dos direitos da população jovem, em especial, na interface com as questões relacionadas à educação, à cultura, ao trabalho e à participação social e política – temas em que a Ação Educativa acumulou maior experiência e para os quais orienta seus projetos. Para tanto, tem como seu principal parceiro apoiador a NCA – Ajuda da Igreja da Noruega, além de contar com o apoio institucional oferecido por EED – Serviço das Igrejas Evangélicas na Alemanha para o Desenvolvimento.

“ A análise dos quatro diferentes grupos – jovens que trabalham, jovens que buscam trabalho, jovens que se dedicam exclusivamente aos estudos e jovens que não estudam, não trabalham e não buscam trabalho, permite-nos afirmar: para além da presença do trabalho na vida dos jovens e da combinação trabalho e estudo, é preciso observar as diferenças existentes no tempo da juventude, quando consideramos as diferentes faixas etárias, e também as múltiplas desigualdades a que os jovens estão sujeitos, quando observadas a diversidade de classe social, sexo, raça e escolaridade”.

UMA PARCERIA

